

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
(Unesp)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO
DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

MAYRA DO PRADO

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX) DO
ITAMARATY DE 1966 A 1986: A REEXTERNALIZAÇÃO DO CONFLITO
IDEOLÓGICO

SÃO PAULO

2017

MAYRA DO PRADO

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX) DO
ITAMARATY DE 1966 A 1986: A REEXTERNALIZAÇÃO DO CONFLITO
IDEOLÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Segurança Regional”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares.

SÃO PAULO

2017

Prado, Mayra do.

P896 A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986 : a reexternalização do conflito ideológico / Mayra do Prado. – São Paulo, 2017.
95 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

1. Brasil – Relações exteriores – 1964-1985. 2. Brasil – Defesa – Séc.
XX. 3. Serviço de inteligência – Brasil. 4. Brasil – Ministério das Relações
Exteriores. I. Título.

CDD 327.81

MAYRA DO PRADO

A ATUAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEEX) DO
ITAMARATY DE 1966 A 1986: A REEXTERNALIZAÇÃO DO CONFLITO
IDEOLÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Segurança Regional”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Priscila Carlos Brandão Antunes (Universidade Federal de Minas Gerais)

São Paulo, 27 de março de 2017.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu orientador, Professor Samuel Alves Soares, com quem tive a sorte de compartilhar meus questionamentos acadêmicos desde a graduação, quando ainda sequer tinham a pretensão de chegar a esta dissertação. Grata pela paciência, confiança e toda dedicação intelectual à realização desta pesquisa.

Agradeço ao Professor Héctor Saint-Pierre e à Professora Priscila Brandão Antunes, por aceitarem o convite de participar da minha banca de qualificação e de defesa. Aos meus colegas mestrandos e doutorandos do Programa San Tiago Dantas, pelas valiosas contribuições que deram ao meu projeto, e também a todo corpo docente e funcionários, pelo serviço dedicado durante esses dois anos. À CAPES, pelo auxílio financeiro que viabilizou a realização dessa pesquisa.

À todas as pessoas que caminharam comigo para que eu permanecesse no Caminho e levasse o desafio dessa pesquisa até o fim, minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço à minha família, por todo suporte emocional e material que me deram durante todos esses anos, e, em especial, aos meus pais, sempre presentes, mesmo quando eu estava ausente.

RESUMO

O período que compreende o regime militar brasileiro foi marcado pela apropriação e aplicação de uma nova concepção estratégica de segurança baseada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Os conceitos de “fronteira ideológica”, “inimigo interno” e a própria flexibilização do termo “comunismo” conduziram os governos autoritários do Brasil e do Cone Sul a um alinhamento ideológico e à cooperação na área de segurança que se materializaram, entre outras formas, na constituição de uma comunidade de informações. No Brasil, as atividades de busca, coleta e produção de informações em âmbito interno estiveram sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SNI) e, externamente, a cargo do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), o qual teve significativa importância na consolidação e difusão da perspectiva anticomunista no continente sul-americano. Sua existência e seu vínculo com o Ministério das Relações Exteriores suscitam questionamentos sobre a participação deste em atividades realizadas durante o regime autoritário, ainda que sempre tenha buscado manter uma imagem de neutralidade quanto às questões de política interna, e indica um possível envolvimento diplomático na Operação Condor. As informações reveladas pelos documentos oficiais recém-abertos e as raras e divergentes opiniões de pesquisadores sobre a participação do Itamaraty no regime militar são fontes de análise desta pesquisa, cujo objetivo é compreender o funcionamento do CIEEx durante o regime militar brasileiro, tendo em vista três formas de atuação que o mesmo empreendeu ao longo de sua existência. A análise consiste na comparação entre a dinâmica de desenvolvimento do sistema nacional de Inteligência nas principais potências mundiais e nos países do Cone Sul, especialmente o Brasil, onde a criação de um órgão como o CIEEx refletiu a “reexternalização” do conflito ideológico.

Palavras-chave: Centro de Informações do Exterior; Inteligência; Regime militar; Itamaraty; Operação Condor. Ministério das Relações Exteriores. Defesa.

ABSTRACT

The appropriation and application of a new strategic concept of security based on the National Security Doctrine (NDS) have marked the Brazilian military regime's period. The concepts of "ideological borders", "internal enemy" and the flexibility given to the term "communism" led the Brazil and Southern Cone's authoritarian governments to an ideological alignment and cooperation in the area of security, which has turned into a Constitution of a community of information. In Brazil, the National Information Service (NIS) was in the control of collecting the activities reports collection and producing of information in the internal scope, whereas the External Information Center (EIC) played an important role in the consolidation and dissemination of anti-Communist perspective on the South American continent. Its existence and its link with the Ministry of Foreign Affairs (MFA) raise questions about the participation of this Ministry in activities held during the authoritarian regime, although it has always sought to maintain an image of neutrality on the issues of domestic politics, and indicate a possible diplomatic involvement in Operation Condor. The information revealed by the newly opened official documents and the rare and divergent opinions of researchers on the participation of the MFA in the military regime are sources of analysis of this research, whose goal is to understand the functioning of EIC during the Brazilian military regime, take into consideration three forms of action that it has taken over its existence. This analysis compares the dynamics of development of the national intelligence system in major world powers and the Southern Cone countries', especially Brazil, where the creation of a mechanism like EIC reflected the "reexternalization" of ideological conflict.

Keywords: External Information Center. Intelligence. Military Regime. Itamaraty. Operation Condor. Ministry of Foreign Affairs. Defense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Organograma da estrutura dos órgãos de informação criados pela ditadura militar.....	33
----------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2ª EME	Segunda Seção do Estado-Maior do Exército
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADOC	Assessoria de Documentação do Exterior
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
BEX	Base do Centro de Informações do Exterior
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CI/MRE	Comunidade de Informações do Ministério das Relações Exteriores
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Central Intelligence Agency
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operação de Defesa Interna
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSSN	Conselho Superior de Segurança Nacional
DCJ	Departamento Consular Jurídico
DEG	Diretriz Estratégica Governamental
DF	Distrito Federal
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
DOI	Destacamento de Operações e Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPP	Divisão de Passaportes
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSI/MRE	Divisões de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores

DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EE	Exames Estratégicos
EIA	Entente Internationale Anticomuniste
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EMFA/21	Segunda Seção do Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FBI	Federal Bureau of Investigation
FLN	Frente de Libertação Nacional
JCI	Junta Coordenadora de Informações
KGB	Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosty
M/20	Segunda Seção do Estado-Maior da Armada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOSSAD	Há-Mōśād le-Mōdī`in ū-le-Tafqīdīm Meyūhadīm
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNI	Plano Nacional de Informações
PNM	Plano Nacional de Mobilização
PNS	Plano Nacional de Segurança
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSI	Plano Setorial de Informações
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SDECE	Documentation Extérieure et de Contre-espionnage
SEDOC	Secretaria de Documentação de Política Exterior
SEI	Serviços de Estudos e Investigações

SERE	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SG/CSN	Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
SIDE	Secretaría de Inteligencia del Estado
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUSIEM	Subsistema de Informações Estratégicas Militares
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 RETROSPECTO DA INTELIGÊNCIA NO BRASIL NO SÉCULO XX.....	19
2.1. Evolução dos sistemas nacionais de Inteligência.....	23
2.2. A construção do sistema nacional de informações do Brasil	29
3 OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR.....	39
3.1. A participação do Itamaraty.....	41
3.2. A criação do CIEEx.....	45
3.3. As bases do CIEEx.....	55
4 ATUAÇÃO REGIONAL DO CIEEX.....	59
4.1. Três frentes de ação do Centro de Informações.....	59
4.2. Os serviços de informação do Cone Sul na Operação Condor	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXO A – Atividades do asilado JOÃO GOULART	93
ANEXO B – Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros.....	94

1 INTRODUÇÃO

A atividade de Inteligência¹ começou a se formalizar quando da afirmação dos Estados nacionais, no século XVI, porém a atividade de coleta e processamento de informações sempre se fez presente nas instituições políticas e, por vezes, determinou o curso das ações políticas. O papel da Inteligência dentro da estrutura estatal é estabelecer as mínimas condições de previsibilidade para que a tomada de decisão transcorra da maneira mais apropriada possível e cada unidade política tenha condições de almejar exercer suas funções plenamente.

Dessa maneira, ao longo dos séculos, a posse de um sistema de informações eficaz, em muitos casos, passou a facilitar não apenas a manutenção do poder, mas também a própria sobrevivência do Estado. Trata-se, portanto, de uma atividade inerente à esfera governamental, que interfere em diversos aspectos da vida social, tanto interna quanto externamente, e, por isso, deve ser realizada por órgãos especializados e regidos por um sistema adequado de regulamentação e controle.

A confidencialidade e sigilo demandados para esse tipo de atividade fez com que a Inteligência fosse, em grande parte das análises, observada apenas pela perspectiva operacional. Poucos pesquisadores dedicaram-se à compreensão do papel político que os serviços de informação no mundo todo desempenharam ao longo do desenvolvimento do Estado moderno. Consequentemente, muitas lacunas ainda são visíveis nesse campo de pesquisa, sobretudo no que se refere ao equilíbrio entre a necessidade de obtenção de informações por parte do Estado e o emprego desses serviços em contextos democráticos.

A sensibilidade desta questão aumentou à medida que os serviços de Inteligência passaram a ser utilizados para busca² de informações, sobretudo na América do Sul, a partir da Guerra Fria. Dentre os efeitos provocados pela polarização ideológica da Guerra Fria no continente sul-americano, avulta de importância a ascensão de governos militares por meio de golpes de Estado e o agravamento das operações repressivas contra qualquer tipo de atividade

¹ Neste trabalho, os termos “Inteligência” e “informação” são utilizados sinonimamente com referência à atividade de coleta, processamento e disseminação de informações, antes, durante e depois da década de 1990. No Brasil, o termo “informação” geralmente é utilizado para designar a atividade de Inteligência do país até a década de 1990, a partir de quando passou a ser substituído pelo termo “Inteligência” em virtude do estigma provocado pela ligação dos órgãos de informação com as ações repressivas dos regimes militares dos países do Cone Sul. Apesar da mudança, os mecanismos de atuação dos mesmos, bem como os princípios que os norteiam, permaneceram relativamente inalterados.

² Diferentemente da “coleta”, a “busca” de informações ocorre sem o consentimento da fonte e, por vezes, envolve a utilização de meios clandestinos ou coercitivos. Falaremos a respeito mais adiante.

que considerassem subversiva nos países do Cone Sul³, tendo início no Brasil e na Bolívia, em 1964, e posteriormente na Argentina, em 1966, e no Chile, em 1973.

No Brasil, o apoio dos EUA ao levante militar de 1964, que destituiu João Goulart e impediu a implementação de suas “Reformas de Base”, foi abertamente exposto pela participação da CIA⁴. Com a posse de Castelo Branco no governo do Brasil, deu-se início à execução de um projeto militar para a sociedade brasileira, sustentado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e, assim, foram priorizadas questões relativas à “segurança nacional” do país, projetando em suas ações princípios gestados pela Escola Superior de Guerra (ESG).

As ideias produzidas no âmbito da ESG permearam grande parte das decisões tomadas pelo regime brasileiro a partir do golpe de 1964, ainda que não exclusivamente. Por meio da DSN, a compreensão estratégica de defesa e fronteiras nacionais foi reformulada. As “fronteiras políticas” foram subordinadas às “fronteiras ideológicas” e as barreiras para o combate ao “inimigo interno” foram eliminadas (PADRÓS; SLATMAN, 2002, p.28). Nessas circunstâncias, ainda que estivessem fora dos limites de jurisdição nacional, os exilados ou fugitivos políticos continuavam sendo considerados adversários do Estado de sua procedência, de modo que sua captura tornaria necessário ultrapassar as fronteiras físicas do país.

Frente a essa nova postura de valorização do interesse nacional, a partir do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a perseguição política se enrijeceu no Brasil. Sob o lema “segurança e desenvolvimento nacionais”, Médici inaugurou o período considerado mais violento do regime militar brasileiro, sustentando-se na repressão a qualquer tipo de oposição e na “eliminação do inimigo interno”. Essa nova interpretação do “inimigo” configurou uma pré-condição para ações intervencionistas e clandestinas dentro e fora do Brasil e, à medida que se modificava o sistema de segurança do Estado brasileiro, justificando o “sacrifício do bem-estar social” em benefício da manutenção da segurança nacional e da Ordem política, diversos órgãos estatais surgiam ou eram reestruturados com a finalidade de evitar ao avanço dos movimentos “subversivos” (PADRÓS; MARÇAL, 2009).

Nesse contexto de propagação do ideário anticomunista, os serviços de informação do Cone Sul tornaram-se mecanismos importantes para a eficiência e o alcance do aparato

³ Compreende-se aqui o Cone Sul como o conjunto dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁴ Evidência de sua participação são as armas oferecidas pelo então coronel estadunidense Vernon Walters (que depois se tornou um dos chefes da CIA) ao general Carlos Guedes, além do financiamento oferecido a institutos brasileiros, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Cf. ARNS, 1985, p. 58.

repressivo de seus respectivos países. À medida que o fluxo de pessoas e organizações políticas entre os países do continente sul-americano aumentava, entre as décadas de 1960 e 1980, muitos organismos de informação foram criados na região para espionar e controlar os passos de indivíduos considerados subversivos, coletando e difundindo dados sobre grupos de oposição que atuavam tanto nos limites territoriais aos quais pertenciam quanto no exterior.

No Brasil, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado em 1964 como o órgão central do Sistema Nacional de Informações (SISNI); era subordinado à Presidência da República e fazia parte da “máquina de produção e operação de informações” do Estado brasileiro. A coordenação da produção de informações de interesse à Segurança Nacional, no entanto, cabia à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), e a execução de tais atividades, às Divisões de Segurança e Informações (DSI) em cada um dos treze ministérios existentes naquela época. A partir de 1967, essa função também foi atribuída aos órgãos de informação militares: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), constituindo a chamada “comunidade de informação”.

A produção e coleta de informações realizadas por esses organismos eram desenvolvidas apenas em território nacional, tal como previa a legislação vigente à época. Todavia, os governos militares brasileiros entendiam que a chamada “ideologia comunista” se expandia de modo mais acelerado do que sua capacidade de reprimi-la e entenderam necessário criar um órgão de informação responsável pela atuação no plano externo. Assim, sob a estrutura do Itamaraty e controle do SNI, em 1966 foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), cuja função era espionar e acompanhar os passos de exilados brasileiros que viviam no exterior e permaneciam politicamente ativos.

Tendo funcionado entre 1966 e 1986, o CIEEx foi o “elo do sistema repressivo brasileiro”, pois acompanhou a evolução do quadro político do período militar dentro e fora das fronteiras nacionais. Em seu “Plano de Busca Externa”, o órgão esteve envolvido na espionagem de muitos brasileiros exilados, entre os quais Leonel Brizola e o ex-presidente João Goulart, e, em diversas ações, contou com o apoio de oficiais estrangeiros. Por meio do CIEEx, o governo autoritário também cooperou com outros países na deposição de outros governantes, como no caso do desgaste de Allende até o golpe que o derrubou, em 1973 (VIDIGAL, 2007, pp. 193-194).

Mesmo não constando no organograma oficial do MRE, o CIEEx fora criado por meio de uma portaria secreta assinada pelo então secretário-geral do Itamaraty, Manoel Pio Corrêa (GOMES, 2014, p.4). Conquanto não tivesse comprometido todo o corpo diplomático, o quadro

de profissionais do CIEEx era formado basicamente por diplomatas de carreira e todos os chanceleres que ocuparam o cargo de Secretários-Gerais do MRE tinham conhecimento de sua existência, confrontando, assim, o argumento de que o Itamaraty não teria se envolvido em questões de política interna durante o regime militar (PENNA FILHO, 2008, p.84).

O apoio do Itamaraty permitiu que o sistema de informações brasileiro expandisse seu alcance para outros países, especialmente onde a concentração de exilados considerados subversivos era maior, facilitando a rapidez das operações de repressão policial e militar no combate aos grupos de oposição mais articulados. Esse tipo de operação, no entanto, não era realizado exclusivamente pelos serviços de informação do Brasil, mas também contava com a colaboração de agências de países vizinhos, a cujos governos os militares já haviam ascendido.

Diante deste cenário, observa-se que o processo reacionário que culminou no golpe de 1964 tornou evidente que o embate entre as abordagens capitalista e comunista adentraram as fronteiras do Brasil, consolidando a personificação do “inimigo interno” e, assim, internalizando o conflito ideológico da Guerra Fria. Por outro lado, o envolvimento do Itamaraty na estrutura de repressão política do regime militar, por meio da ação do CIEEx, aponta para um processo inverso de “externalização” de um conflito ideológico que, ao final, possuía forte matriz externa.

Aos poucos, a cooperação em informações se tornou prática recorrente entre os países do Cone Sul até que, em 1975, os governos militares da região, com o apoio e influência dos EUA, formalizaram entre si um sistema altamente complexo e sofisticado, conhecido como Operação Condor. Criada em Santiago do Chile, a Operação Condor constituiu em um plano extraoficial, multinacional, transfronteiriço e estratégico, estabelecido entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para erradicar a “ameaça comunista” no continente sul-americano.

As atividades do Plano Condor envolviam compartilhamento de métodos, trocas de informações e prisioneiros, além de perseguições, prisões, espionagem de exilados, torturas e assassinatos. A Operação também esteve fundamentada nos princípios da DSN e dispunha de estruturas paraestatais, forças paramilitares e parapoliciais com infraestruturas secretas e clandestinas, além de equipamentos computadorizados de alta tecnologia fornecidos pela CIA.

O Plano Condor foi sistematizado em três fases. A primeira consistia na criação de um Centro Coordenador no Chile para colher e trocar informações sobre pessoas ligadas a organizações subversivas. A segunda incluía operações no interior dos países membros, permitindo aos serviços de informação desses países operarem dentro das fronteiras uns dos outros, perseguindo, capturando, torturando e deportando exilados. A terceira fase, por fim,

tratava-se de operações de perseguição e “eliminação de inimigos” no exterior, isto é, fora do continente sul-americano. O exemplo mais marcante do que representou esta última fase foi o assassinato de Orlando Letelier, ex-chanceler chileno e principal opositor de Pinochet (DINGES, 2005, p.34-35).

A participação dos governos brasileiros à época na Operação Condor, apesar de discreta, tem sido revelada aos poucos a partir da liberação de documentos oficiais do período. Embora o país tenha manifestado interesse em cooperar apenas com as fases um e dois do acordo, o Estado brasileiro colaborou com a perseguição, tortura e assassinato de inimigos políticos, fornecendo informações aos países membros desse sistema continental de repressão política ((DINGES, 2005, p.34-35). Cabe destacar que qualquer tipo de cooperação na área militar ou de informações raramente é mencionado na documentação diplomática brasileira. A Operação Condor não aparece de maneira explícita nos documentos oficiais do Brasil, embora sua existência tenha sido comprovada por meio de dados de outros países que já abriram seus acervos documentais ao público.

A descoberta de novos documentos da polícia secreta do ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, em 1992, permitiu o desenvolvimento de pesquisas sobre a cooperação entre os países do Cone Sul na área de segurança. No entanto, os documentos revelaram que essa conjunção de esforços para combater o “inimigo interno”, na verdade, teve início antes mesmo da criação da Operação Condor, mas adquiriu visibilidade e maior efetividade quando de sua institucionalização. A base dessa “comunidade” era a troca de informações entre os países membros, incluindo a participação da diplomacia brasileira.

Os documentos paraguaios indicam também que a chancelaria brasileira atuou, paralelamente à sua função de execução da política externa, como agente de informações do Estado em território estrangeiro, por meio de agentes secretos e espiões infiltrados ao longo das décadas que antecederam o regime militar no Brasil. Ademais, mostram que os exilados brasileiros que haviam buscado refúgio em países do Cone Sul foram surpreendidos pela truculência dos governos militares da Argentina, Chile e Uruguai e começaram a migrar para a Europa, EUA e África, mudando o eixo da atuação dos grupos de esquerda (SETEMY, 2014^a, p.31).

No Brasil, apesar da lentidão, a abertura e investigação de documentos sobre o período militar tem sido realizado aos poucos. No decorrer deste processo de abertura documental é que se desenvolveram algumas das análises, já em andamento, de diversas Comissões da Verdade Estaduais e Municipais e foram criadas outras instâncias de investigação para preservação da Memória e apuração das violações de Direitos Humanos. Dentre tais instituições, destaca-se a

recém-criada Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁵, em cujo Relatório Final se encontra uma seção dedicada exclusivamente ao CIEEx⁶.

O principal conjunto documental utilizado para a elaboração desta pesquisa foi o Fundo do CIEEx, localizado no Arquivo Nacional de Brasília. Neste encontram-se cerca de oito mil informes produzidos pelo órgão, cujo conteúdo, ainda insuficientemente explorado, contém provas da colaboração internacional entre militares brasileiros e estrangeiros, além de diplomatas, no período militar⁷. Parte deste acervo foi disponibilizado em formato digital pela CNV, a qual, juntamente com o Relatório Final e outros documentos, compõe a bibliografia da presente pesquisa, assim como outros documentos encontrados em arquivos públicos nacionais e internacionais. O material fornecido pela CNV oferece dados até então desconhecidos pelo público, além das transcrições de entrevistas e depoimentos de personalidades do período militar em seu portal na internet.

Para este trabalho também foram realizadas consultas presenciais ao Arquivo Histórico do Itamaraty e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Além disso, foram considerados para a pesquisa outros documentos disponibilizados por Arquivos estrangeiros em sítios eletrônicos, como o do *The National Security Archive*, mantido pela *The George Washington University*, do *Wikileaks* e de diversas organizações voltadas para manutenção da memória histórica e apuração de violação de Direitos Humanos no período da ditadura militar, como o Projeto Brasil Nunca Mais, Projeto Memórias Reveladas, Comissão Nacional da Verdade, entre outros.

A despeito da farta quantidade de informes, relatórios, cartas, dossiês e memorandos encontrados em arquivos do Brasil e do exterior referentes ao funcionamento e à atuação da comunidade de informações sul-americana durante os regimes militares da região, muito pouco se sabe sobre o papel do CIEEx. Em diversos textos e pesquisas publicadas nas últimas décadas, o Centro passou ao largo das discussões, muitas vezes sendo confundido com o Centro de Informações do Exército (CIE).

Tal desconhecimento deveu-se, sobretudo, ao fato de que a existência do CIEEx foi mantida em sigilo pelo MRE durante décadas por meio da restrição do acesso público aos

⁵ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Fonte: Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <www.cnv.gov.br/>.

⁶ Ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Brasília: CNV, 2014. Capítulo 5.

⁷ Estima-se que aproximadamente 70% da documentação seja referente à espionagem de brasileiros no Uruguai, país que recebeu o maior fluxo de exilados até 1967, quando grande parte dessa população saiu de Montevideu para exilar-se no Chile de Allende.

documentos produzidos pelo órgão. Essa condição mudou apenas com a recente sanção da Lei de Acesso à Informação⁸, a qual possibilitou o acesso a esses e outros documentos produzidos durante o período militar, abrindo novas possibilidades de estudo e campos de pesquisa.

Como dito anteriormente, pouco se sabe sobre a estrutura e funcionamento do CIEEx, sobretudo se compararmos à quantidade significativamente superior de publicações relacionadas ao SNI, a agência principal do sistema nacional de informações do período militar brasileiro. Isso reflete o fato de que, no Brasil, antes da abertura dos arquivos, poucos pesquisadores se aventuraram na busca por compreender a atuação do CIEEx, pois, além dos escassos registros documentais de difícil acesso, só era possível conhecer aquilo que as testemunhas – tanto os militares que fizeram parte do órgão, como o seu criador, o embaixador Manuel Pio Corrêa, quanto os indivíduos que foram perseguidos e torturados – estavam dispostas a revelar.

Entre os pesquisadores que aderiram à tarefa de analisar o papel do CIEEx ou, ao menos, fazem referência a ele, podemos citar Pio Penna Filho (2008, 2009), Ananda Simões Fernandes e o jornalista Cláudio Dantas Sequeira (2007), do Correio Braziliense. A partir das publicações dos autores mencionados acima e da abertura dos acervos documentais, novas pesquisas sobre o CIEEx vem sendo desenvolvidas por Caio Cateb (2013), Paulo César Gomes (2014) e Alessandra Castilho (2015).

Outros autores de destaque no campo das pesquisas sobre os serviços de informação na América do Sul, como Marco Cepik, Priscila Brandão Antunes, Neusah Cerveira, Carlos Fico, Anna Lagoa, Joannisval Brito Gonçalves e Samantha Viz Quadrato, apresentam reflexões que favorecem a compreensão acerca do desenvolvimento de um órgão como o CIEEx. Contudo, tendo em vista as limitações já mencionadas para o desenvolvimento das pesquisas, em praticamente toda a bibliografia desses autores, não é feita qualquer referência a ele.

O foco desta pesquisa, portanto, é analisar o processo de criação e o caráter organizacional do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), tendo como base as informações encontradas nos documentos oficiais produzidos pelo próprio órgão, pelo SNI e pela DSI/MRE, bem como os documentos e depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade. O propósito desta análise – posterior à apresentação das poucas pesquisas existentes sobre o CIEEx e das interpretações acerca do desenvolvimento dos sistemas nacionais de inteligência modernos – é compreender o funcionamento interno desse organismo, sua relação com a Operação Condor e o grau de participação do Ministério das Relações Exteriores em tais

⁸ BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o direito de acesso às informações públicas.

circunstâncias. O recorte temporal, por sua vez, apesar de coincidir com a maior parte do regime militar no Brasil, refere-se ao período de atuação do Centro de Informações do Exterior, objeto principal de análise desta pesquisa.

Sendo assim, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos principais. No Capítulo 2, consta um retrospecto da Inteligência no Brasil durante o século XX, observando-se, de uma perspectiva mais operacional, o desenvolvimento da atividade como um todo no contexto mundial. Nesse capítulo, apresentamos o processo de evolução dos sistemas nacionais de Inteligência ocidentais e fazemos uma breve análise comparativa desse mesmo processo no Brasil.

O Capítulo 3 é dedicado à análise da criação dos serviços de informação brasileiros no contexto da Guerra Fria, com destaque para o Centro de Informações do Exterior do Itamaraty. O Capítulo 4, por fim, refere-se às três frentes de ação do CIEEx identificadas ao longo da pesquisa e ao envolvimento do Brasil na Operação Condor como um indicativo de uma possível colaboração do Centro em sua concepção e atuação. Ao final do trabalho, encontram-se anexos dois documentos encontrados no Arquivo Nacional, cuja divulgação neste trabalho optou-se por realizar em favor de melhor clarificação das informações aqui apresentadas.

2 RETROSPECTO DA INTELIGÊNCIA NO BRASIL NO SÉCULO XX

Em um ambiente internacional demasiadamente dinâmico e complexo como o atual, marcado pelo crescimento do fluxo de informações, pessoas e mercadorias e pela coexistência de interações conflituosas e de cooperação, torna-se necessário às unidades políticas reduzir as incertezas, interpretar as intenções e conhecer as capacidades umas das outras. Nesse contexto, a informação se apresenta como uma das ferramentas mais determinantes no processo de decisão, pois, muitas vezes, pode ser comparada a outros recursos passíveis de se converterem em capacidade militar e, eventualmente, no aumento de poder.

A busca por informações estratégicas que possam satisfazer as necessidades informacionais e potencializar a ação estatal é importante, na medida em que proporciona uma leitura mais apurada do sistema mundial. Para que tal objetivo seja alcançado, entre outros meios, é preciso que existam organismos especializados na obtenção e processamento das informações de interesse estratégico e na proteção de seus próprios dados contra pessoas, grupos ou organizações estrangeiras, isto é, a Inteligência de Estado.

Embora seja uma atividade praticada há séculos, como tema de pesquisa, a Inteligência despertou o interesse de acadêmicos apenas nos últimos cem anos, com um aumento significativo na produção de estudos a partir da década de 1980. Nesse período, entretanto, o processo de burocratização da atividade evoluiu de tal maneira que as análises sobre sua atuação não foram capazes de acompanhá-la. Desse fato resulta que boa parte da literatura existente sobre esta temática contempla mais o caráter operacional da atividade do que seu papel político e seus efeitos.

Somam-se a isso as limitações impostas pelo caráter secreto das operações de Inteligência, contribuindo para a escassez de estudos sobre sua formação – tanto da perspectiva operacional quanto histórica e analítica – e, conseqüentemente, sobre seu impacto nas relações internacionais. Desse modo, apesar de os aportes teóricos desse campo de estudo contribuírem para uma análise geral da conduta das agências de Inteligência no ambiente internacional, estabelecendo padrões de funcionamento e trazendo elementos que justificam sua importância no processo decisório e na potencialização das capacidades dos Estados, ao mesmo tempo conferem um lugar relativamente restrito à atividade.

A Inteligência de Estado consiste na interação entre um produto específico (o conhecimento disseminado), gerado por um determinado processo (a atividade especializada), sob a responsabilidade de uma agência governamental ou comunidade de inteligência (KENT, 1949). No entanto, como atividade, a Inteligência tem um significado mais amplo do que

simplesmente “informação” ou “serviço de informação”; trata-se de uma função inerente à esfera governamental, capaz de influenciar o direcionamento das decisões e processos político-sociais e está diretamente vinculada às relações internacionais (KENT apud HERMAN, 1996, p. 138).

Complementarmente, pode-se considerar que a Inteligência consiste nas ações e na informação colhida e processada pelas organizações de Inteligência com a finalidade de subsidiar tomadores de decisão no processo de formulação e implementação de políticas (ANTUNES, 2002, p.18). Nesse sentido, destaca-se a relevância da atividade de Inteligência para as questões de defesa e segurança de um país, posto que se trata “de uma dimensão das relações internacionais situada entre a diplomacia e a guerra, numa zona cinzenta que se expandiu continuamente desde o final do século XIX e, principalmente, durante e após a Guerra Fria” (CEPIK, 1996, p.1).

A definição de Cepik faz alusão à interpretação de Raymond Aron (1986) acerca das relações internacionais, cuja manifestação se dá dialeticamente por meio da guerra ou da diplomacia, nas quais a Inteligência desempenha um papel importante para a tomada de decisão (ARON, p.52).

A inteligência estratégica e o esforço de persuasão só são reduzidos à impotência nos momentos extremos do combate. Normalmente, na paz ou na guerra, quer se pratique a estratégia ou a diplomacia, intervém a inteligência: cada estrategista que toma uma decisão espera uma réplica do adversário, e essa espera comanda sua decisão. (ARON, p. 920)

Nesse jogo de tomada de decisões, Aron (1986, p.920) define a natureza da conduta diplomático-estratégica como um processo que obriga “à disciplina do pensamento, à análise e à enumeração de todas as hipóteses possíveis numa dada situação”, de forma que

[...] as decisões não são tomadas com relação a um futuro sobre o qual nada sabemos, nem com relação a um futuro de que não conhecemos os acontecimentos singulares (mas sim a frequência aproximada dos diversos tipos de acontecimentos). As decisões estratégicas formam uma cadeia: cada uma delas provoca a seguinte.

O sentido que se confere à “estratégia” aqui mencionada não é equivalente ao termo “militar”. Apesar da relação estreita entre ambas – haja vista o conceito de “estratégia militar”, referente ao emprego de forças militares para fins políticos – trata-se do esforço empreendido com a finalidade de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, resultantes do duelo de vontades, por meio dos recursos disponíveis, militares ou não (BEAUFRE, 1982, pp.12-14).

Entende-se, portanto, que a atividade de Inteligência tem a ver com a construção de alguma previsibilidade e, assim, se justifica a visão de que a mesma é prerrogativa do Estado no exercício de seu poder, tendo em vista a proteção do país contra potenciais ameaças e a manutenção da ordem (CEPIK, 2003, p.28). Dessa forma, o papel da Inteligência de Estado é

assessorar a Presidência da República no processo decisório, consistindo em uma ferramenta de suporte à formulação e implementação de políticas internas, de defesa e externa, buscando, processando e difundindo informações com a finalidade de proporcionar ao governante vantagens estratégicas.

Por conseguinte, a contribuição do serviço secreto para a política externa de um país está diretamente vinculada à Inteligência externa, a qual deve ser destinada “à identificação de oportunidades e ameaças relacionadas às capacidades, intenções e atividades de pessoas, grupos ou Estados estrangeiros, bem como organizações internacionais ou transnacionais” (GONÇALVES, 2011, p.48). Desse modo, a criação de serviços especializados em Inteligência externa depende dos interesses e do contexto de cada Estado, bem como de sua atuação no cenário internacional.

Operacionalmente, a Inteligência – em qualquer de suas dimensões, seja interna, externa ou militar – envolve a busca por informações a respeito de outros atores sem seu consentimento ou colaboração, e a aplicação de medidas de segurança em favor das próprias informações consideradas secretas. Nesse processo, no entanto, não se descarta a possibilidade de que, para proteger comunicações e detectar e neutralizar agentes externos e ameaças percebidas, tais agências tenham um “comportamento proativo”, empreendendo ações mais ou menos ofensivas que incorporem atividades de caráter encoberto ou clandestino, como a contra-inteligência e/ou a fraude⁹.

Observa-se, portanto, que há um vínculo estreito entre Inteligência e segurança, na medida em que, para a manutenção desta, utiliza-se daquela para se identificar e avaliar as ameaças existentes, bem como para definir os procedimentos a serem executados (ANTUNES, 2002, p. 25). Assim, a Inteligência constitui um instrumento (meio) de provisão de informações processadas para a manutenção da segurança (fim), mas não é sua responsabilidade o provimento da mesma. Contudo, por vezes, tal relação mostrou-se imprecisa, confundindo-se a atividade de informações com a própria segurança nacional, assim como é possível observar na história do Brasil e de seus países vizinhos, nos quais os serviços secretos estiveram envolvidos em ações que não faziam parte de seu escopo¹⁰.

O que se entende por “segurança nacional” é, ainda hoje, parte de uma tensão conceitual problemática. Seu significado e suas consequências não são auto-evidentes, portanto não

⁹ A fraude (ou *deception*) constitui o uso de agentes duplos infiltrados em serviços secretos adversários.

¹⁰ Abordaremos essa questão na terceira seção deste capítulo, a qual trata do desenvolvimento do sistema de informações brasileiro e o envolvimento de suas agências na repressão política em âmbito nacional e regional durante o regime militar no Brasil, sobretudo entre 1964 e 1975.

justificam o uso de mecanismos quaisquer para sua manutenção. Essa tensão se expressa na difícil tarefa de compreendê-la sem relacioná-la com políticas repressivas e na complexa relação entre as concepções de segurança coletiva (ou estatal) e individual.

Para alguns autores, é possível interpretar a segurança nacional como uma situação ou condição desejável, mantida pelo Estado por meio de práticas de negociação, obtenção de informações e emprego da força legítima contra possíveis ameaças de natureza externa ou interna. Cepik (2003, pp. 138-139), por exemplo, a entende como a “condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças à sua sobrevivência e autonomia”.

No entanto, há que se considerar as bases de legitimidade das instituições que, pretensamente, estão sob proteção do Estado e dos meios e métodos utilizados pelo mesmo a fim de garantir tais condições de segurança. Ambos determinam o nível de segurança individual e coletiva de pessoas e grupos que vivem nesse Estado, cuja atuação, por vezes, transforma-se também em fonte de ameaça. É justamente nessa dupla função (informacional e coercitiva) das unidades políticas que se manifestam os dilemas dos papéis das organizações de inteligência, assim como o desafio de compreendê-los.

Ademais, as definições de segurança nacional supracitadas não abrangem o processo de reconhecimento e percepção das ameaças, limitando-se a estabelecê-las como um simples fator contrário à sobrevivência dos sujeitos¹¹. Cabe, portanto, ponderar em que medida a inteligência constitui um instrumento de poder legítimo se, e quando, na função de obter e analisar informações e dados estratégicos protegidos por meio de procedimentos não convencionais, faz uso de meios coercitivos.

Diante disso, nota-se a necessidade de uma análise histórica que permita a observação de certas rupturas ou da formação de sistemas nacionais de inteligência divergentes, cujos processos deram origem a organismos absolutamente singulares em sua estrutura, atuação e resultados. É a partir dessa perspectiva que este trabalho busca interpretar o desenvolvimento de tais sistemas no Cone Sul¹² durante as décadas de 1960 e 1970, extraindo dessa análise o papel do Brasil e a atuação de seus serviços de informação, entre os quais se destaca o Centro de Informações do Exterior (CIEEx)¹³, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

¹¹ Essa discussão não se insere no escopo deste trabalho, entretanto, as questões relativas à natureza interna ou externa das ameaças e sua “interiorização”, serão abordadas mais adiante.

¹² Trataremos dessa questão na seção seguinte, destinada à análise do uso da informação no regime militar do Brasil contra os “inimigos internos” e o envolvimento do país na Operação Condor, criada em 1975.

¹³ Trataremos da criação, funcionamento e atuação do CIEEx no capítulo 3.

Portanto, na próxima seção, trataremos do processo de evolução dos sistemas nacionais de Inteligência, a partir do qual estabeleceremos um paralelo com a formação do sistema brasileiro. Tal análise permitirá identificar quais elementos tiveram maior influência no desenvolvimento da atividade de Inteligência no Brasil, considerando o contexto histórico e político em que suas agências foram criadas e as organizações que inspiraram o modelo de Inteligência do país.

2.1. Evolução dos sistemas nacionais de Inteligência

Fosse como informação ou notícia, a Inteligência sempre esteve presente como parte do estado de guerra. Os primeiros registros históricos relativos a essa atividade estão relacionados ao emprego da espionagem na guerra e remontam ao período do Antigo Testamento bíblico¹⁴, às recomendações do general chinês Sun Tzu escritas há 2.600 anos e à *frumentarii* romana dos séculos II e III d.C.¹⁵

Em “A arte da guerra”, Sun Tzu aborda diversos aspectos do fenômeno bélico, tanto do âmbito estratégico quanto tático, desde o momento de avaliação das condições de combate até o uso de espões. O autor defende que o conflito nunca é benéfico para nenhuma das partes envolvidas, pois promove o esgotamento dos recursos e a carência das populações. Sendo assim, afirma que o conhecimento de si e do oponente deve atingir um nível que o induza a se mover de maneira previsível e torne o combate direto desnecessário. Nesse contexto, faz-se necessária uma preparação, para a qual as operações secretas são fundamentais, pois, além de poderem ser empregadas em qualquer lugar, são decisivas para a movimentação do exército (TZU, 2012, p. 131).

Para Sun Tzu, a espionagem era crucial para a vitória na guerra, pois garantia o conhecimento prévio sobre os recursos disponíveis e as intenções do oponente. Sendo assim, no último capítulo de sua obra, o autor escreve sobre os cinco tipos de espões mais importantes para a conquista militar: os locais, nativos que serviam à população inimiga em território local; os internos, infiltrados do inimigo em território local; os duplos, que fingiam ser espões a serviço do inimigo; os condenados, aos quais intencionalmente passavam informações erradas

¹⁴ Diversas passagens bíblicas que fazem referência à atividade de Inteligência, sobretudo no Antigo Testamento, retratam o envio de espões aos territórios a serem invadidos e tomados. Um dos casos mais conhecidos encontra-se no livro de Números, capítulo 13, no qual Moisés envia doze homens para avaliar as condições da terra de Canaã, a terra prometida por Deus aos hebreus que saíram do Egito. Os espões voltam quarenta dias depois com relatos e informações valiosas, confirmando que aquele era o território procurado.

¹⁵ A sofisticada rede de espões do Império Romano, cuja responsabilidade era fornecer serviços de inteligência mesmo nos domínios mais distantes de Roma. Se nome vem da palavra latina *frumentum*, que significa grão, ou *frumentarius*, coletor de trigo. Esta era a principal ocupação dos indivíduos que faziam parte da organização, uma vez que o comércio de grãos permitia viajar e ter contatos em todo o território do império (RANK, 2015).

a fim de enganar o oponente; e os sobreviventes, que traziam informações dos acampamentos inimigos.

Na mesma linha de Sun Tzu, Tomas Hobbes argumenta que a atividade de Inteligência é necessária para a defesa da cidade (ou da República) e, para tanto, é preciso que

[...] existam alguns capazes de investigar e descobrir todos os desígnios e atos possíveis daqueles que lhe podem causar prejuízo, pois aqueles que os revelam aos ministros de estado são como os raios de sol para a alma humana. [...] eles podem ser comparados às teias de aranha que, estendendo os mais finos fios para todos os lados, as previnem de todo movimento exterior, enquanto elas permanecem escondidas em seus pequenos buracos. Quem exerce o poder não pode saber, sem o auxílio de espões, aquilo que é necessário ordenar para a defesa dos súditos, da mesma maneira que estas aranhas não sabem se devem sair, ou o que devem corrigir em sua teia, sem o movimento dos fios (HOBBS, 2006 [1640], p.107).

Em oposição à valorização que Sun Tzu e Hobbes conferem à Inteligência, Carl von Clausewitz, ainda em um período anterior à consolidação dos sistemas nacionais, possuía uma visão negativa sobre essa atividade e não a considerava tão relevante quanto a intuição do próprio governante. Em “Da Guerra”, Clausewitz afirma que, no contexto do “duelo em grande escala”, a Inteligência – definida como “todo tipo de informações sobre o inimigo e seu país” – é pouco confiável, contraditória, momentânea e, com frequência, fornece relatórios falsos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 129).

Mas Sun Tzu tinha consciência de que o uso dessa ferramenta era complexo e demandava, ao mesmo tempo, moderação e rigor. De fato, a atividade de Inteligência encontra diversos obstáculos que podem comprometer a precisão e a veracidade das informações coletadas. Especialmente em um combate cuja abrangência e número de envolvidos é grande o suficiente para que as informações se tornem inúteis rapidamente, é possível que o processo de tomada de decisão fique comprometido e seja capaz de provocar uma derrota militar. No entanto, prescindir desse recurso, mesmo em tempos de paz, não elimina as incertezas nem oferece qualquer vantagem em relação às ameaças.

Além disso, a despeito do que pode ser considerado “tempos de paz”, cabe destacar a proposição de Hobbes de que

em todos os tempos os reis, e as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa de sua independência vivem em constante rivalidade, e na situação e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos no outro; isto é, seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras de seus reinos, e constantemente com espões no território de seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra (HOBBS, 2006 [1951], p.47).

Ao longo da história, nota-se que a atividade também desempenhou um papel importante em momentos sem grandes conflitos, tal como no envio de representantes do governo para o exterior com finalidades diplomáticas, o que se tornou uma prática comum a

partir do século XV, durante a Renascença na Itália. Durante esse período, os agentes diplomáticos adquiriram um papel fundamental na manutenção do fluxo de informações políticas. A eles eram atribuídas as funções de fornecer dados que fossem relevantes aos seus países de origem, facilitar a comunicação e, em nome de seus governos, negociar com seus países de residência.

A utilização da diplomacia como sistema de comunicação entre Estados mostrou-se bastante eficaz e vantajosa em promover uma “linha direta” entre as capitais de cada país, não apenas como método para facilitar as negociações interestatais, mas também para coleta de informações (WIGHT, 2002, p.107). A partir de então, o sistema diplomático foi sendo construído como resposta à necessidade constante de informação por parte dos Estados, ao mesmo tempo em que a sistematização das informações buscava atender à demanda diplomática por controle, organização e processamento desses dados.

Em meados do século XVII, as principais potências da época (Inglaterra, França e Espanha) começaram a arquivar seus documentos a fim de organizar e recuperar as informações das chancelarias que, já naquele momento, realizavam a coleta informações de maneira ostensiva e encoberta. No entanto, mesmo diante do aumento do tráfego diplomático, permaneceu a visão de que a inteligência era parte das atribuições do estadista – portanto intrínseca ao exercício do poder – e, então, a atividade de produção de inteligência manteve-se indistinta da formulação e implementação de políticas (*policymaking*) até o início do século XX. Esse tipo de atividade fazia parte da postura de afirmação da autoridade do Estado nacional emergente, no qual tudo pertencia ao rei. Ou seja, as informações eram consideradas propriedade do governo, embora não houvesse diferenciação entre informação “aberta” ao público e “secreta”¹⁶ (CEPIK, 2001, pp. 82-83).

No final do século XVIII, a partir da reorganização das funções do secretário de Estado britânico, criou-se uma divisão de Inteligência para questões internas (*Home Office*) e outra para assuntos exteriores (*Foreign Office*). Essa divisão se desdobrou em outras duas funções no âmbito da Inteligência externa: a criptografia (escrita em código) e a criptologia (decodificação). Por meio desse processo, a diplomacia esteve na origem de diversas organizações de inteligência externa (*foreign intelligence*), mas também de organizações de inteligência interna ou de segurança (*security intelligence*).

¹⁶ Essa distinção tornou-se comum após o surgimento de jornais particulares e da liberdade de imprensa (HERMAN, 1996, p.11).

As organizações de *foreign intelligence*, eram agências específicas de coleta de informações sobre outros Estados¹⁷, subordinadas ao governo como um todo e não apenas a um ministério. A primeira organização de Inteligência externa foi a Terceira Sessão Russa, fundada em 1826 e sucedida por outra, chamada *Okhrana*, a qual consolidou a associação entre Inteligência e repressão política na Rússia. Aos poucos, esta agência passou a conduzir missões de espionagem e busca de informações de exilados russos no exterior, além de monitorar a atividade de órgãos semelhantes em seu território. Posteriormente, foi substituída pela KGB¹⁸ (HERMAN, p.19).

As agências de *security intelligence*, por sua vez, eram responsáveis pela vigilância e interceptação de mensagens em âmbito interno. Sua ação estava relacionada principalmente aos trabalhos de policiamento político realizados na primeira metade do século XIX, contra movimentos operários inspirados na Revolução Francesa. A finalidade desses serviços era a obtenção de informações e a repressão política daqueles considerados subversivos e suas atividades envolviam investigações, prisões e torturas (CEPIK, 2001, p. 91).

Apesar do auge da atividade de inteligência ter sido no século XX, a principal mudança em sua utilização teve início na era napoleônica, no começo do século XIX. A evolução tecnológica desse período contribuiu para evidenciar a importância do emprego dessa atividade na guerra e viabilizar diversas transformações nas esferas operacional e técnica. Destacam-se, nesse sentido, a revolução nas estruturas de comando das Forças Armadas¹⁹, o surgimento da imprensa, a qual servia como fonte de informação sobre o exterior, e o uso do telégrafo e das ferrovias com finalidade estratégica. (CEPIK, 2001, p.88).

Nesse período surgiram as agências militares de Inteligência (*military intelligence*), assim como os departamentos de Inteligência em diversos países (como na Grã-Bretanha, nos EUA e até na Índia), cuja responsabilidade era monitorar a movimentação de exércitos estrangeiros, concentrando sua atenção nas forças externas, mesmo em tempos de paz (HERMAN, p.18). Assim, a partir do avanço metodológico já iniciado, o uso de documentos e a produção de relatórios tornaram possível à inteligência militar uma coleta de informações sistemática e mais duradoura.

¹⁷ Exemplos de organizações desse caráter e que têm origem na diplomacia moderna são a *Central Intelligence Agency* (CIA, Agência de Inteligência Central estadunidense), o *Ha-Mossad le Moddin ule-Tafkidim Meyuhadim* (MOSSAD, israelense) e o atual *Sluzhba Vnezhney Razvedki* (SVR, russo) (CEPIK, 2001).

¹⁸ Comitê de Segurança do Estado (serviço de inteligência da União Soviética).

¹⁹ Nesse período foram criados *staffs* permanentes nos exércitos e nas marinhas cuja responsabilidade era prover informações que auxiliassem a tomada de decisão mais rapidamente, uma vez que os conflitos passaram a envolver territórios e contingentes maiores (HERMAN, p.16).

Por outro lado, embora as guerras napoleônicas tenham sido importantes para o desencadeamento das mudanças no campo da inteligência, pouca coisa mudou no que diz respeito à institucionalização. A atividade de Inteligência, semelhante aos moldes que conhecemos atualmente, começou a se formar somente a partir da segunda metade do século XIX, quando se tornou mais presente no processo de tomada de decisão governamental, representando parte significativa da alocação dos recursos de defesa das principais potências e influenciando o desenvolvimento de novas tecnologias e instituições (HERMAN, p.9).

As Guerras Mundiais também contribuíram para a evolução de organizações de Inteligência interna nos países da Europa, especialmente nos ramos da contraespionagem e da contra-sabotagem. Nesse contexto, o início do século XX assistiu a um momento transitório de superposição de trabalhos e alvos entre as polícias políticas e as agências de Inteligência externa. Porém, após o conflito, com o crescimento da rede de fontes de informação, o desenvolvimento metodológico e tecnológico, a participação direta dos comandantes no campo da Inteligência e o medo da espionagem estrangeira, passou a se delinear um movimento de especialização das atribuições em cada uma dessas esferas (CEPIK, 2001, p.88-92).

Este processo de sistematização das informações pode ser associado à racionalização e à “complexificação” estatal das formas de governo, ou seja, a crença de que o uso de técnicas científicas é capaz de promover maior racionalidade à tomada de decisões e, conseqüentemente, ao funcionamento do Estado (ANTUNES, 2002, p. 40). Nessas circunstâncias, no início da década de 1940, a Inteligência passou a ser vista como um dos fatores mais importantes para o sucesso ou fracasso de um governo, sobretudo no âmbito militar, além do fato de que sua utilização refletia a expectativa de que qualquer instituição ou unidade política que por ela fosse subsidiada teria um processo decisório racional, baseado em informações adquiridas através de procedimentos específicos e orientados para a ação política.

No decorrer da II Guerra até o início da Guerra Fria, o temor de uma nova Revolução Francesa já havia cessado, mas o desafio imposto pela “ameaça comunista” permaneceu, dando um impulso às capacidades de Inteligência em uma escala nunca vista até então. Inaugurou-se, assim, um processo de integração entre departamentos e organizações de Inteligência, com análise de informações sob uma perspectiva nacional, isto é, com a adoção de uma visão holística de inimigo que implicava na análise integrada de questões relativas aos campos militar, naval, aéreo, político e econômico (HERMAN, p. 26).

Apesar do desenvolvimento da atividade, a separação entre Inteligência e as funções de planejamento e operações se consolidou somente no pós-II Guerra, quando se iniciou a criação de unidades especializadas de Inteligência em cada uma das Forças em diversos países (CEPIK,

2001, p.90). Assim, nas últimas duas décadas da Guerra Fria, observou-se transformação das agências de Inteligência em serviços de segurança cada vez mais especializados, com novas estruturas departamentais, porém mais conectadas entre si e, conseqüentemente, a ampliação da agenda de segurança internacional. Gradualmente, esse processo passou a ser reconhecido como parte do desenvolvimento de uma “comunidade de Inteligência” formada pelas modalidades interna, externa e militar, constituindo o sistema nacional de Inteligência moderno (HERMAN, pp. 25-28).

Nota-se que, ao longo do processo de construção dos sistemas modernos de Inteligência, desenvolviam-se dois movimentos de expansão simultâneos. Em uma primeira dimensão, ocorria a diferenciação organizacional, isto é, a formação de subsistemas de Inteligência policial – resultantes da aproximação entre os serviços de Inteligência interna e as unidades de investigação criminal, integrando métodos e técnicas de Inteligência às dinâmicas policiais – e de subsistemas de Inteligência militar – comandos integrados e agências centrais de Inteligência de defesa (CEPIK, 2001, p.5).

Em uma segunda dimensão, ocorria a diferenciação funcional, com o surgimento de organizações especializadas em diferentes métodos e técnicas de coleta e análise de informações, como: *humint* (de fontes humanas), *sigint* (por interceptação e decodificação de comunicações e sinais eletromagnéticos), *imint* (por processamento de imagens), *masint* (por técnicas de mensuração de assinaturas) e *osint* (de fontes ostensivas, como meios de comunicação em massa e livros) (CEPIK, 2001, p.97).

Como consequência dessa lógica de expansão, observou-se o crescimento da complexidade dos sistemas nacionais de Inteligência e o aumento do número de instâncias de coordenação, gestão de recursos e supervisão de políticas nacionais para este setor. Sendo assim, a diversidade de perfis organizacionais e funções atribuídas caracterizaram a descontinuidade histórica do processo de desenvolvimento das agências de Inteligência e, conseqüentemente, a dificuldade de situá-las no conjunto de elementos que integram o aparato estatal de exercício do poder.

Cabe ressaltar que o aumento da complexidade dos sistemas de Inteligência que se seguiu ao avanço tecnológico do pós-guerra é majoritariamente aplicado aos países mais desenvolvidos daquele período. Entretanto, se definirmos tais sistemas como “organizações que atendem à função de Inteligência dentro de um determinado governo” (ANTUNES, p. 39), é possível encontrar reflexos desse processo na formação das estruturas de Inteligência no continente sul-americano, inclusive no Brasil, a partir da década de 1920.

Ainda que o processo de especialização das funções de Inteligência descrito anteriormente tenha sido lento e condicionado pelas mudanças da era moderna, sua trajetória permite compreender a natureza informacional e coercitiva dos serviços de Inteligência modernos. A diplomacia, a guerra e a manutenção da ordem interna podem ser identificadas nas origens das organizações de Inteligência externa, militar e interna, respectivamente, e categorizadas como as três matrizes organizacionais mais importantes para a formação desse sistema (CEPIK, 2003, p.82).

No entanto, para compreender o desenvolvimento institucional de cada organização de Inteligência, faz-se necessário compreender o contexto situacional de cada país ao qual pertencem, incluindo seus principais atores, seus interesses e os eventos externos que mais tiveram impacto sobre cada processo (CEPIK, 2001, pp.81-82). Para esse tipo de reflexão, há que se considerar em que medida a autonomia operacional que os organismos de Inteligência adquirem ao longo de sua formação, a interdependência burocrática e, conseqüentemente, a justaposição de funções e tarefas entre as agências de cada sistema impactam na elaboração e implementação de políticas e na eficiência dos serviços prestados aos seus governos.

Sendo assim, a partir do histórico dos sistemas nacionais de Inteligência modernos apresentado acima, tendo em vista suas principais matrizes organizacionais, será possível analisar a formação da enorme comunidade de informações do regime militar brasileiro, representada pelo Sistema Nacional de Informações do Brasil (SISNI), e de sua agência central, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Por conseguinte, será possível compreender de que maneira a dinâmica entre ambas as instituições levou à criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), bem como o caráter institucional e a atuação deste no contexto histórico-político-social dos regimes militares sul-americanos.

2.2. A construção do sistema nacional de informações do Brasil

Os primeiros indícios da atividade de informação no Brasil podem ser identificados na instauração da Primeira República, quando criado o Estado-Maior do Exército (EME) pelo Presidente Prudente de Moraes (1894-1898), em 1896²⁰. Entretanto, a Inteligência só começou a ser institucionalizada no contexto da turbulenta década de 1920, em meio aos movimentos tenentista e operário, à vitória da Revolução Russa e à crise econômica que levou à queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Em 1927, durante o governo de Washington Luís (1926-1930),

²⁰ BRASIL, Lei n. 403, de 24 de outubro de 1896.

foi criado o Conselho de Defesa Nacional (CDN), cuja função era acompanhar esses acontecimentos e prover o estudo e a coordenação das informações sobre quaisquer questões relacionadas às áreas financeira, econômica, bélica e moral e, dessa forma, garantir a defesa do país (ANTUNES, p. 45).

Em 1934, o CDN foi reorganizado e passou a se chamar Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN), mas pela nova Constituição de 1937, transformou-se no Conselho de Segurança Nacional (CSN) e passou a ser responsável pela coordenação dos estudos de segurança. Sob a estrutura do CSN, outros órgãos complementares foram criados para prestar assessoria à Presidência da República e aos Ministérios Cíveis em questões relativas à segurança nacional. Dentre tais, a Secretaria Geral do CSN se destacava como agência central, subordinada diretamente ao Presidente, e responsável por centralizar informações, preparar e coordenar estudos e relatórios, notificar ministérios das decisões presidenciais, entre outras tarefas administrativas (ROTH, p. 54).

Apesar das mudanças sofridas nessa primeira tentativa de organização de um sistema de Inteligência brasileiro, a atividade de informação permaneceu voltada para as questões externas tal como na origem do CDN, devido à ausência de profissionais de Inteligência e, conseqüentemente, à necessidade de apoio de militares. Por esse motivo, o governo brasileiro acreditava que a SG/CSN ainda não atendia à dinâmica do contexto internacional, que assistia ao final da II Guerra Mundial e ao surgimento da Guerra Fria (ROTH, p.56).

No decorrer das décadas de 1940 e 1950, havia uma tendência à centralização dos serviços de informação no Executivo, de modo a consolidar a proposta de “racionalização” do serviço público no Brasil, a qual incluía maior intervenção estatal em todos os setores nacionais. Assim, à medida que os movimentos sociais se intensificavam, crescia também uma rede de monitoramento e repressão estatal aos trabalhadores e operários, sobretudo nos Estados de São Paulo e no Distrito Federal – naquela época, localizado na cidade do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Considerava-se necessária, então, a criação de um órgão cuja função de coleta e análise de informações fosse mais sistemática e permanente e que fizesse frente aos desafios daquela conjuntura. Sendo assim, em 1946, a SG/CSN foi subdividida em três seções, e coube ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) – no interior da Segunda Seção da SG/CSN – a coordenação dos serviços de pesquisa, monitoramento e estudos sobre a conjuntura política e as ações dos partidos políticos (ANTUNES, pp. 46-47).

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do SFICI era exercida de forma alternada por oficiais superiores das Forças

Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas. (RORATTO; CARNIELLI, 2006, p.17)

Devido à tensão provocada pelo acirramento da Guerra Fria e pela Revolução Cubana, a atividade de informações passou a receber mais atenção e investimento por parte das autoridades brasileiras. Por isso, o governo passou a se dedicar à criação uma agência de informações nos moldes da CIA e do FBI, inclusive contando com apoio financeiro e logístico destas agências. Foi nesse contexto que ocorreu a regulamentação do SFICI, efetivamente estabelecido em 1958, durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando designado à função de avaliar as potenciais circunstâncias de emprego da força em âmbito interno e externo²¹, ganhando maior autonomia na condução das atividades de informação até o início da década de 1960 (ANTUNES, p. 51).

Embora seja difícil avaliar a efetiva contribuição do SFICI para o processo decisório durante o período em que esteve ativo, sua criação representou um avanço para a consolidação de um sistema nacional de Inteligência. Ele foi o primeiro órgão civil de Inteligência no Brasil e deixou como legado o início de uma sistematização da linguagem da atividade e um método padrão para a produção de conhecimento que foi utilizado sem grandes mudanças até a década de 1990 (GONÇALVES, 2008, p.480).

O processo de regulamentação do SFICI foi acompanhado da criação da Junta Coordenadora de Informações (JCI)²². A JCI era responsável por planejar a obtenção de informações de interesse para a segurança nacional realizada por outros organismos do sistema de Inteligência brasileiro, além de colaborar na elaboração e atualização do Plano Nacional de Informações (PNI). Porém, seu foco era conter a o avanço do ideário comunista, tanto por meio dos movimentos operários quanto dos partidos políticos de esquerda (OLIVEIRA, 2013, p.232).

Desde JK, a articulação dos órgãos de informação brasileiros estabeleceu a base para um sistema nacional de vigilância e repressão que abrangia todos os setores do Estado, tanto interna quanto externamente. Os integrantes dessa estrutura de segurança atuaram como polícias políticas e trabalharam para a criação de uma agência central de informações que se consolidou em um dos mais sofisticados aparatos de informação da América Latina nos anos posteriores ao golpe civil-militar²³ de 1964: o Serviço Nacional de Informações (SNI) (OLIVEIRA, 2013, p. 112).

²¹ O SFICI foi regulamentado através do Decreto nº 44.489-A1, de 15 de setembro de 1958.

²² Decreto n. 45.040, parágrafo 1º do artigo 4º, de 6 de dezembro de 1958.

²³ Tomamos emprestada a designação de Carlos Fico ao golpe como “civil-militar”, tendo em vista a efetiva participação de boa parte da sociedade civil em sua configuração como agente histórico, e não apenas como

O SNI foi instituído logo após Castelo Branco assumir o primeiro governo militar do regime autoritário brasileiro, em substituição ao SFICI, tendo em vista as dificuldades operacionais enfrentadas por este órgão. Ao ser criado, o SNI foi designado como a agência central do Sistema Nacional de Informações brasileiro (SISNI) com autoridade para criar tantas agências regionais quantas fossem necessárias. Ele também incorporou todo o acervo e quadro funcional de seu antecessor e foi subordinado à Presidência com a função de:

[...] subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contrainformações; estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, com entidades privadas e quando for o caso com as administrações municipais; proceder à coleta, avaliação, integração das informações em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos do CSN; promover a difusão adequada das informações. (Lei n. 4341, de 13 de junho de 1964).

O primeiro chefe do SNI foi o general Golbery do Couto e Silva – cargo posteriormente ocupado por Médici e Figueiredo –. Golbery também fora chefe do SFICI e um dos fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG), a qual teve um papel importante para a criação e estruturação do Serviço. A ESG fora criada em 1949 e era entendida como a instituição produtora e detentora das concepções geopolíticas e estratégicas brasileiras. Ela proporcionou ao SNI o amparo conceitual necessário para justificar a ampliação de sua estrutura e consolidar os meios necessários para alcançá-la (MIYAMOTO; GONÇALVES, 1995, pp. 15-16).

Foi nesse contexto que, em 1967, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) foram criadas no Brasil, tendo como objetivo colaborar com o SNI e “proporcionar assessoramento de alto nível ao respectivo ministro, nos assuntos de seu ministério, relacionados com a segurança nacional e as informações” (apud CNV, 2014, p.122). Seu papel era suprir o SNI de informações a respeito de toda a dinâmica no interior dos ministérios, inclusive sobre o posicionamento político de funcionários e ministros. Semelhantemente, o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) foram criados em 1967 e 1970, respectivamente, e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), que já existia desde 1964, foi reformulado em 1971 a fim de integrar os trabalhos de Inteligência do regime militar (ANTUNES, p.28).

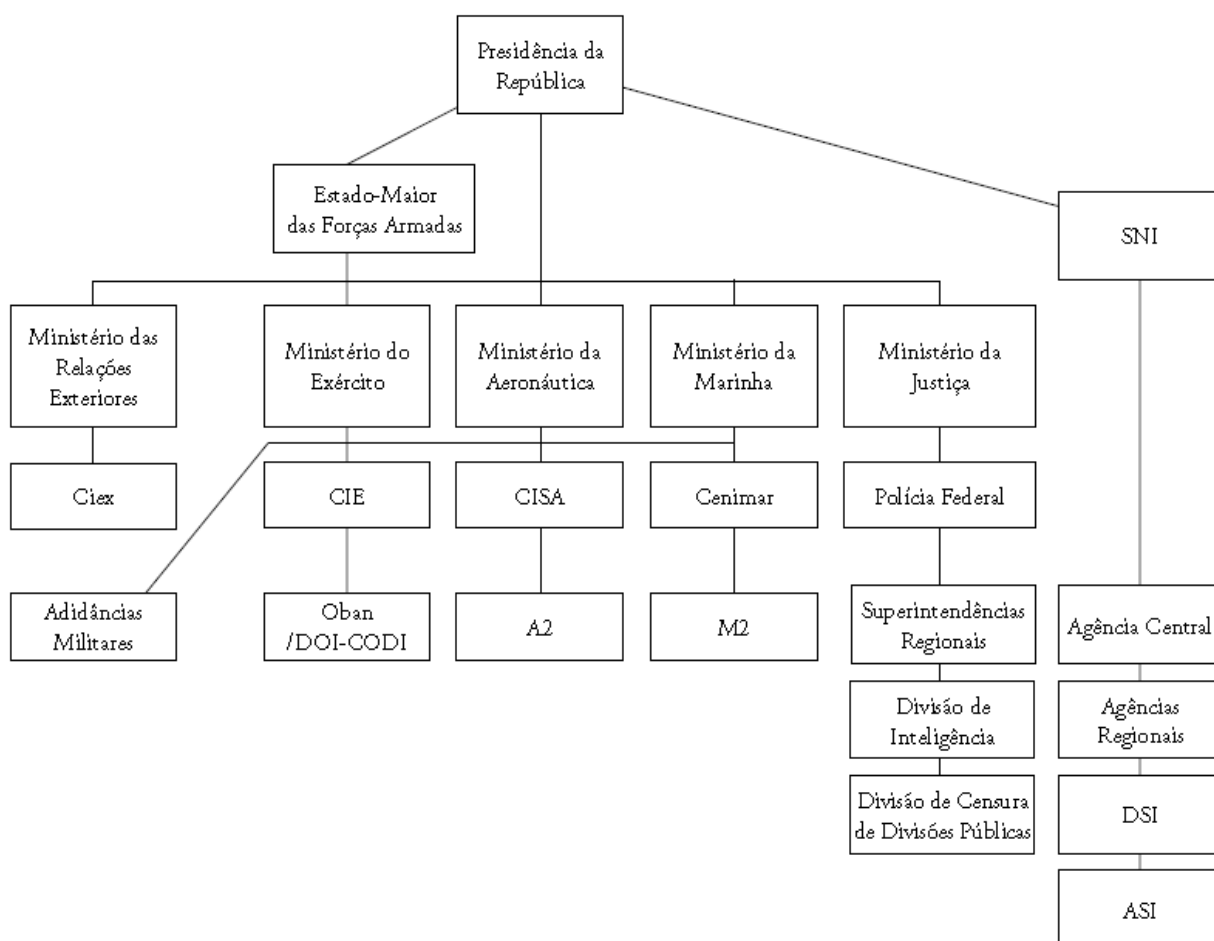
Assim, em sua tarefa de “superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (ARNS, 1985. P.73), o SNI era responsável por reunir todas as informações coletadas pelas DSI

apoio político. Contudo, assim como o autor sustenta, concordamos que o regime autoritário que se seguiu ao golpe foi eminentemente militar, de modo que a expressão mais adequada para se referir a ele seria “ditadura militar” – e não “ditadura civil-militar” (FICO, 2014, p.9).

pertencentes a cada um dos treze ministérios existentes naquela época, pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e pelos órgãos de informação militares (CIE, CISA e CENIMAR), constituindo a chamada “comunidade de informações”. A maioria desses órgãos atuava como serviços de produção e coleta de informações em território nacional, a fim de promover a defesa e a manutenção da segurança interna contra as ameaças externas.

Todavia, além desses organismos, foram criados: o Centro de Operação de Defesa Interna (CODI), órgão de planejamento e comando da estrutura militar; o Destacamento de Operações e Informação (DOI), braço operacional dos CODI, responsável pelas operações de repressão; a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), ligada às DSI, atuante em universidades e empresas; e o Centro de Informações do Exterior, ligado ao Itamaraty. Estes, por sua vez, tinham a função de realizar buscar informações e até mesmo espionar e perseguir opositores dos governos por meio de operações clandestinas (BRASIL, 2014, pp.7-12).

Figura 1: Organograma da estrutura dos órgãos de informação criados pela ditadura militar (BRASIL, 2014, p.113).



Paralelamente a isso, durante o governo Médici (1969-1974), foi apresentado o Plano Nacional de Informações (PNI) que, entre outras coisas, tinha o objetivo de tornar a coleta e disseminação de informações mais eficientes. O PNI estabelecia a estrutura do SISNI e atribuía a cada um de seus membros a elaboração de um Plano Setorial de Informações (PSI), cuja finalidade era a “produção de informações setoriais, externas ou internas, especificamente relacionadas com as missões e atuação dos Ministérios”²⁴.

O PNI atribuiu ao SNI a responsabilidade de formular uma doutrina nacional de informações e capacitar agentes na área, mas, por não haver dentro do órgão quem pudesse fazê-lo, a tarefa foi repassada à Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971 com apoio dos serviços de Inteligência da Alemanha, França, EUA e Inglaterra. Finalmente, em

²⁴ Arquivo CNV, 00092.003487/2014-12: Aviso secreto G/DSI/48/500.5, de 9 de outubro de 1970.

1976, publicou-se o primeiro Manual de informações da EsNI, pelo qual se regulamentou a doutrina de Inteligência utilizada desde o começo daquela década.

Ao final dos anos 1970, com o dismantelamento do movimento armado da esquerda, o comunismo já não representava uma grande ameaça à ordem defendida pelo regime militar. Esperava-se, então, que houvesse um retrocesso na estrutura do SNI, porém o que ocorreu foi uma ampla expansão (ANTUNES, 2002, p.77). No governo de Figueiredo (1979-1985), o órgão continuou investido do trabalho de garantir a segurança nacional e ganhou prestígio por parte da comunidade de segurança do país e também entre seus vizinhos na América do Sul.

No início do mandato de José Sarney (1985-1990), a conjuntura internacional demandava atenção a outras questões, como espionagem internacional e industrial e disputas fronteiriças, de maneira que a estrutura do SNI começou a ser reformulada, levando-o a atuar em questões externas. Ainda assim, o Serviço permaneceu ativo, sobrevivendo até mesmo à nova Constituição Federal de 1988. Entretanto, ao assumir a Presidência em 1990, Fernando Collor de Melo deu início à reestruturação do sistema de Inteligência brasileiro, extinguindo o SNI e criando em seu lugar a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Nessa estrutura de informação construída no Brasil, observa-se que não havia uma justificativa clara para a imposição de condições favoráveis à manutenção de um sistema de segurança, senão a própria sustentação dessas mesmas práticas. Ou seja, criou-se um ciclo de “retroalimentação” em que a ideologia da segurança nacional estabelecia os alicerces para a execução das ações de obtenção de informações, de emprego da força contra possíveis ameaças (de natureza interna ou externa) e de negociação, as quais tinham por objetivo a própria garantia da segurança nacional.

Assim, por meio da integração das políticas de defesa, externa e de promoção da ordem pública, criou-se a base para o exercício do poder do Estado durante o regime militar no país. Como parte dos resultados dessa integração, ocorreu a sistematização da produção de informações por meio de uma agência central de dupla atuação, ou de atuação em dois níveis – interno e externo – que se projetou em diversas instâncias de poder da burocracia estatal.

Para cada uma dessas dimensões havia órgãos responsáveis por coletar, processar e disseminar a informação com a finalidade de subsidiar o governo em suas decisões. Por vezes, a intersecção de ações, somada à relativa autonomia que cada organismo desse sistema possuía, levava à transformação dos mesmos em aparatos de repressão política e violação de direitos civis, inclusive em âmbito externo, de maneira integrada e em nível regional, tal como ocorreu durante os regimes militares no Cone Sul.

Merece destaque o fato de que o verdadeiro propósito dessas agências brasileiras de Inteligência era a erradicação da “ameaça comunista” em âmbito interno. Entretanto, esta perspectiva estava alinhada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estadunidense, elaborada pelo *National War College* estadunidense a partir da década de 1940 e difundida pelo continente sul-americano por meio das escolas militares e de treinamentos de oficiais latino-americanos na Escola das Américas no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970. Em geral, consistia em um conjunto de regras cujo objetivo era impedir o avanço do comunismo internacional e promover a defesa dos “valores democráticos do mundo ocidental”, apoiando-se na perspectiva da segurança coletiva.

Porém, também é importante mencionar que, embora seja comum a associação do anticomunismo à eclosão da Guerra Fria, a inspiração dos militares que lutavam contra o comunismo e que derrubaram o governo de João Goulart em 1964 remontava à década de 1930. De acordo com Motta (2012, p.134), o anticomunismo não representa uma doutrina, posto que congrega raízes ideológicas diferentes, mas deu origem a uma tradição por meio de valores já presentes no final do século XIX e que se fortaleceram após a Revolução Russa, em 1917.

No Brasil, quando o Partido Comunista (PC) passou a ocupar um espaço político mais significativo, a partir da década de 1930, a “ameaça do perigo vermelho” também começou a ganhar destaque no cenário público. Então, quando militares de esquerda que compunham a Aliança Nacional Libertadora (ANL) lideraram o levante armado que ficou conhecido como a Intentona Comunista, em 1935, Getúlio Vargas aproveitou para instaurar medidas excepcionais que fortaleceram seu poder e abriram caminho para o golpe de 1937.

Assim, os acontecimentos de 1935 foram importantes na medida em que contribuíram para a consolidação da visão negativa do comunismo que foi amplamente difundida entre os militares. As representações anticomunistas argumentavam que o levante havia sido uma traição às Forças Armadas e, dessa maneira, construíram uma tradição que já se encontrava bem fundamentada quando a Guerra Fria chegou até o continente sul-americano (MOTTA, 2012, p.135).

Além do “anticomunismo”, outros conceitos também foram elaborados e utilizados para a defesa da segurança nacional, mas todos partiam da mesma origem, que era a “ameaça vermelha”. A partir de tais ideias, diversas políticas foram implementadas em diversos setores da sociedade, inclusive nos campos educacional e cultural. Assim, quando a influência dos partidos de esquerda aumentou, a partir de 1964, e a juventude universitária começou a atrair-se por seus ideais, os militares voltaram sua atenção – e, sobretudo, sua repressão – ao ambiente acadêmico. Nessas circunstâncias, os aparatos de informação brasileiros (incluindo o MRE)

foram direcionados à vigilância constante de estudantes e professores ligados às universidades da URSS, além dos sindicalistas, artistas, intelectuais, políticos e trabalhadores que já vinham sendo espionados.

Por outro lado, as relações comerciais com países socialistas do leste europeu impediram que medidas radicais fossem tomadas no âmbito da educação para a “defesa da segurança nacional” brasileira. Isso porque o governo do Brasil não desejava criar atritos diplomáticos que pudessem riscar sua imagem no ambiente internacional. A repressão, de certo modo, foi sutil, mas efetiva. Os órgãos de informação se empenharam para rastrear pessoas e diplomas soviéticos revalidados no Brasil, vigiar estudantes e evitar contratações de funcionários em cujo passado houvesse qualquer envolvimento político com a esquerda comunista (MOTTA, p.141).

De acordo com Motta (2012, p. 136), houve três grandes “ondas” anticomunistas no Brasil: a primeira, entre 1935 e 1937, que culminou no regime autoritário do Estado Novo; a segunda, entre 1946 e 1948, quando o PC foi legalizado e houve forte reação dos grupos de direita; e a terceira entre 1961 e 1964, que antecedeu o golpe civil-militar. Nesta última, a polarização direita-esquerda não teria sido fomentada apenas pela conjuntura política da Guerra Fria, influenciada pela Revolução Cubana, mas também pelo agravamento dos problemas internos, pelas demandas por reformas sociais, pela crise econômica, denúncias de corrupção, além da inflação e da redução das taxas de crescimento.

Em âmbito internacional, porém, o êxito da Revolução Cubana, em 1959, trouxe o receio de que esse movimento se espalhasse pela América do Sul, fazendo com que a orientação estratégica da DSN fosse redirecionada da defesa hemisférica coletiva para a segurança interna – ou para a “segurança nacional”, adquirindo, assim, maior relevância no subcontinente²⁵. Essa nova postura estava diretamente relacionada ao processo de “internalização do inimigo” e, com isso, esperava-se combater quaisquer focos de agitação social que pudessem desestabilizar a região (FERNANDES, 2009, p.837).

Assim,

a teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das

²⁵ Anteriormente a isso, em 1947, os EUA já haviam lançado o Plano Marshall, evitando barrar o avanço do comunismo na Europa, e a Doutrina Truman, pela qual justificavam conter qualquer ameaça da União Soviética por meio da força militar, em qualquer país do mundo (FERNANDES, 2009, p. 832).

forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de *facto* do poder no interior do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 2005, p.48).

Em conjunto, os conceitos e princípios da segurança nacional se difundiram pelo continente sul-americano e flexibilizaram as condições de atuação do Estado no combate ao movimento comunista. Desta feita, Comblin (1978, p.55) afirma que

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional.

De tal modo, tornou-se comum – ou até mesmo normal – que os países herdeiros dessa variante da DSN invadissem e interferissem em outros sob a justificativa de manutenção de sua própria segurança e da defesa de seus interesses nacionais, ampliando consideravelmente o potencial de alcance dos serviços de informação (FERNANDES, p.839). Como consequência, esse tipo de mudança de foco na atuação dessa atividade – a saber, do assessoramento ao processo decisório para repressão política e policial – implicou também a sobreposição de trabalhos entre os órgãos de Inteligência e os órgãos policiais.

Por conseguinte, tal concepção permitiu um novo entendimento sobre a questão da soberania, de maneira que os limites geográficos não eram mais suficientes para delimitar o alcance estatal e, assim, as fronteiras físicas também foram substituídas pelo que se denominou “fronteiras ideológicas”. Dessa forma, qualquer pessoa – fosse estrangeira ou não, estivesse dentro ou fora dos limites de jurisdição nacional – ou qualquer movimentação contrária ao governo vigente poderia ser considerada potencial desestabilizadora da segurança nacional e, uma vez identificada como tal, deveria ser eliminada (FERNANDES, p.847).

Nota-se, portanto, que a ideologia da segurança nacional ofereceu a base para uma estrutura de repressão política ao permitir a conjugação da dinâmica e dos recursos disponíveis aos aparatos de segurança interna com a capilaridade dos serviços de informação em um sistema organizado e centralizado. No entanto, essa composição pode ser tão mais efetiva – e nociva – no combate ao “inimigo interno” à medida que se estabelece sob um governo autoritário e expande suas atividades para além das fronteiras nacionais.

Foi exatamente esta conjuntura que se instituiu durante o regime militar no Brasil. Nesse processo, outras instâncias de administração e execução do poder do Estado acabaram surgindo – sobretudo na área de informação – e outras foram envolvidas nas ações de repressão política, atuando como instrumentos de combate ao comunismo e sendo alvos da espionagem estatal simultaneamente, como ocorreu, por exemplo, com o MRE.

3 OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR

Tanto o golpe de Estado de 1937 quanto o golpe civil-militar de 1964 representaram dois momentos-chave de ruptura democrática no Brasil, no entanto, os vinte e sete anos que os separam, por vezes ignorado pelos pesquisadores, é extremamente relevante para a compreensão dos desdobramentos no período militar. Publicamente inspirados na concepção do combate à “ameaça comunista”, ambos os acontecimentos devem ser observados como partes de um processo continuado – e não de um contexto de interrupção – do desenvolvimento da perspectiva anticomunista.

Como descrito no capítulo anterior, o contexto criado pela Guerra Fria contribuiu para a disseminação da visão que determinou a orientação estratégica dos governos militares na América do Sul. Mas, além do “anticomunismo”, outros conceitos foram elaborados e utilizados como base para a defesa do paradigma da segurança nacional, de maneira que se permitiu a paradoxal aplicação da ideia de “inimigo” a um alvo difuso e, em certa medida, abstrato, justificando, dessa forma, o uso de quaisquer mecanismos de negociação, obtenção de informações e emprego da força contra o mesmo. Assim, no período “entre golpes” brasileiro, possibilitou-se a consolidação de uma lógica repressiva centrada na “eliminação do inimigo interno” e inspirada no viés liberal (SETEMY, 2014b, p.8).

Tal perspectiva também se refletiu no posicionamento internacional do Brasil durante o regime militar – visível através da sua política externa que, não obstante as mudanças de governo e orientação estratégica, permaneceu com a mesma convicção político-ideológica ao longo desse período. Dessa maneira, o país constantemente reafirmava sua contraposição em relação aos Estados de orientação socialista como forma de obter investimentos dos EUA no processo de desenvolvimento brasileiro, apoio este que não se deu apenas na área econômica, mas, especialmente, nas questões de segurança e de informação.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que o Brasil havia perdido importância geopolítica para os EUA ao final da Segunda Guerra Mundial, mas foi também nesse período que Castelo Branco – futuro marechal e primeiro presidente do regime militar – tornou-se amigo de Vernon A. Walters, oficial estadunidense que teve influência sobre a Força Expedicionária Brasileira e foi adido militar dos EUA no Brasil em 1964, desempenhando um importante papel na consolidação do golpe (FICO, 2014, p.25). A condição do Brasil em relação aos EUA só mudou ao final dos anos 1950, após a Revolução Cubana, com o temor de que as agitações esquerdistas se espalhassem pela América Latina.

Anos mais tarde, mas ainda diante do quadro político de polarização ideológica, e no contexto da renúncia de Jânio Quadros e da posse de João Goulart na Presidência do Brasil em 1961, os EUA empenharam-se na derrubada do já desestabilizado governo brasileiro, colocando em funcionamento a Operação *Brother Sam*. Tratava-se de um plano de contingência elaborado pelos serviços de informação americanos para apoiar a formação de um governo alternativo ao de Jango, com aparência constitucional, mas sem prescindir a possibilidade de um confronto armado.

Para a realização desse plano, não apenas o serviço secreto estadunidense foi disponibilizado, como também providenciado todo o apoio logístico (com armamento, munição, combustível e alimentos) e financeiro necessário. Pouca coisa foi realmente útil, uma vez que praticamente não houve resistência da parte dos aliados de Goulart ao golpe, porém a Operação *Brother Sam* mostrou que a presença norte-americana nos assuntos internos dos países latino-americanos por meio da CIA e de outros órgãos de informação vinha tornando-se prática comum (FICO, p.79).

Uma vez deflagrado o golpe civil-militar de 1964, uma nova etapa foi inaugurada no processo de tomada do governo pelos militares no Brasil. De acordo com Carlos Fico (2014, p.101), a ditadura militar “ganhou fôlego com a edição do Ato Institucional”. O Ato (AI-1) conferia poder aos comandantes-em-chefe das três Forças para suspender direitos políticos e cassar mandatos em todas as instâncias, até mesmo nas Forças Armadas, à revelia das garantias constitucionais.

As punições aplicadas em conformidade com o AI-1 seriam realizadas pelo recém-criado “Comando Supremo da Revolução”²⁶, cujos inquéritos seriam conduzidos por oficiais superiores (sobretudo coronéis). Dessa maneira, ao entrar em vigor, o Comando suspendeu os direitos políticos de cem cidadãos²⁷ – entre eles, os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros – e cassou o mandato de quarenta membros do Congresso Nacional²⁸, ação que ficou conhecida como Operação Limpeza.

Nessas circunstâncias, do ponto de vista do governo militar, a criação de um sistema nacional de informações brasileiro que fosse capaz de impedir os avanços da ameaça comunista, tanto interna quanto externamente, tornou-se necessária. Assim, foram incorporados ao SISNI

²⁶ O “Comando Supremo da Revolução” foi organizado por Costa e Silva em 2 de abril de 1964 e era formado por três membros: Francisco de Assis Correia de Melo, brigadeiro da Aeronáutica, Augusto Redemaker, vice-almirante da Marinha, e o próprio Costa e Silva, automeado Comandante-em-Chefe do Exército. Além disso, a organização do Comando estaria a origem da chamada “linha dura”, embrião da “comunidade de informações” que se estabeleceria futuramente (FICO, 2014, p.102).

²⁷ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n.1, de 10 de abril de 1964. Suspende direitos políticos.

²⁸ BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n.2, de 10 de abril de 1964. Cassa mandatos legislativos.

diversos órgãos de informação de origem militar e civil (Cenimar, CIE, CISA, DOPS, DSI e SNI), aos quais foi atribuída a tarefa de monitorar, vigiar, perseguir, combater e reprimir a resistência comunista no Brasil. Sob o “guarda-chuva” do SNI, portanto, foi instituída a base da “comunidade de informações” do país.

Entretanto, à medida que os movimentos de esquerda no Brasil e no mundo cresciam e a resistência política se fortalecia, o governo brasileiro enxergava a necessidade de investir na configuração de um mecanismo de espionagem mais “eficiente”. Complementarmente a isso, a eficácia e o êxito dos serviços de informação internos reforçavam o peso e o ideário criado em torno da segurança nacional, criando um ciclo que se desdobrava na formulação de políticas de defesa, doméstica e externa específicas para este fim, aplicáveis a todas as esferas da sociedade.

A alternativa buscada pelo governo brasileiro consistia, então, na criação de um organismo de informação nacional que concentrasse, ao mesmo tempo, características dos serviços de Inteligência interna, externa e militar, cuja estrutura permitisse uma abrangência internacional. No entanto, para que essa opção fosse viável e eficaz, seria estritamente necessário seguir determinadas diretrizes, de modo que a imagem do Brasil no exterior não sofresse qualquer impacto negativo. E foi precisamente nesta lacuna do sistema repressivo brasileiro que o Centro de Informações do Exterior demonstrou ser a solução mais eficiente e adequada aos interesses do regime, mas, para tanto, a colaboração do MRE seria imprescindível.

3.1. A participação do Itamaraty

Parte considerável da bibliografia que trata do regime militar no Brasil confere destaque à atuação dos serviços de informação na repressão política em âmbito interno, em detrimento de sua atuação externa. Por outro lado, é fato que a documentação oficial produzida nos vinte e um anos de ditadura militar foi disponibilizada ao público recentemente, permitindo o avanço das pesquisas no país apenas nos últimos anos. Em virtude dessa “falta” de fontes, a atuação do Itamaraty durante o regime militar no Brasil permaneceu no desconhecimento por muito tempo.

A retórica da diplomacia brasileira sempre foi de negação quanto à colaboração com as atividades de espionagem, controle e repressão de opositores políticos do regime militar e de neutralidade em relação às questões política interna, mantendo apenas as atribuições de um órgão de natureza informacional legítimo.

Entretanto, os documentos produzidos pelo Itamaraty nas três décadas que precederam o golpe de 1964, permitem afirmar que o monitoramento de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil era prática comum naquele período e tornou-se contínua ao longo das décadas seguintes. Desde 1935, o “perigo comunista” já fazia parte do discurso político brasileiro e as práticas estatais repressivas constituíam a “tradição de segurança nacional”.

O primeiro serviço de Inteligência do MRE surgiu em 1936 e se chamava Serviços de Estudos e Investigações (SEI). Posteriormente, tornou-se Serviço Especial de Investigações, cuja primeira chefe foi Odette de Carvalho e Souza, diplomata envolvida na deportação de Olga Benário e que possuía estreita relação com a *Entente Internationale contre la Troisième Internationale*, ou *Entente Internationale Anticomunista* (EIA)²⁹ (BRASIL, 2014, p.180).

De acordo com o Relatório da CNV (BRASIL, 2014, p.181),

Odette de Carvalho e Souza fundamentou, em circunstanciado memorial, as razões para a criação dos SEI (que, a partir de 1937, passariam a chamar-se Serviços Especiais de Informações). Nesse documento, argumentava que, devido ao caráter internacional do comunismo, a luta para frear-lhe a expansão teria de ser travada no terreno internacional. Sua coordenação, no Brasil, só poderia ser levada a efeito pelo MRE. Por um lado, as missões diplomáticas brasileiras constituíam “ótimos postos de observação”. Suas informações “preciosas” ajudariam a melhor conhecer o inimigo, suas táticas e palavras de ordem. Já os consulados brasileiros deveriam exercer permanente vigilância, para evitar a infiltração de armas ou de elementos extremistas de nacionalidade estrangeira. Em paralelo, as missões diplomáticas e consulados de outros países no Brasil seriam chamados a colaborar nos processos de expulsão de estrangeiros indesejáveis. Ao manter “constante e estreita ligação com as instituições internacionais incumbidas do combate ao comunismo” – vale dizer, com a EIA –, dispunha o MRE de informações provenientes do mundo inteiro, que, por intermédio dos então projetados SEI, poderiam ser transmitidas “às autoridades mais diretamente interessadas, notadamente, à polícia e aos ministérios militares”. Por fim, concluía que o mesmo deveria ser feito, pelos SEI, com as informações que o MRE recebia da rede de postos diplomáticos e consulares no exterior, bem como das missões diplomáticas e dos consulados estrangeiros no Brasil.

Logo, é possível observar que nos anos anteriores à Guerra Fria, a chancelaria brasileira já desenvolvia atividades cuja finalidade era defender a soberania do país combatendo o comunismo, então considerado um crime comum contra a nacionalidade e a ordem social. Além disso, nota-se também a utilização das missões diplomáticas e consulados como “postos de observação” para a coleta de informações sobre o “inimigo” e a colaboração de serviços secretos estrangeiros na vigilância de tais adversários.³⁰

²⁹ Entente Internacional Anticomunista (organização dedicada a combater o avanço do comunismo internacional, criada em Genebra na década de 1920).

³⁰ Neste ponto, vale lembrar que o MRE é um instrumento de coleta e processamento de informações por natureza. As embaixadas – voltadas às relações entre os Estados – e os consulados – direcionados à assistência de nacionais no exterior – originalmente, têm a função de fornecer ao governo brasileiro informações de seu interesse sobre os países onde estão sediadas. Os dados coletados por esses órgãos são encaminhados e processados pela Secretaria de Estado que, por sua vez, os envia às instâncias superiores, responsáveis pela

Desde 1967, assim como os demais órgãos civis, o Itamaraty possuía sua própria DSI. A esta cabia a coordenação e encaminhamento das informações a outros setores do sistema nacional de informações, com a finalidade de subsidiar a formulação e execução de políticas internas e externas, ocupação que caminhava em conformidade com o próprio caráter informacional do Itamaraty. Sua estrutura compreendia a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), as missões diplomáticas (embaixadas) e as repartições consulares. Sendo assim, apesar do sigilo necessário para o desenvolvimento das ações, as atividades desempenhadas pela DSI/MRE eram legais, utilizavam de meios lícitos e estavam amparadas pela institucionalidade diplomática. Sua atuação, porém, dava-se em âmbito interno.

Seguindo a prática usual do MRE, seus expedientes integravam-se no fluxo normal do Ministério, sendo enviados aos postos na forma de instruções assinadas “Exteriores”, em representação do ministro de Estado das Relações Exteriores – autoridade à qual a DSI, pelo decreto de sua criação, estava diretamente subordinada. Sua outra interface era constituída pelos demais órgãos do Sistema Nacional de Informações (Sisni), aos quais retransmitia as informações recebidas das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior (BRASIL, 2014, p.177).

O que grande parte da literatura sobre os serviços de inteligência brasileiros não aborda é o fato de que, além da DSI, o MRE possuía um órgão responsável pela área de informação no plano externo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), cuja estrutura e processo muito se assemelhou aos SEI, quase trinta anos após a criação destes, evidenciando o forte impacto que os princípios anticomunistas tiveram em sua concepção. Diferentemente da função de coleta, ao CIEEx foi atribuída a busca de informações, isto é, a utilização de meios ilícitos, clandestinos e, por vezes, violentos para a obtenção de informações sem o consentimento das fontes³¹.

O CIEEx e a DSI foram os dois pilares da colaboração do MRE com o aparelho repressivo. Atuaram tanto na vigilância dos brasileiros fora do país, como na produção de informações visando subsidiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, coadjuvando a ação dos órgãos de repressão. Ambos estavam diretamente subordinados ao gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores ou à secretaria-geral (BRASIL, 2014, p.176).

Nesse sentido, de acordo com a CNV, “os documentos [analisados pela Comissão] confirmam que a diplomacia brasileira foi eficaz em resguardar os interesses da ditadura, em detrimento da dignidade humana”. Isso porque o Estado brasileiro teria se negado, por meio do Itamaraty, a prestar apoio aos brasileiros, omitindo-se em oferecer-lhes documentos e proteção em diversas circunstâncias, além de ter fornecido informações e listas secretas para o

formulação de políticas e tomada de decisões, e recebe instruções para sua execução. Usualmente, todo esse processo se desenvolve nessas repartições através de um sistema próprio de comunicação e difusão de informações, dentro da legalidade (BRASIL, 2014, p.177).

³¹ Discorreremos sobre a estrutura e funcionamento do CIEEx na próxima seção.

monitoramento dos nacionais no exterior. Tais ações foram levadas a termo por meio do sistema de informações do MRE que incluía a DSI/MRE e o CIEEx (BRASIL, 2014, p.153).

Todos esses procedimentos de envio de informações, assim como sua periodicidade e o conteúdo requerido, eram regulamentados pelo Plano Nacional de Informações (PNI) e pelo Manual de Informações, elaborados pela EsNI. No caso do Itamaraty, além de tais dispositivos, deveria haver também as diretrizes fixadas pelo PSI, segundo as condições, os limites e os recursos à disposição do MRE.

Em um dos documentos localizados no fundo do DSI/MRE, no Arquivo Nacional, há um telegrama de julho de 1970, emitido pelo então chefe do SNI, General de Brigada Carlos Alberto da Fontoura, ao Ministro das Relações Exteriores à época, Gibson Barbosa, solicitando o envio de representantes do MRE para participarem de um Grupo de Trabalho cujo objetivo seria “estabelecer nova sistemática na produção de informações externas”, de acordo com os termos do Decreto que aprovava a criação do PNI, para o qual era necessário estabelecer certas diretrizes de comunicação no interior da comunidade de informações³².

Em resposta à solicitação de Fontoura, o Ministro Gibson Barbosa, designou o Ministro Luiz Octavio de Morin Parente de Mello, o Primeiro Secretário Marcos Henrique Camillo Côrtes e o Segundo Secretário Paulo Sérgio Nery³³. Logo, criou-se também o PSI do MRE, que incluía um quadro determinando os tipos de informações necessárias, os órgãos responsáveis por coletá-las e com qual periodicidade. Em boa parte, tratava-se de informações relacionadas à “infiltração” ou “influência” comunista em todas as esferas sociais e políticas.

O PSI do MRE continha as diretrizes e obrigações do Ministério, a definição da Política Externa (ou Política Setorial) do MRE, os objetivos permanentes da Política Externa, a definição de membros da Comunidade de Informações de MRE (CI/MRE), as missões dos órgãos singulares e o Plano de Busca. No entanto, é interessante notar que, neste momento, o CIEEx ainda não aparecia explicitamente na listagem dos organismos membros da Comunidade de Informações.

Porém, em documento produzido posteriormente a esse, localizado nos arquivos do CIEEx, se estabelecem novas diretrizes para a elaboração do PNI, tendo em vista as decisões presidenciais anteriores institucionalizadas na Diretriz Estratégica Governamental (DEG) e nos Exames Estratégicos (EE), a partir dos quais se elaboram os (PNS) e de Desenvolvimento (PND) e, por conseguinte, o de Mobilização (PNM) e o Planos Nacionais de Segurança próprio

³² Arquivo CNV, 00092.003487/2014-12: Aviso secreto G/DSI/48/500.5.

³³ Côrtes e Nery, futuramente, seriam chefes do CIEEx.

PNI. Neste documento, é feita uma comparação entre o PNI em vigor (PNI/73) e o Manual de Informações³⁴.

O PNI/73 estabelecia a estrutura do SISNI da seguinte maneira: SNI; EMFA; Comunidades Setoriais de Informações dos Ministérios Militares; Comunidades Setoriais de Informações do Ministério das Relações Exteriores; Comunidades Setoriais de Informações dos Ministérios Civis; Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna do DF e dos Estados da Federação. O Manual de Informações, por sua vez, apresentava a seguinte estrutura para o SISNI: SNI; Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis; Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares; SUSIEM; outros órgãos setoriais; além de Comunidades Setoriais e Regionais de Informações dos Ministérios Civis; e as Comunidades de Informações no Exterior.

O documento propõe que o Manual de Informações se impunha como a Doutrina de Informações e sistematizava a comunidade de informações (SISNI). Tendo estabelecido a composição do SISNI, o documento atenta para a necessidade de definição da participação dos organismos de segurança interna e para

a possibilidade de criação de um Sistema de Informações Externas, integrando o SISNI e composto pelos seguintes órgãos: Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEEx/MRE); e subcentros no exterior; 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA/21); 2ª Seção do Estado-Maior da Armada (M/20); 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª EME)³⁵.

Nota-se, portanto, que a sistematização da atividade de Inteligência ocorreu posteriormente à criação dos órgãos que compuseram o sistema, mostrando que estes já atuavam separadamente. A regulamentação das atividades buscava, nesse sentido, estabelecer uma articulação melhor entre as representações diplomáticas, as instituições militares e os serviços de informação com a finalidade de promover a segurança nacional.

3.2. A criação do CIEEx

A criação do Centro de Informações do Exterior resultou do processo contínuo de desenvolvimento da perspectiva anticomunista no continente sul-americano e, conseqüentemente, do estabelecimento de instituições de segurança voltadas para a repressão política. No caso do Brasil, porém, o surgimento do CIEEx projetou um novo modelo de busca,

³⁴ ARQUIVO NACIONAL. CIEEx: BR_DFANBSB_V8_TXT_PIF_0001.

³⁵ Idem, p.3.

processamento e difusão de informações que se amoldou perfeitamente aos interesses de um regime de caráter autoritário.

Apesar de ainda não ser abertamente reconhecida pelo Itamaraty, a existência do CIEEx pode ser constatada pela farta documentação produzida pelo próprio órgão, disponível para consulta nos Fundos do Arquivo Nacional, contendo cartas, telegramas e informes que notificam sua desativação, a designação de funcionários para a chefia e documentos de outros organismos que fazem referência ao Centro³⁶. Há, ainda, documentos oficiais do SNI, ao qual estava relacionado, e de outros serviços de informação estrangeiros.

Tendo operado entre 1966 e 1986, o CIEEx foi instituído por meio de uma portaria ultrassecreta assinada por Manoel Pio Corrêa Junior, diplomata com formação na Escola Superior de Guerra, amigo de Golbery, e principal articulador da espionagem de exilados no Uruguai. No entanto, o registro de criação nunca foi encontrado por pesquisadores, permitindo que muitas pessoas, ainda hoje, façam uso desse fato para afirmar a inexistência do órgão.

Pio Corrêa chefiou a embaixada brasileira em Montevideu entre 1964 e 1966, onde vivenciou o tensionamento das relações entre Brasil e Uruguai após o golpe de 1964. Naquele momento, a capital uruguaia era o local com maior concentração de refugiados políticos brasileiros fora do Brasil – aproximadamente trezentas pessoas, entre elas, o ex-presidente João Goulart, e o ex-governador Leonel Brizola – o que gerou uma crise entre os países devido à concessão de asilo político a pessoas ligadas ao governo deposto.

É possível observar essa tensão em um ofício emitido em novembro de 1964 pelo embaixador do Uruguai no Brasil, Felipe Amorin Sánchez, no qual o mesmo relata ao Ministro das Relações Exteriores de seu país, Alejandro Zorrilla de San Martín, o conteúdo de uma conversa que tivera com o chanceler brasileiro à época, Vasco Leitão da Cunha.

“O senhor Chanceler [Leitão da Cunha] me informou que o Governo do Brasil tinha certeza de que os cidadãos acolhidos com asilo político nos territórios do México e Chile respectivamente, haviam viajado ao Uruguai internando-se em nossa República sem documentação, nem vistos, nem autorizações emitidas por autoridades competentes uruguaia e que, posteriormente ao seu ingresso, haviam solicitado asilo político no Uruguai. Entende o Governo brasileiro que tal pedido não poderia ser resolvido favoravelmente pelas autoridades uruguaia (...). Me expressou o Chanceler que o Governo brasileiro tem ampla informação sobre imediatos propósitos subversivos dos asilados brasileiros em nosso país. Pretende o Governo brasileiro conhecer tais planos e movimentos que chegam a estabelecer contatos com certos grupos de extrema esquerda peronista (...).”³⁷

³⁶ De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, estão disponíveis no Arquivo Nacional 11.327 páginas de documentos produzidos pelo CIEEx. Todo o acervo encontra-se digitalizado e disponível para consulta no Arquivo Nacional (BRASIL, 2014, p.180).

³⁷ “*El señor Canciller me informó que el Gobierno de Brasil tenía la seguridad de que los ciudadanos brasileños acogidos al asilo político en los territorios de México y Chile respectivamente, habían viajado al*

Em seguida, Sánchez informa ao seu Ministro que, frente à preocupação do Brasil em relação à presença de cidadãos brasileiros em território uruguaio, “o Embaixador do Brasil em Montevideu, Sr. Pio Corrêa, havia iniciado uma gestão ante ao governo uruguaio destinada a obter deste que não dê asilo político aos anteriormente mencionados cidadãos brasileiros”³⁸.

Nota-se, portanto, que o papel de Pio Corrêa era pressionar o governo uruguaio a não conceder asilo aos cidadãos brasileiros e colaborar com o regime militar na vigilância dos asilados. Todavia, esta solicitação do governo brasileiro não foi atendida, pois o governo do Uruguai decidiu seguir as normas internacionais, concedendo asilo político não somente aos brasileiros, como também aos refugiados argentinos.

De volta ao Brasil, em janeiro de 1966, Pio Corrêa assumiu a chefia da Secretaria Geral de Política Exterior do Itamaraty e ali permaneceu até março de 1967, durante a gestão do general Juracy Magalhães no MRE. Foi nesse período que Pio Corrêa deu vida ao organismo que ficou conhecido como o “elo perdido” da repressão, o Centro de Informações do Exterior (CIEx) (PENNA FILHO, 2008). A finalidade desse Centro era “monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior” (PENNA FILHO, 2009, pp. 4-12).

Pio Corrêa (1996) considera que o êxito de sua criação foi tanto um resultado de sua experiência no Uruguai, monitorando os passos de exilados brasileiros em conjunto com as polícias locais e a CIA, quanto da colaboração de sua antecessora na chefia do Departamento Político do Itamaraty, em 1959, a cônsul Odette de Carvalho e Souza. Ao deixar o cargo, Dona Odette “presenteara” Pio Corrêa com uma série de arquivos compilados por ela mesma, com informações sobre cidadãos brasileiros e estrangeiros cujas atividades considerava “inconvenientes” (SETEMY, 2014, p.15). Em sua autobiografia, relata:

Quando deixei o Departamento no fim do governo Kubitschek [...], deixei esse arquivo, consideravelmente aumentado, confiado a um oficial amigo, que fazia a ligação do então Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI) com o Itamaraty. [...] Logo depois da Revolução de 1964, recuperei esse precioso acervo, que regressou ao Itamaraty. (PIO CORRÊA, 1995, p. 656)

Uruguay internándose en nuestra República sin documentación, ni visas, ni permisos emanados de autoridades competentes uruguayas y que, posteriormente a su ingreso, habían solicitado asilo político en el Uruguay. Entiende el Gobierno brasileño que tal petición no podría ser resuelta favorablemente por las autoridades uruguayas (...). Me expresó el Chanciller que el Gobierno de Brasil tiene amplia información sobre inmediatos propósitos subversivos de los asilados brasileños en nuestro país. Pretende el Gobierno brasileño conocer dichos planes y movimientos que llegan a establecer contactos con ciertos grupos de extrema izquierda peronista (...). (Tradução da autora). Arquivo CNV, Nota_32_38_39_editado_1. p. 6.

³⁸ “[Me informó además el Canciller que] el Embajador del Brasil en Montevideo, Sr. Pio Correa, había iniciado una gestión ante el Gobierno uruguayo dirigida a obtener de este que no se diera asilo político a los anteriormente mencionados ciudadanos brasileños”. (Tradução da autora). Idem, p.7.

Quando criado, em 1966, o funcionamento do CIEEx era bastante precário: além de não possuir um quadro de funcionários especializados nas atividades para as quais fora designado, o órgão trabalhava com informes datilografados em folhas comuns. Entretanto, ao longo dos seus vinte anos de funcionamento, o órgão foi adquirindo competências e acumulando experiências, conforme o desenvolvimento de suas ações e dos recursos que lhes eram disponibilizados não apenas pelo próprio governo, como também pela cooperação com governos estrangeiros.

Alguns meses após a criação do CIEEx, em julho de 1967, um informe interno apresenta um estudo detalhado das condições e das necessidades do sistema nacional de informações brasileiro. O documento intitulado “Criação do Serviço de Informações no Exterior”³⁹ faz uma crítica ao baixo grau de importância atribuído às informações colhidas no exterior e sugere a estruturação de um “novo serviço”, tendo em vista as condições e particularidades do contexto brasileiro, bem como a experiência acumulada por seus congêneres estrangeiros.

No entanto, a proposta que se segue não está relacionada à coleta e análise de informações ostensivas – já realizada pelo serviço diplomático brasileiro – mas sim à “busca de informe e informações que, além de sigilosas, devem ser colhidos de forma clandestina”⁴⁰. Entre as características principais desse serviço, deveriam constar a independência em relação aos órgãos de informação internos – embora devessem trabalhar de forma complementar na execução das diretrizes em favor da segurança nacional –, a responsabilidade de única e exclusivamente coletar e analisar informações, e não formular e implementar políticas, e a clandestinidade.

A estrutura e funcionamento do serviço, tal como proposto, baseavam-se no caráter das informações e dos métodos necessários para coletar tais informações, os quais pressupunham riscos que as missões diplomáticas e as repartições consulares não estariam em condições de lidar. Portanto, a profissionalização dos agentes e a especialização dos meios a serem empregados em tal serviço deveriam atender a determinados padrões, de maneira que estivessem aptos a realizar suas atividades com o maior grau de sigilo possível, pois “só essa especialização permitirá a tal organismo realizar com eficiência a busca clandestina de informações, efetuar corretamente a análise preliminar do material bruto assim colhido e não comprometer, em hipótese alguma, o próprio Governo”.⁴¹

³⁹ Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93: Informe Interno de 12 de julho de 1967. Criação do Serviço de Informações no Exterior.

⁴⁰ Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93, p.1.

⁴¹ Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93, p.1.

Ademais, o documento propõe que esse tipo de atividade de busca deveria ser realizado por funcionários investidos de status diplomático, de modo que, inclusive, pudessem ser considerados representantes da Chancelaria. Por outro lado, é interessante notar que, apesar desse vínculo, há uma preocupação em manter centros de direção e controle de pessoal autônomos no interior da instituição diplomática.

Esse sistema permite, respeitadas as normas de compartimentação, assegurar a desvinculação, em caso de necessidade, entre a Missão diplomática e elementos de informações que operam na área de sua jurisdição, ressaltando, destarte, a posição da mesma e, por extensão, do Governo brasileiro.⁴²

O amparo institucional da diplomacia era essencial ao funcionamento do serviço de informações, posto que disponibilizava as estruturas necessárias para o desenvolvimento de operações no exterior, estabilidade nos cargos e funções e condições para negociar com serviços aliados. Ademais, a “ocultação” das ações desse serviço sob as funções diplomáticas – em especial no Itamaraty, que sempre reivindicou neutralidade em relação às questões de política interna – permitiria a manutenção do caráter clandestino desse órgão muito mais facilmente.

Uma vez situados os propósitos e as condições de criação do serviço de informações brasileiro no exterior, o estudo traz uma breve análise dos principais serviços de informação reconhecidos no mundo que poderiam, eventualmente, servir como modelo, focando nas características que mais se adequariam à realidade brasileira. Entre tais serviços, foram descartados como modelos para o Brasil: os soviéticos KGB e GRU, devido à necessidade de uma estrutura totalitária para seu funcionamento; os alemães ocidentais, por estarem vinculados às políticas de integração e defesa territorial do país; os franceses, pela ligação com a política gaullista; e os americanos CIA e FBI, pela notoriedade e influência nas formulação e execução de políticas em âmbito interno.

Por fim, no documento, conclui-se que “o serviço secreto inglês [MI5], tal como está há vários anos estruturado, parece ser o melhor modelo para o projeto brasileiro, requerendo um número de adaptações relativamente pequeno às peculiaridades nacionais”⁴³. Na motivação desta escolha está implícita, sobretudo, a atração por uma das principais particularidades do sistema de informações britânico naquela época: a ausência de um estatuto legal, característica esta que explicaria a inexistência formal do CIEEx.

Isso seria possível fazendo com que o mesmo seja autorizado, em documento ultra-secreto e não publicado, pelo Senhor Presidente da República, com o referendo do Ministro do Exterior. Sua existência seria encoberta dentro da estrutura do Itamaraty e a Divisão de Segurança e Informações deste Ministério atuaria como meio de contato oficial para esse serviço com os demais órgãos do próprio Itamaraty e outras

⁴² Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93, p.4.

⁴³ Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93, p.3.

dependências da administração pública federal que não integrem a comunidade nacional de informações.⁴⁴

Portanto, a cobertura diplomática institucional a ser promovida pelo Itamaraty possuía importância destacada para o formato e o funcionamento do serviço que se desenhava; de acordo com este mesmo documento, as atividades propostas já vinham sendo realizadas por meio de um grupo especializado dentro do Itamaraty e vinham apresentando bons resultados.

Nota-se, assim, que, desde a concepção do CIEEx, a descrição da atividade de informações era a principal preocupação das autoridades militares brasileiras. Qualquer erro técnico ou sistemático nos procedimentos seria capaz de abalar a confiança mútua entre o serviço brasileiro e seus aliados e prejudicar a imagem do Brasil no sistema internacional. Todo esse cuidado levou o governo brasileiro a optar por um sistema compartimentado, delimitando as atividades dos órgãos de informação brasileiros no exterior e atribuindo separadamente as ações de coleta e de busca por informações.

Isto posto, observa-se claramente que a proposta do serviço de informação apresentada acima é um retrato do conjunto de características que, ao longo dos anos, constituíram o CIEEx, até sua extinção, em 1986. A clandestinidade demarcou sua atribuição como um órgão de “busca” de informações, o que implicava a utilização de métodos sigilosos, porém sem o consentimento ou conhecimento das fontes. Além disso, seu comprometimento com a política de segurança nacional da ditadura militar acarretou a alienação de diversos funcionários do próprio MRE que não se alinhavam aos seus princípios e práticas.

Em razão disso, o CIEEx abrigava-se sob outras denominações administrativas, como a Assessoria de Documentação Exterior (ADOC) e a Secretaria de Documentação de Política Exterior (SEDOC), após 1975. Em um documento timbrado, produzido pelo CIEEx em 7 de julho de 1976, é possível constatar que não apenas a Assessoria servia como base ao CIEEx, mas também o Itamaraty lhe dava a estrutura física necessária. No documento, consta que:

Em decorrência de necessidade administrativa, o CIEEX está ocupando, em caráter definitivo, novas instalações do Palácio do Itamaraty. Muito agradeceríamos, pois, a atenção desse órgão no sentido de, a partir do recebimento deste, passar a dirigir toda correspondência destinada ao CIEEX para a ADOC⁴⁵.

Sendo assim, o sigilo inerente à atividade de informação, aliado aos recursos advindos do setor militar (tanto materiais como ideológicos), amparados pela estrutura institucional e burocrática da diplomacia brasileira, deram ao CIEEx as condições ideais para a consecução de seus objetivos. Evidentemente, as prioridades em suas atribuições não estavam relacionadas à

⁴⁴ Arquivo CNV, 00092.000292/2015-93, p.4.

⁴⁵ Arquivo Nacional, CIEEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_015_007.

política externa, em si, mas ao estabelecimento de uma estrutura informacional de amplo alcance.

Por outro lado, embora fizesse parte da estrutura administrativa do Itamaraty, os diplomatas do CIEEx reportavam-se diretamente ao SNI.

O Centro era, na verdade, uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty. Embora tenha sido estruturado com quadros do Ministério, tendo à frente sempre um diplomata de nível intermediário (como Ministro ou Conselheiro), hierarquicamente subordinava-se, na prática, ao SNI (PENNA FILHO, 2009, p.5).

[...] O objetivo principal do Sistema Nacional de Informações, ao contrário dos serviços de informação de Estados democráticos, que em tese possuem como atribuição principal a defesa do Estado contra ações de natureza espúria (como ações terroristas, especulações financeiras, ingerências externas e inserção estratégica internacional), era o de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984. [...] No caso brasileiro, o SNI e seus afiliados se especializaram muito mais na atuação interna, ou seja, na repressão aos que lutavam ou discordavam da ditadura militar e não na ação de espionagem internacional contra outros Estados. Essa é uma diferença importante a se destacar e que coadunava perfeitamente com a ideologia da segurança nacional, em vigor em boa parte da América Latina. Aliás, as próprias Forças Armadas brasileiras ao longo de sua história estiveram muito mais envolvidas no controle da ordem interna do que em efetivo emprego no exterior, combatendo em nome da pátria ou defendendo a soberania nacional (PENNA FILHO, 2009, p.11).

É importante destacar que não há provas de que CIEEx esteve envolvido diretamente em ações repressivas. Sua função era repassar as informações ao SNI, que as encaminhava aos órgãos de repressão, como o DOPS e os órgãos militares. Ainda assim, merece destaque o fato de que, sem o amparo institucional do MRE, possivelmente, o CIEEx não teria tido o êxito que obteve em estabelecer relações de cooperação com forças policiais e aparelhos repressivos de outros países e nas próprias operações de repressão.

Dentre as várias características do CIEEx, há que se destacar a composição de seu quadro funcional, pois, embora não constasse no organograma oficial do MRE, a diretoria do órgão era formada basicamente por diplomatas de carreira. Conquanto suas atividades não tivessem comprometido todo o corpo diplomático, todos os chanceleres que ocuparam o cargo de chefia do CIEEx e os Secretários-Gerais do MRE tinham conhecimento da existência do mesmo, confrontando, assim, o argumento de que o Itamaraty não teria se envolvido em questões de política interna durante o regime militar.

Em seu Relatório, a CNV publicou os nomes de cinco chefes do CIEEx identificados ao longo da existência do órgão: 1) Marcos Henrique Camillo Côrtes (primeiro-secretário), de 1966 a setembro de 1968; 2) João Carlos Pessoa Fragoso (primeiro-secretário), de setembro de 1968 a novembro de 1969; 3) Paulo Sérgio Nery (primeiro-secretário e depois conselheiro), de

janeiro de 1969 a novembro de 1973; 4) Octavio José de Almeida Goulart (conselheiro e depois ministro), de novembro de 1973 a março de 1979; 5) Carlos Luzilde Hildebrandt (ministro e depois embaixador), de 15 de março de 1979 a 1984 (BRASIL, 2014, p.183).

Nesta relação, porém, não consta o nome de Jorge Pires do Rio, que teria sido o sexto e último chefe do órgão, de acordo com um telegrama secreto encontrado no Fundo da DSI/MRE, enviado ao Vice-Chefe da DSI/MRE em maio de 1987 pelo General de Brigada (R-1) Manoel de Jesus da Silva, então Vice-Chefe do SNI:

Conforme comunicação verbal feita oportunamente pelo Ministro Jorge Pires do Rio, então Chefe do Centro de Informações do Exterior (CIEEX), em reunião com Vossa Excelência, da qual também participei, o mencionado Centro foi desativado no curso do segundo semestre de 1986, sendo por conseguinte extinta a Secretaria de Documentação de Política Exterior (SEDOC), órgão da estrutura do Ministério das Relações Exteriores que empresava cobertura ao CIEEX⁴⁶.

Jorge Pires do Rio foi diplomata de carreira, atuou como embaixador em Santiago, Lima, Lisboa, entre outras cidades, ocupou diversos cargos dentro do MRE e faleceu na cidade de Fortaleza, Ceará, em 2012. Não é possível afirmar o mês e ano exato de sua atribuição como chefe do CIEEX, pois não foi encontrado documento oficial que registre a transferência do cargo, muito embora, provavelmente tenha ocorrido logo após o final do mandato de Hildebrandt, em 1984. O nome de Pires do Rio não apenas complementa a lista de chefes do CIEEX divulgada pela CNV, como também determina outra data para a extinção do mesmo, até então considerada pela bibliografia da área como o ano de 1985. De acordo com o documento citado, o Centro de Informações do Exterior existiu até 1986, sob nome e cobertura da SEDOC.

Durante suas pesquisas, a CNV tomou os depoimentos de dois dos chefes do CIEEX – os dois primeiros na ordem de chefia, Marcos Camillo Côrtes e João Frago, únicos vivos. Camillo Côrtes foi convocado para trabalhar na embaixada de Montevidéu de 1965 a 1966, quando Pio Corrêa era embaixador. Em seu depoimento⁴⁷, afirmou que foi chefe do setor político e que, entre suas obrigações, tinha a função de informar o governo brasileiro sobre qualquer coisa “potencialmente nociva aos interesses do Brasil”; entre tais assuntos, estava a atuação de líderes opositores asilados, como Leonel Brizola e Jango.

Côrtes foi designado diretor executivo do CIEEX quando era primeiro-secretário (da Secretaria-Geral de Política Exterior do MRE), possivelmente de 1966 (data incerta) até 1968, quando foi substituído pelo secretário João Carlos Pessoa Frago, e também chegou a assumir

⁴⁶ BR_DFANBSB_Z4_AGR_DNF_0026. OF/DSI/MRE nº4. Remessa de inventário de documentos sigilosos. 19/05/1987, p. 62.

⁴⁷ Arquivo CNV, 00092.00957/2014-88: Depoimento de Marcos Henrique Camillo Côrtes à CNV, em 19 de fevereiro de 2014, p.66.

a chefia da ADOC. Entretanto, apesar das concretas evidências documentais, Côrtes, em depoimento, negou que o CIEEx tenha existido e que, portanto, tenha ocupado um cargo de chefia no mesmo.

Por outro lado, Côrtes assumiu que mantinha contato com as agências de informação militares, especialmente o CIE, mas, segundo ele, em virtude de sua função diplomática. Quanto à sua função de “homem de ligação” com os ministérios militares, buscou simplificar sua atuação como simples troca de informações sobre questões de segurança, mas que diziam respeito ao litígio entre Uruguai e Argentina na Bacia do Prata e à intenção desta em invadir aquele caso a Frente Ampla vencesse as eleições. Para Côrtes, então, tratava-se de uma questão de política externa.

No entanto, os documentos do CIEEx apontam que as embaixadas brasileiras recebiam solicitações de agências do SNI, que, por sua vez, eram encaminhadas às polícias nacionais dos países onde se encontravam por meio das embaixadas, para que enviassem informações a respeito de brasileiros asilados no exterior. Em um desses documentos de fevereiro de 1975, por exemplo, a embaixada em Buenos Aires solicita à Polícia Federal argentina, “a fim de atender a pedido de órgão do Sistema Nacional de Informações”, dados e fotografias de duas brasileiras presas na capital e as encaminha de volta ao Itamaraty⁴⁸.

O embaixador João Carlos Pessoa Fragoso teria sido o sucessor de Camillo Côrtes na Direção do CIEEx, a partir de 1968, mas, assim como seu antecessor, negou sua participação no órgão. Em seu depoimento, Fragoso diz que foi transferido de Londres para Montevideu em 1966, assumindo o setor político da embaixada até setembro de 1968, quando transferido para o Rio de Janeiro. Fragoso não assumiu sua relação com o CIEEx, entretanto admitiu que entre suas atribuições no setor político da embaixada estava

a atribuição de me informar e manter informado, sobre atividade de exilados brasileiros no Uruguai, que eram muitos, a começar pelo presidente João Goulart e logo depois o governador Leonel Brizola, que era um dos temas da minha competência, digamos assim. Porque o que havia na época e há até hoje, era um...primeiro o governo brasileiro não gostava do comportamento do Brizola no exílio. Por quê? Formação...na época Brizola conspirava contra o regime. Muito bem, antes de eu chegar a Montevideu, o governo brasileiro pediu e obteve o internamento do governador Brizola numa cidadezinha que, se eu não me engano, se chamava Maldonado. Mas enfim, internar significava que ele morasse naquela cidadezinha e de lá não saísse. Ele saía e muito, e eu sei porque eu era informado de que ele estava na Praça da Independência cortando o cabelo [trecho incompreensível]. Eu sabia. Ele encontrava os amigos em um bar pra bater papo, ele era visto com uma regularidade impressionante. Eu me lembro, havia até uma casa de câmbio, que era uma casa [trecho incompreensível] que era um centro de reuniões

⁴⁸ Arquivo CNV, 00092.00957/2014-88: Depoimento de Marcos Henrique Camillo Côrtes à CNV, em 19 de fevereiro de 2014, pp. 67-68.

de exilados brasileiros, que iam lá pra receber o dinheiro, eles recebiam dinheiro, e ficavam conversando e aí o Brizola aparecia e muitas outras personalidades ilustres da vida política brasileira. Outro que frequentava e depois foi consultor geral da República: Waldir Pires era um frequentador. Cada vez que nós sabíamos que o Brizola estava em Montevidéu, tornava-se necessário fazer uma informação dizendo que o Brizola está em Montevidéu. E aí e em muitas ocasiões, a gente recebia a instrução “Vá lá no Ministério das Relações Exteriores do Uruguai e reclame”, porque o Brizola, pelo internamento, tinha que estar em Atlântida.⁴⁹

A função de Fragoso era, portanto, fazer a ligação entre a embaixada e os ministérios militares. Nota-se que a vigilância e o controle dos asilados eram constantes e, apesar das desconfianças entre os países envolvidos, havia uma necessidade de cooperação entre os governos de ambos. No entanto, o embaixador também nega sua participação no CIEEx, reconhecendo apenas suas funções na Secretaria-Geral em Montevidéu, “a menos que, essas funções [...] sejam catalogadas como de informação”.⁵⁰

A CNV conclui, então que

O embaixador Cortes, como salientado, valeu-se de um argumento formalista para negar, simplesmente, a existência do CIEEx. Tampouco o embaixador Fragoso reconheceu ter chefiado o CIEEx – admitindo, tão somente, que fora, naquela fase de sua carreira, o diplomata de ligação entre o MRE e os ministérios militares. Não faltavam a Cortes nem a Fragoso credenciais políticas ou laços de família para merecerem a confiança dos chefes do regime castrense. A enumeração de dados de natureza pessoal serve para demonstrar a centralidade do CIEEx e a proximidade de alguns de seus dirigentes com a cúpula do regime militar (BRASIL, 2014, p.183).

Nota-se, porém, que a estratégia adotada pelo regime militar brasileiro de empregar indivíduos de posição pública no processo de institucionalização da repressão política no país não representava, nesse aspecto, nenhuma novidade. Algumas pesquisas, inclusive, apontam para a existência de uma rede internacional entre as polícias políticas americanas desde a década de 1940, com o intuito de promover a cooperação e o intercâmbio de informações e práticas de combate à subversão ideológica. Já naquele contexto, as embaixadas funcionavam como centro de processamento de informações referentes ao deslocamento de brasileiros no exterior e de triagem de estrangeiros que pretendiam vir para o Brasil e repassavam tais informações aos órgãos policiais de repressão política (SETEMY, 2014, p.9).

Entretanto, além da designação de funcionários públicos, do quadro institucional do MRE, os documentos investigados também revelaram a existência de uma rede informantes pagos pelo Itamaraty para vigiar as atividades políticas dos exilados. Muitos deles faziam parte

⁴⁹ Arquivo CNV, 00092.000956/2014-33: Depoimento de João Carlos Pessoa Fragoso à CNV, em 19 de fevereiro de 2014, pp.8-9.

⁵⁰ Arquivo CNV, 00092.000956/2014-33: Depoimento de João Carlos Pessoa Fragoso à CNV, em 19 de fevereiro de 2014, p.24.

das polícias locais e atuavam sob codinomes, e sua remuneração era realizada com verba orçamentária como “despesas de caráter reservado” (BRASIL, 2014, p.185).

3.3. As bases do CIEEx

O caminho percorrido pelas informações produzidas e disseminadas pelo CIEEx mostra a existência de uma conexão entre uma espécie de “Central” e suas “filiais” localizadas no exterior. A comunicação no interior dessa estrutura ocorria de modo oculto, por meio de seus próprios canais, mas abrigando-se – como mencionado no capítulo anterior – sob a cobertura de postos diplomáticos e consulares. Em cada uma das bases (BEX)⁵¹, havia não apenas diplomatas responsáveis pela difusão das informações, como também uma rede de informantes e colaboradores cuja total dimensão ainda é desconhecida.

De acordo com a CNV, a atuação do CIEEx esteve focada nos países do Cone Sul, sobretudo Argentina, Chile e Uruguai. No entanto, também estabeleceu bases em outros países da América do Sul e da Europa, especialmente em locais onde a concentração de exilados considerados subversivos era maior. Entre as capitais sul-americanas onde funcionaram tais bases, estão: Assunção, Buenos Aires, Montevidéu e Santiago do Chile. Entre as capitais europeias, destacam-se: Paris, Lisboa e Genebra. Há indicativos de que haviam bases também em Londres, La Paz, Lima e Caracas (BRASIL, 2014, pp. 183-184).⁵²

Além das trocas de informações entre o núcleo do CIEEx e sua rede de informantes sobre as atividades de exilados, a documentação oficial do órgão registra as atribuições dos cargos de chefia da central e também de suas bases. Os postos e a função eram alternados entre diplomatas e funcionários do CIEEx e da DSI/MRE, de modo que diversos chefes do órgão já haviam sido diretores da DSI, portanto possuíam certa experiência na área de informação.⁵³

O telegrama secreto-exclusivo de número 616⁵⁴, por exemplo, enviado por Azeredo da Silveira, então Ministro das Relações Exteriores, à Embaixada de Lisboa em 27 de agosto de

⁵¹ Utilizaremos aqui a sigla BEX para referimo-nos às bases do CIEEx no exterior, tal como aparece nos documentos dos órgãos e também como é empregada pela Comissão Nacional da Verdade.

⁵² Na documentação do CIEEx, algumas das bases no exterior eram identificadas por uma sigla: Buenos Aires (BEX/SS), Montevidéu (BEX/EO), Santiago (BEX/NG), Lisboa (BEX/XA).

⁵³ Até o momento, não foi possível identificar os nomes de todos os chefes de cada uma das bases do CIEEx, tampouco a data de abertura das mesmas. A lista a seguir resume o que se sabe sobre a atuação de alguns diplomatas na chefia do Centro e refere-se à ordem e ao posto em que cada uma foi locado: Assunção: Paulo Sérgio Nery; Caracas: Sérgio Damasceno; Lisboa: Sergio Damasceno (1974), Guilbaud (1978) e Guy Vasconcellos (1979); Londres: Paulo Sérgio Nery; Montevidéu: Paulo Sérgio Nery; Paris: Guy Vasconcellos (1975) e Torres Carillo (1977); Santiago: Guilbaud e Guy Vasconcellos (1977). Fonte: BRASIL, 2014.

⁵⁴ Arquivo CNV, 00092.000256/2015-20: Despacho-telegráfico secreto e exclusivo nº 616, de 27 de agosto de 1974.

1974, informa a designação do Primeiro Secretário Sérgio Damasceno Vieira para a abertura de uma base do CIEEx naquela Embaixada. Nesse despacho, Silveira solicita ao Embaixador locado em Lisboa que desse a cobertura necessária para que Damasceno pudesse realizar suas atividades, “complementares àquelas pertinentes às suas funções de Secretário de Embaixada”, recomendando a designação do mesmo para o setor político. Ademais, demanda que o desempenho de tais tarefas fosse mantido em sigilo, restringindo-se seu conhecimento apenas ao Embaixador e ao Ministro-Conselheiro.

Silveira ainda acrescenta:

Dentro desse espírito, o Secretário Sérgio Damasceno Vieira recebeu instruções minhas no sentido de levar ao exclusivo conhecimento de Vossa Excelência os assuntos destinados a serem difundidos apenas no âmbito do “CIEEX” e, por intermédio deste no da comunidade brasileira de informações.⁵⁵

Azeredo da Silveira demonstra certa preocupação em relação ao acúmulo de tarefas de seu enviado, especialmente em virtude do que chama de “problema de compartimentação”. A partir do documento mencionado acima, observa-se que as atividades do CIEEx eram desenvolvidas paralelamente ao trabalho do Itamaraty, mas com total conhecimento de seus representantes. A compartimentação não se referia, portanto, à diferença na natureza das funções – posto que ambas compreendiam a produção, processamento e difusão de informações – mas, principalmente, ao conteúdo dos e ao método empregado nesse processo.

Em maio de 1975 – um ano após a criação da base em Lisboa – Azeredo da Silveira encaminhou um telegrama semelhante à Embaixada de Paris, determinando a abertura de uma base do CIEEx naquele local. Para a chefia da base, Silveira nomeou Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, sob as mesmas condições solicitadas à embaixada de Lisboa no ano anterior: sigilo absoluto e facilitação para o desempenho de “atividades complementares”.

De acordo com o documento, a abertura da base em Paris teria como objetivo sanar a dificuldade do SNI em estabelecer uma ligação com o *Service de Documentation Extérieure et de Contre-espionnage* (SDECE), principal serviço secreto da França, uma vez que o SNI não tinha condições de se deslocar para a capital francesa. A função do CIEEx, portanto, seria providenciar a troca de informações a respeito da evolução da situação política em Portugal⁵⁶. Do ponto de vista lógico, a criação dessa base, para este fim, não fazia sentido, uma vez que já havia uma base estabelecida em Lisboa.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Arquivo CNV, 00092.000256/2015-20: Despacho-telegráfico secreto e exclusivo nº 446, de 15 de maio de 1975.

O embaixador Guy Vasconcellos, em depoimento prestado à CNV em 2014, confirmou a existência do CIEEx e assumiu sua ocupação na chefia da base em Paris. Todavia, argumentou também que sua designação não refletiu seu desejo pessoal, mas sim, a insistência de Silveira para que ocupasse o cargo. De acordo com o diplomata, a verdadeira razão para a abertura da base e de sua designação como chefe teria sido vigiar o embaixador Delfim Netto, cuja atuação vinha insatisfazendo a classe militar que estava no poder, especialmente àqueles ligados ao general Ernesto Geisel.

Em depoimento, Vasconcellos afirmou: “[...] minha atribuição específica, dita de boca e tudo, era só para vigiar o Delfim, o Delfim Netto, quanto às negociatas. Esse era o meu objetivo lá. Esse foi um objetivo de boca que o Otávio Goulart passou para mim”.⁵⁷ Nesse contexto, de acordo com o embaixador Guy Vasconcellos, sua função no CIEEx não teria relação alguma com a troca de informações entre o SNI e o SDECE; as atribuições dadas por Silveira consistiam apenas em uma cobertura institucional para a real tarefa de espionar Delfim Netto.⁵⁸

Vasconcellos revelou, ainda, informações importantes sobre o funcionamento das bases do CIEEx no exterior. Segundo o embaixador, a comunicação entre a “Central” e suas filiais ocorria por meio de um sistema próprio, fora da série telegráfica da embaixada, inclusive cifrada com código diferente. Essa característica evitava, inclusive, que as informações fossem intermediadas pelo embaixador – no caso de Paris, o próprio Delfim Netto. Tais comunicações eram encaminhadas a Otávio Goulart – chefe do CIEEx na época – que, por sua vez, as redirecionava à ADOC, onde recebiam os selos do CIEEx.

Jacques Guilbaud atuou como chefe das bases de Santiago e Lisboa. Segundo a CNV, Guilbaud relatou que uma das principais funções atribuídas às bases do CIEEx era estabelecer ligação entre as polícias políticas e os serviços de informação locais (BRASIL, 2014, p.184). A colaboração destes possibilitava a vigilância e acompanhamento das atividades políticas de exilados brasileiros, realizadas por informantes pagos pela embaixada em cada uma das bases. Embora essa prática tenha sido negada pelos diplomatas ouvidos pela CNV, os documentos do Arquivo Nacional e do Itamaraty confirmam a existência dessa rede de informantes, bem como os pagamentos de seus salários realizados pelo CIEEx (BRASIL, 2014, pp.185-186).

Complementarmente, em sua autobiografia, Pio Corrêa afirma que o quadro de funcionários dos serviços secretos no exterior era composto de agentes com cargos diplomáticos ou na função de adidos militares, comerciais ou culturais. No entanto, além desses, haviam os “residentes ilegais”, assim chamados não porque não tinham autorização para permanecer no

⁵⁷ Depoimento Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos 17.02.2014 - chefe da base do CIEEx, p.10.

⁵⁸ Ibid.

país, mas porque não possuíam a cobertura oficial do governo para atuar na vigilância e espionagem contra os “subversivos” (CORRÊA, 1996, p.666).

Os adidos militares das Forças Armadas também cumpriram um importante papel junto às embaixadas e consulados do Brasil no exterior. Os oficiais também desempenharam atividades de vigilância dos exilados, fornecendo dados aos órgãos de informação internos – sobretudo os organismos militares – e mantendo interlocução com militares estrangeiros. (BRASIL, 2014, p.198). No relatório da CNV consta que,

De acordo com o “Regulamento para os adidos e adjuntos de adidos militares junto às representações diplomáticas brasileiras”, que norteava as relações funcionais entre adidos e chefes de missão diplomática, a subordinação acontecia no sentido de que o adido militar devia seguir a orientação geral do chefe da missão, no desempenho de suas atribuições e nas relações com os adidos de outros países, salvo se essa orientação contrariasse determinações do respectivo Estado-Maior. Especificamente com relação à missão diplomática brasileira, o adido deveria ser tratado como um assessor técnico do chefe da missão para assuntos militares, mas autônomo em suas atividades (BRASIL, 2014, p.198).

Aparentemente, a função dos adidos no CIEEx tratava-se de uma atuação paralela à diplomacia, o que, por vezes, gerava algum atrito entre adidos e diplomatas, posto que, em muitos casos, estes eram os alvos do monitoramento realizado pelos militares. Contudo, a CNV chegou à conclusão de que, apesar de ambas as instituições serem bastante zelosas de suas funções e áreas de trabalho, havia uma sinergia entre as missões diplomáticas e a adidância (BRASIL, 2041, p.199).

4 ATUAÇÃO REGIONAL DO CIE X

4.1. Três frentes de ação do Centro de Informações

O sistema repressivo que se consolidou com o golpe de 1964 provocou a fuga de centenas de cidadãos brasileiros para o exterior. Considerados “inimigos internos” pelo novo regime, buscaram asilo em países vizinhos e na Europa a fim de evitarem serem perseguidos, ameaçados, torturados e até mesmo mortos, como ocorreu com diversas pessoas naquele período. Entretanto, mesmo estando em outro país, os “subversivos” continuavam sendo monitorados pelo governo brasileiro através de sua rede de comunicação e informantes secretos.

À medida que os exilados chegavam aos países de refúgio, reorganizavam-se em novas ou antigas composições políticas para dar seguimento à militância e também viabilizar a própria vida em um novo lugar. Em certo momento, o engajamento na luta socialista dos grupos de exilados no Cone Sul passou a encarar o movimento político independentemente da nacionalidade, adquirindo, assim, um caráter transnacional.

É conhecida a ideia de que o socialismo, em termos doutrinários, é contra a ideia nacionalista, encarada como mais um dos elementos constituintes do arcabouço de dominação capitalista. Nesse sentido, nada mais natural que o envolvimento político em qualquer parte do mundo, uma vez que isso reforça a luta contra a opressão e contribui para união do proletariado enquanto classe universal (PENNA FILHO, 2009, p.9).

No entanto, para fazer frente a esse movimento internacional e transnacional os militares também desenvolveram um sistema repressivo tão ou mais eficiente que a própria resistência comunista. Nesse contexto, o sistema nacional de informações do Brasil foi estruturado para atuar tanto no plano interno quanto no externo, cabendo ao CIE X este último. Logo, a simples existência deste órgão é prova de que o papel da diplomacia brasileira na ditadura militar foi fundamental, sem a qual não seria possível que o sistema de informações brasileiro expandisse seu alcance, facilitando a rapidez das operações de repressão policial e militar no combate aos grupos de oposição mais articulados.

A diplomacia encarnou o papel de polícia com um profissionalismo invejável. E, em poucos anos, o Serviço Secreto do Itamaraty alcançou níveis de eficiência e coordenação jamais visto entre as demais agências de inteligência do País no período. [...] O CIE X atuava com base num esquema definido como “Plano de Busca Externa”, operado com apoio de agentes do próprio Sistema Nacional de Informações (SNI) e de adidos militares – geralmente integrados aos setores de inteligência de suas respectivas Forças. (SEQUEIRA, 2008, p.26).

Assim, com estrutura e propósitos claramente definidos, acesso a recursos materiais e humanos, nacionais e estrangeiros, colaboração das comunidades de informações brasileira e de seus países vizinhos, suporte ideológico e cobertura institucional do Itamaraty, foi possível ao CIE X executar seu “Plano de Busca Externa” e monitorar brasileiros no exterior desde as

primeiras semanas seguidas ao golpe de 1964. Diversas ações de vigilância partiam de diplomatas lotados em embaixadas e consulados, os quais enviavam à sede do SNI ou à central do CIEEx em Brasília telegramas e ofícios com fotografias, relatos de deslocamentos e reuniões, dados pessoais e até transferências bancárias de exilados (BRASIL, 2014, p.191).

Nota-se, portanto, que a espionagem dos cidadãos brasileiros que fugiram do Brasil para o Uruguai em virtude da perseguição política continuou ocorrendo mesmo que o país ainda estivesse sob um governo democrático. Não obstante o regime militar no Brasil fosse recém-instaurado, a estrutura da comunidade de informações já era suficiente para agir em territórios estrangeiros e promover os interesses do governo militar. Além disso, a experiência prévia de alguns funcionários de alto escalão do Itamaraty na área de informações viabilizou a continuidade das atividades de monitoramento.

Em Montevideú, onde o Brasil mantinha uma das primeiras e mais ativas bases do CIEEx, os postos diplomáticos recebiam instruções e enviavam informações diariamente. Boa parte dessas informações eram obtidas por meio da interlocução com a polícia uruguaia que, no início das atividades do órgão naquele país, era realizada por Ruy Lisboa Dourado, delegado da Polícia Civil do antigo estado da Guanabara, que supostamente teria sido nomeado por Pio Corrêa para o Departamento Político e Cultural do Itamaraty.

De acordo com sua biografia, resgatada pela própria CNV, Ruy Dourado foi cedido ao MRE e enviado para Montevideú em 1965 como chefe de segurança do corpo diplomático, no mesmo período em que o embaixador Marcos Camillo Côrtes atuava como Segundo-Secretário. No entanto, ao ser indagado pela CNV sobre a atuação de Ruy Dourado, o Camillo Côrtes assegurou que não era possível que qualquer pessoa de fora do quadro funcional do Itamaraty pudesse trabalhar no Ministério, fosse em áreas administrativas ou diplomáticas. Dessa maneira, o delegado não poderia estar realizando um trabalho oficial para o Itamaraty (BRASIL, 2014, p.183). De acordo com Côrtes,

[...] na embaixada em Montevideú, efetivamente, o Pio chamou o Ruy Dourado para lá, eu não sei em que condição, se ele era pago pelo Itamaraty, se era pago pela polícia...agora, esse título aí [de funcionário do Departamento Político e Cultural], isso nunca existiu, ele trabalhava diretamente com o Pio, ninguém sabia o quê, ninguém sabia o porquê, nem como.⁵⁹

A capital uruguaia também foi o local escolhido para exílio por muitos brasileiros, entre os quais estavam Leonel Brizola, João Goulart, Paulo Schilling, Darcy Ribeiro e Cândido Aragão. As medidas de vigilância do governo militar era a “eliminação da vida pública” desses

⁵⁹ Arquivo CNV, 00092.00957/2014-88: Depoimento de Marcos Henrique Camillo Côrtes à CNV, em 19 de fevereiro de 2014, p.14.

indivíduos e setores organizados de oposição ligados a eles. Portanto, como figuras de destaque e com papéis importantes no contexto político brasileiro daquela época, todos eles foram espionados pelos aparatos de informações brasileiros, com a cooperação da polícia local.

O controle das atividades dos exilados no Uruguai era de absoluta importância para a ditadura militar, pois a fronteira era constantemente atravessada pelos chamados “pombos-correios”, que levavam e traziam do Brasil orientações ao movimento de resistência. Por essa razão, a região de fronteira no Rio Grande do Sul foi um dos principais postos de concentração militar durante o regime, considerada zona de segurança nacional (FERNANDES, 2009, p.4).

A ditadura brasileira cobrava do Uruguai o controle das suas fronteiras, conforme palavras do Embaixador brasileiro em Montevidéu [Pio Corrêa], manifestando-se que era “claro dever daquele Governo vigiar o trânsito pelas suas fronteiras, interceptando ali a passagem de elementos hostis ao Governo do Brasil”. Inclusive a Secretaria de Segurança solicitou ao governo uruguaio que os cônsules das cidades fronteiriças remetessem listas com os nomes das pessoas que saíssem do Uruguai em direção ao Brasil, o que acabou ocasionando denúncias e protestos na sociedade uruguaia (FERNANDES, 2009, p.8).

Em seus primeiros anos como embaixador no Uruguai, Pio Corrêa, juntamente com o coronel Câmara Senna, enviado como adido militar, dedicou-se à neutralização das ações dos grupos contrários ao regime. O diplomata aplicou especial esforço para controlar as atividades de Leonel Brizola e João Goulart, arquitetando uma formidável rede de contatos dos mais diversos setores políticos, sociais e militares, cuja atenção voltava-se, conseqüentemente, a qualquer pessoa relacionada a esses líderes (FERNANDES, 2009, p.4).

A dimensão do controle exercido pela comunidade de informações brasileira sobre os exilados pode ser observada no caso da prisão de Eloi Dutra, quando de seu retorno do exílio ao Brasil. Em um telegrama enviado à Secretaria de Estado, Pio Corrêa informa sobre horário e o local de chegada de Dutra, que haveria de acontecer naquele mesmo dia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A partir dessa informação, os serviços de repressão política foram mobilizados e Dutra foi preso em Campinas⁶⁰. Dois dias depois, Pio Corrêa emite outro telegrama regozijando-se de sua participação como informante e solicitando informações sobre os documentos que o prisioneiro tinha em mãos ao ser capturado.⁶¹

Ainda na chefia da embaixada de Montevidéu, em 31 de março de 1965, Pio Corrêa enviou outro telegrama à Secretaria de Estado solicitando que interrogassem o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório sobre:

⁶⁰ Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 165, de 15 de março de 1965. Asilados Políticos. Eloi Dutra.

⁶¹ Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 175, de 17 de março de 1965. Asilados Políticos.

1º) a identidade das pessoas que compareceram às reuniões em sua residência em Montevideú, especialmente à de 15 de março; 2º) os antecedentes que teve com Brizola, precisando locais, datas, pessoas presentes, natureza e teor das conversações.⁶²

Pio Corrêa referia-se à suposta reunião que Cardim teria realizado com Brizola e Raúl Sendic Antonaccio, chefe dos Tupamaros, em maio de 1964. O registro do encontro foi feito pela polícia uruguaia, cujos documentos encontram-se no arquivo do Consulado-Geral do Brasil em Montevideú (BRASIL, 2014, p.190). Cardim era um dos principais militares cassados pelo AI-1. Ele viveu exilado na Argentina, mas foi preso pela polícia local e entregue sem qualquer formalidade às autoridades brasileiras. No Brasil, permaneceu preso no CISA até 1977.

Brizola era governador do Rio Grande do Sul quando Jânio Quadros renunciou e foi um mobilizador fundamental na campanha pela posse do vice-presidente João Goulart, seu cunhado. Após o golpe, fugiu para o Uruguai, mas ficou confinado no Balneário de Atlântida pelas autoridades locais. Os documentos oficiais dos serviços de informação, porém, registram que Brizola descumpria as normas de asilo e se deslocava com frequência. Por esse motivo, em 1977, foi expulso do país e fixou-se em Lisboa, onde viveu até 1979, quando recebeu anistia e retornou ao Brasil.

João Goulart, por sua vez, foi constantemente vigiado, desde sua chegada ao Uruguai em abril de 1964, até sua morte em Mercedes, um pequeno município argentino, em 1976. Mesmo durante seus deslocamentos entre um local de exílio e outro ou durante reuniões e encontros com aliados, seus passos foram monitorados pelo CIEEx. A descrição de suas atividades nos documentos produzidos pelo órgão é bastante detalhada e, inclusive, evidencia um vocabulário erudito característico dos diplomatas.

Em um informe do CIEEx de 5 de janeiro de 1967, enviado ao SNI, cujo título é “Atividades do asilado João Goulart”, afirma-se que:

[...] João Goulart teria financiado a campanha política do senhor Ladislao Gutierrez, secretário do Conselheiro de Governo Alberto Heber. Consta ainda que, por ocasião do banquete patrocinado pela chapa Heber-Storace aos seus cabos eleitorais de Tacuarembó (ROU), João Goulart teria enviado doze ovelhas para o melhor brilhantismo daquela refeição suntuosa e festiva.⁶³

Outro documento timbrado do CIEEx, classificado como secreto, com carimbos do MRE e do destinatário (SNI), enviado em 5 de abril de 1973, traz o relato de um encontro entre João Goulart e Juan Perón na Espanha. O informe contém não apenas o conteúdo da conversa entre

⁶² Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 219, de 31 de março de 1965. Asilados Políticos.

⁶³ ANEXO A.

os dois líderes, como também registra a presença do economista brasileiro Celso Furtado na ocasião e os desenvolvimentos políticos relacionados à reunião:

Durante última viagem à Europa, João Goulart encontrou-se com Juan Perón, na Espanha. Nessa ocasião, Juan Perón disse a João Goulart que gostaria que este se fixasse na Argentina, caso o peronismo ganhasse as eleições. A conversa girou sobre a situação brasileira e sobre as ideias de Juan Perón para a criação de um amplo “movimento latino-americano de libertação”, cujo epicentro se localizaria na Argentina. Presenciou a entrevista o economista Celso Furtado, contratado por Juan Perón para (*ilegível*) o programa econômico do governo justicialista. Alonso Mintegui procurou, em nome de João Goulart, (*ilegível*) Pablo Vicente, representante de Juan Perón no Uruguai. Mintegui desejava avistar-se com Jorge Antonio, financista ligado a Juan Perón, a fim de concertar um novo encontro do líder argentino com João Goulart. A entrevista poderia dar-se no Uruguai, caso Juan Perón se detenha em Montevidéu a caminho da Argentina, ou na Europa, par onde, segundo Mintegui, João Goulart viajará brevemente.⁶⁴

Neste documento constam, ainda, informações sobre as atividades de Paulo Schilling em Buenos Aires:

Paulo Romeu Schilling esteve em Buenos Aires durante as eleições, para fazer sondagens em meios peronistas, a mando de Leonel Brizola. Paulo Romeu Schilling encontrou-se em Buenos Aires com o filho do falecido Brochado da Rocha [...].⁶⁵

Por meio de outro telegrama secreto, enviado à embaixada de Paris em 9 de setembro de 1976, também foram transmitidas informações sobre a viagem de Goulart à capital francesa. Intitulado “Presença do ex-Presidente João Goulart na França”, o documento informa:

O ex-Presidente João Goulart encontra-se hospedado, nesta data, no quarto 22 do Hotel Claridge, nessa capital [...], conforme foi adiantado telefonicamente ao Secretário Sergio Amaral, que confirmou o dado e verificou não se encontrar às 18:40 (hora de Brasília) em seus aposentos. Agradeceria manter-me informado de todo e qualquer deslocamento do Senhor João Goulart que, segundo consta, pretenderia retornar a Londres para consultar um médico.⁶⁶

Entretanto, o Uruguai não era o único local onde os exilados eram espionados. Em 3 de maio de 1974, a embaixada e os consulados de Lisboa receberam do gabinete do Ministro de Estado um telegrama cujo índice chamava-se “Identificação e relacionamento de brasileiros que entrem em contato com o posto após 25/abr/1974”⁶⁷. A data corresponde à Revolução dos Cravos e, por isso, o governo brasileiro preocupava-se em controlar a entrada de cidadãos em Portugal. Diz-se no documento:

É possível que nacionais, ligados à subversão e foragidos no exterior, procurem estabelecer-se em Portugal. É conveniente que todos os brasileiros, que pela primeira vez façam contato com o posto, quer para solicitar providências, quer para requerer concessão ou prorrogação de passaporte, ou ainda para outros fins, sejam

⁶⁴ ARQUIVO NACIONAL, CIEX/MRE: Informe Interno n. 180 de 5 de abril de 1973. Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros. ANEXO B.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 1003, de 9 de setembro de 1976.

⁶⁷ Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 9822, de 3 de maio de 1974.

identificados (nome completo, filiação, data e local de nascimento, número de registro da carteira de identidade ou outro documento identificador brasileiro), remetendo-se, mensalmente, por ofício ostensivo, à Secretaria de Estado, relação dessas pessoas”.⁶⁸

Ao confirmar-se o aumento do afluxo de brasileiros em Portugal, em setembro do mesmo ano, o Itamaraty emitiu novo telegrama às representações diplomáticas naquele país reiterando as solicitações do telegrama anterior e recomendando especial atenção dos postos para “obter e transmitir à Secretaria de Estado informações, confirmadas ou não, sobre atividades, comportamentos, deslocamentos e demais ocorrências, relativas a brasileiros que ingressem nesse país após 25 de abril de 1974” e que “procurem ampliar suas fontes de informação, na medida de suas possibilidades”.⁶⁹

Outras missões diplomáticas e repartições consulares, de diversos países – como França e Alemanha, por exemplo – receberam as mesmas instruções e as cumpriram. Observa-se, assim, que havia uma comunicação constante e sistemática entre os postos diplomáticos e a Secretaria de Estado, utilizando-se de todo o aparato disponível para a troca de informações. Por vezes, as conversações utilizavam-se da DSI como intermediária, mas diversas as instruções também eram processadas em outros setores do MRE, como a Divisão de Passaportes (DPP) e o Departamento Consular Jurídico (DCJ), ou pelo próprio gabinete do Ministro de Estado ou pela Secretaria Geral (BRASIL, 2014, p.193).

Como consequência da atuação do CIEEx, em termos de espionagem e troca de informações sobre os brasileiros considerados subversivos, o MRE passou a adotar uma postura de imposição de medidas restritivas. A principal delas consistia na recusa à concessão ou renovação de passaportes e outros documentos de viagem a cidadãos brasileiros. Tal atitude, porém, era direcionada “não apenas aos brasileiros que se encontram como asilados no exterior, como também àqueles que, por incompatibilidade declarada com o atual governo, decidiram viajar para o estrangeiro”, inclusive às suas famílias.⁷⁰

Uma vez estabelecida essa prática restritiva, os brasileiros foram submetidos a situações em que tinham dificuldades até mesmo para registrar seus filhos na embaixada ou regularizar sua situação migratória no país de residência. Como se não bastasse, os documentos que os próprios exilados providenciavam às embaixadas, como formulários e fotografias, eram encaminhados à Brasília, onde eram compilados em uma base de dados sobre a identidade e o paradeiro de brasileiros no exterior (BRASIL, 2014, p.194).

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Arquivo CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 9965, de 24 de setembro de 1974.

⁷⁰ Arquivo CNV, 00092.000506/2015-21: Circulares postais nº 5.215 e nº 5.226, de junho de 1964.

Diante da recusa do governo brasileiro em oferecer os documentos de viagem aos brasileiros que viviam no exterior, muitos recorreram aos organismos internacionais especializados para requerer estatuto de refugiados. Esta alternativa lhes possibilitava viajar por todos os países do mundo, exceto seu país de origem, mas as normas empregadas pelo governo violavam a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estipula o direito de locomoção de todo ser humano entre quaisquer países⁷¹. Ainda assim, a denegação de passaportes continuou sendo uma prática estabelecida no Itamaraty e tornou-se uma política de Estado do regime militar.

Na ordem jurídica interna, a ilegalidade manifesta na denegação de passaportes a brasileiros que se achavam no exterior foi admitida, em 1975, em parecer do então consultor jurídico do Ministério da Justiça sobre a solicitação de um passaporte comum pelo ex-presidente João Goulart. A seu ver, o direito à obtenção de passaporte decorria da nacionalidade, não da cidadania. No Regulamento de Passaportes, aprovado pelo Decreto no 3.345, de 30 de novembro de 1938, inexistia previsão de que a autoridade consular viesse a exercer um poder discricionário para denegar documentos de viagem a quem cumprisse as condições legais e não tivesse, contra si, nenhuma restrição imposta pelo Judiciário. Tal lacuna foi reconhecida pelo próprio ministro Azeredo da Silveira, na informação que encaminhou, em agosto de 1975, ao presidente Ernesto Geisel, sobre o pedido do ex-presidente João Goulart (BRASIL, 2014, p. 195).

Nesse contexto, a segunda maneira pela qual o CIEEx atuou durante o regime militar foi interferindo nos processos e decisões de outras instâncias e organismos multilaterais, como a Comissão de Direitos Humanos (CDH), o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros. Os casos de violação de direitos humanos perpetrados pelo regime militar eram encobertos e dissimulados com a ajuda do Itamaraty, impedindo, assim, que as vítimas desfrutassem plenamente dos benefícios da atuação desses órgãos (BRASIL, 2014, p. 199).

A ditadura brasileira buscava evitar que as condenações e sanções impostas pelos organismos internacionais – mesmo que não fossem aplicadas formalmente – estimulassem a oposição interna e o movimento de “difamação” internacional. Dessa forma, o regime adotou diretrizes no âmbito da diplomacia e criou mecanismos para acompanhar a atuação dos organismos em foros regionais e mundiais. A maior participação do Brasil nesses ambientes não correspondia, porém, à intenção de promover os direitos humanos.

[...] embora tanto na OEA quanto na ONU se sustente a ficção da representação, nos órgãos em apreço, em caráter pessoal, os membros brasileiros, embora mantendo as aparências, atuarão como agentes do governo, zelando por que as alegações e denúncias contra nós sejam

⁷¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XIII.

rejeitadas, desacreditadas ou tenham seu exame adiado, levantando todas as suspeições cabíveis sobre sua credibilidade.⁷²

Sendo assim, o regime militar impunha aos organismos multilaterais todos os obstáculos possíveis à sua ação. Esta postura se aplicava sobremaneira quando algum órgão de defesa dos direitos humanos possuía base no Brasil, tal como ocorreu com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cujo escritório foi criado em 1977 em caráter de urgência e de modo clandestino.

Durante o governo Geisel, o fluxo de pessoas que buscavam asilo inverteu-se, passando a ser maior a quantidade de latino-americanos que vinham ao Brasil do que de brasileiros saindo do país em busca de refúgio por razões políticas. Logo, era necessário que houvesse uma representação do ACNUR adequada à demanda, que era crescente. Porém, em depoimento à CNV, o embaixador João Clemente Baena Soares afirmou que, a princípio, o ACNUR funcionava nas instalações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma exigência do governo brasileiro para aceitar sua presença. O órgão só conseguiu estabelecer seu próprio escritório em 1982, durante o governo Figueiredo.⁷³

Os documentos do CIEEx também revelam que o Itamaraty apoiou a política restritiva da ditadura militar coordenando a designação da ocupação de cargos nas representações das Nações Unidas no Brasil. Sua preocupação consistia em evitar que opositores políticos do regime ocupassem cargos de influência nos foros multilaterais. Em um documento secreto emitido pelo CIEEx em 24 de novembro de 1966, consta que

Ante diversos casos de asilados ou auto-exilados brasileiros que têm obtido designação para ocupar cargos em dependências ou agências especializadas das Nações Unidas, o Itamaraty tem feito gestões coordenadas junto à Direção de tais organismos visando impedir a continuação de tal situação.⁷⁴

O documento informa que a Direção Geral da *Food and Agriculture Organization* (FAO)⁷⁵ havia acatado a solicitação do governo brasileiro sobre avaliar os procedimentos de contratação de funcionários para esta agência. No caso de funcionários públicos, seria necessária uma autorização do governo brasileiro para que essas pessoas pudessem ser contratadas pela organização. Para outros cidadãos, a FAO seria responsável por consultar o governo, através do Itamaraty, antes da formalização do contrato.

⁷² Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_RJANRIO_TT_O_MCP_PRO_432. Processo DICOM n. 59.947 de 11 de julho de 1975.

⁷³ Arquivo CNV, 00092.003075/2014-74: Depoimento de João Clemente Baena Soares à CNV, em 22 de outubro de 2014.

⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL. CIEEX: BR AN, BSB IE. 01.7. Admissão de brasileiros nos quadros de pessoal da FAO.

⁷⁵ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

O documento indica que o Diretor Geral da FAO havia feito uma ressalva, solicitando que não houvesse necessidade de consulta prévia do governo para a contratação de servidores técnicos para estudos específicos e de curta duração. O requerimento se justificava no prejuízo ao aproveitamento dos programas realizados pela instituição e na perda dessa experiência valiosa para os profissionais brasileiros e para o próprio país. O governo acatou a solicitação, mas determinou que, nesses casos, o Itamaraty deveria se imediata ou simultaneamente informado da escolha dos funcionários brasileiros.

Desse modo, observa-se que o MRE possuía uma função de destaque no acompanhamento dos processos internos dos organismos internacionais – sendo capaz, inclusive, de interferir em seus procedimentos – como também na transmissão de informações entre organismos brasileiros (SNI) e também em ambiente externo, confirmando sua atuação em outros países, por intermédio do CIEEx. Assim, a submissão de sua prerrogativa informacional aos interesses da repressão política provocou consequências danosas aos exilados que, impedidos de terem acesso aos seus documentos, também eram privados de seus direitos.

Na documentação oficial referente ao período militar, é possível identificar ainda uma terceira forma de atuação do CIEEx durante a ditadura: a colaboração com serviços de informação estrangeiros para influenciar a deposição de governantes em outros países da América do Sul. O exemplo mais marcante desse tipo de ação foi o caso do desgaste do governo de Salvador Allende, no Chile, em conjunto com Argentina e Estados Unidos, até o golpe que o derrubou em 1973 (VIDIGAL, 2007, pp.193-194).

Em 1969, Emílio Garrastazu Médici, até então chefe do SNI, havia sido empossado como presidente do Brasil e passou a promover a diplomacia do interesse nacional. Sob o lema “segurança e desenvolvimento nacionais”, Médici instituiu o AI-5 e, dessa forma, inaugurou o período mais violento e repressivo do regime militar brasileiro, também chamado de “anos de chumbo” (VIZENTINI, 2008, p.8).

A ascensão de Salvador Allende ao governo do Chile via eleições, em 1970, apontou um caminho possível para a esquerda latino-americana e tencionou as relações políticas e ideológicas na região. Em 1967, boa parte dos brasileiros já havia saído do Uruguai e se fixado no Chile e, a partir de 1969, outro fluxo de exilados brasileiros começou a se direcionar ao país em função do acirramento da repressão no Brasil.

Entretanto, o complexo e delicado processo eleitoral que lhe permitiu assumir a presidência já mostrava o quão difícil seria o caminho de sua administração. A polarização dos programas evidenciava a fragmentação das forças políticas em três grupos distintos: de centro,

representado pela Democracia Cristã, do qual Radomiro Tomic era candidato; de direita, do Partido Nacional do ex-presidente Jorge Alessandri; e o de Allende, que representava a esquerda socialista, através do partido Unidade Popular (UP), fruto de uma aliança entre os partidos Socialista e Comunista do Chile.

O embate eleitoral acabou com a eleição de Allende com 36% dos votos, cuja aprovação dependeria da ratificação do Congresso. Diversos setores eram contrários à posse do novo presidente, por isso a UP buscou mobilizar forças para garanti-la e logrou êxito ao conquistar o apoio e reconhecimento de sua vitória por parte da Democracia Cristã, fortalecendo a mobilização e permitindo que Allende, enfim, assumisse o governo.

Assim como nas eleições de 1964, os EUA estiveram atentos à possível ascensão de Allende. Os objetivos básicos do projeto de construção do socialismo caminhavam de encontro aos interesses estadunidenses, pois as propostas de mudança incluíam a nacionalização de recursos naturais e de empresas que teriam alto impacto na economia norte-americana e a política externa chilena defendia total autonomia no ambiente internacional (FERNANDES, 2007. P.75).

Diante deste cenário, e considerando o complexo momento internacional de polarização político-ideológica, a constante oposição sofrida por Salvador Allende levou-o ao enfrentamento de crises constantes. Apesar de sua experiência política e de sua habilidade como mediador de conflitos, os impasses dentro do próprio movimento socialista chileno abriram caminho para o desgaste da administração do presidente e para o fortalecimento da direita, mormente representada pelo setor militar. Sendo assim, diante da fragilidade institucional de seu governo, em 11 de setembro de 1973, Allende foi deposto pelas Forças Armadas, sob o comando do general Augusto Pinochet.

Por trás da instabilidade sofrida pelo governo de Allende, a intervenção indireta dos EUA teve um forte impacto para a fragilização interna e para a radicalização dos polos opostos da política chilena. Por meio de seu serviço secreto e de seus aliados, os EUA investiram recursos volumosos, sobretudo em grupos de extrema direita, de modo que as disputas passaram a ser armadas e cada vez mais violentas (MONIZ BANDEIRA, 2008, p.377).

Nesse período, no Brasil, Médici adotava uma política externa baseada na estratégia de relações bilaterais por meio da inserção individual, restabelecendo boas relações com os EUA. Desse modo, ao governo brasileiro também interessava o fracasso da esquerda chilena, por isso acompanhava de perto o desenvolvimento dos acontecimentos no país vizinho e, por meio do CIEEx, colaborava com a CIA fornecendo informações que pudessem levar à derrocada de Salvador Allende.

É possível observar esse movimento de cooperação entre o Brasil e os EUA em um memorando de 9 de dezembro de 1971 referente a uma reunião entre o presidente Nixon, seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, o general Vernon Walters e Médici. O documento revela que, desde aquele momento, o Brasil estava ativamente empenhado em derrubar o governo de Salvador Allende e possuía a simpatia e o apoio dos EUA para realizá-lo.

O Presidente [dos Estados Unidos] então perguntou ao Presidente Médici sobre sua visão de como a situação no Chile se desenvolveria. O Presidente Médici disse que Allende seria derrubado pelas mesmas razões que Goulart havia sido derrubado no Brasil. O Presidente então perguntou se o Presidente Médici achava que as Forças Armadas chilenas eram capazes de derrubar Allende. O Presidente Médici respondeu que acreditava que sim e completou dizendo que o Brasil estava realizando intercâmbio de muitos oficiais com os chilenos, e deixou claro que o Brasil estava trabalhando com esse objetivo. O Presidente disse que era muito importante que o Brasil e os Estados Unidos trabalhem estreitamente neste domínio. Nós não poderíamos dar a direção, mas se os brasileiros sentissem que havia algo que poderíamos fazer para ser útil nesta área, ele gostaria que o Presidente Médici soubesse. Se dinheiro fosse necessário ou outros auxílios discretos, talvez poderíamos disponibilizá-los. Isto deve ser mantido no maior sigilo. Mas precisamos tentar evitar novos “Allendes” e “Castros” e tentar reverter essas tendências sempre que possível.⁷⁶

Dias após o golpe no Chile, o CIEEx emitiu um relatório sobre o novo governo do país, representado pela Junta Militar, afirmando que o governo de Allende era ilegítimo, pois não havia sido eleito com a maioria dos votos. Sendo assim, de acordo com o Itamaraty, justificava-se a intervenção externa realizada contra o presidente deposto. Além disso, o CIEEx reconhecia o novo governo e destacava a necessidade de diálogo entre os dois países, o qual havia sido rompido pelo “governo marxista de Allende”.⁷⁷

O acompanhamento dos momentos finais do governo de Allende pelo CIEEx demonstrava a importância que o país tinha para os interesses do Brasil, uma vez que Chile havia sido país de refúgio de muitos exilados brasileiros. Com a tomada do poder pelos militares, o desenrolar dos acontecimentos políticos, assim como o monitoramento dos brasileiros que viviam no Chile, poderiam ser controlados muito mais facilmente pela comunidade de informações brasileira.

Um dos episódios mais marcantes no Chile após o golpe, foi o do Estádio Nacional de Santiago, que ganhou destaque ao ser utilizado como prisão para manter homens e mulheres, chilenos, uruguaios, argentinos e brasileiros considerados comunistas. Ali os prisioneiros eram interrogados, torturados e mantidos em condições sub-humanas, levando algumas pessoas à

⁷⁶ “UNITED STATES OF AMERICA. *Memorandum for: the President's file. The National Security Archive. The George Washington University*, p. 5. Tradução da autora.

⁷⁷ Arquivo Nacional, CIEEX, Informe, n. 452. Conjuntura chilena. 20 de setembro de 1973. Secreto. CIEEX, 1973.

morte, inclusive. Todavia, o tratamento dispensado pelo Itamaraty aos exilados brasileiros no Chile foi o mesmo que vinha sendo aplicado desde a criação do CIEEx.

Os documentos do CIEEx revelam que, no dia 16 de outubro de 1973, uma equipe de militares brasileiros foi enviada por Médici até o Estádio para interrogar prisioneiros sob tortura⁷⁸. Entre os agentes brasileiros que foram enviados ao Estádio, estava Deoclécio Paulo, que na época serviu como primeiro-sargento do Exército na Embaixada do Chile entre maio de 1972 e janeiro de 1974, onde era responsável por cuidar da agenda do Coronel lotado ali, Walter Mesquita de Siqueira. Atualmente capitão, Deoclécio deu entrevista à CNV e negou ter conhecimento de qualquer participação brasileira no caso do Estádio Nacional.⁷⁹

Outro depoente da CNV, Adolpho Benevides⁸⁰, confirmou seu conhecimento sobre a troca de comunicações entre a DSI/MRE, o consulado e a embaixada no Chile e a Agência Central do SNI na época das prisões no Estádio Nacional do Chile. Ele reconheceu que houve solicitações de informações do governo brasileiro sobre a lista de exilados que desejavam retornar ao Brasil, mas que o SNI recusou a entrada dos banidos e pediu mais informações sobre o restante. Para tanto, oficiais do consulado foram até o Estádio a fim de entrevistar os presos brasileiros e colher mais informações. A presença de autoridades brasileiras ali é, então, registrada no seguinte documento:

O Vice-cônsul, ao apresentar-se no Estádio Nacional para entregar ao coronel Espinoza, encarregado do destino dos estrangeiros detidos no Estádio Nacional, a carta confidencial com os nomes dos brasileiros cujo o retorno ao Brasil não é desejado pelas autoridades brasileiras, lá topou com aproximadamente cinco policiais brasileiros que se encontravam acompanhados pela ordenança do Adido militar à Embaixador do Brasil e já estavam se ocupando da situação dos brasileiros ali detidos.⁸¹

Sobre este fato, a CNV concluiu que

[...] o Estado brasileiro se omitiu no exercício da proteção consular a seus nacionais. Ao negar-lhes autorização para que voltassem ao Brasil, prolongou a estada de dezenas de detidos, em condições sub-humanas, no Estádio Nacional em Santiago. Em vez de contribuir para que os brasileiros saíssem do Chile com destino a outros países (como era, aliás, desejo expresso das novas autoridades chilenas), preocupou-se em obter listas de nomes e qualificações daqueles que se abrigavam em embaixadas de terceiros países, ou se refugiavam nas sedes de organizações internacionais. Mais que tudo, interessavam à ditadura brasileira os dados de partida dos exilados, os quais permitiriam o monitoramento de sua movimentação posterior (BRASIL, 2014, p. 193).

⁷⁸ Arquivo CNV, 00092.003316/2014-85: Despacho-Telegráfico n. 460, de 16 de outubro de 1973.

⁷⁹ Arquivo CNV, 00092.001604/2014-03: Depoimento de Deoclécio Paulo à CNV, em 21 de julho de 2014.

⁸⁰ Benevides era II Tenente da Reserva da Marinha pelo Centro de Instruções de Oficiais da Reserva da Marinha. Ingressou na carreira diplomática em 1960, lotado como Embaixador em Roma. Entre 1971 e 1980, foi chefe do DSI/MRE.

⁸¹ Arquivo CNV, 00092.000781/2014-64: Depoimento de Adolpho Corrêa de Sá e Benevides à CNV, em 16 de abril de 2014.

Observa-se, assim, que em todos os casos apresentados essa estrutura de inteligência que se formou no Brasil – sobretudo a agência central do CIEEx e de suas bases no exterior – foi muito eficiente e inspirou os serviços secretos dos países do Cone Sul. A eficiência do regime brasileiro evidencia-se tanto pelo número de mortos e desaparecidos sensivelmente menor em relação a países vizinhos – como o Chile e a Argentina, por exemplo – e pelo fato de ter conseguido dismantelar praticamente toda a resistência comunista quase uma década antes do início do processo de reabertura política. Isso resultou da repressão prévia e constante por parte dos órgãos de informação internos e da abrangência que a atuação do CIEEx obteve em âmbito externo.

4.2. Os serviços de informação do Cone Sul na Operação Condor

As três formas de atuação do CIEEx descritas anteriormente revelam a existência de um complexo aparato de informação para o qual foram colocados todos os recursos possíveis à disposição. A estrutura burocrática e os meios de atuação do Ministério das Relações Exteriores, assim como os meios de coerção dos serviços de informação interna e a bagagem ideológica alimentada sobretudo pelas autoridades militares compuseram a base ideal para que se estabelecesse um organismo de busca de informações nos moldes desejados pelo regime militar.

A primeira metade dos vinte anos de funcionamento do CIEEx – entre 1966 e 1975 – foi seu período de maior atividade. Pio Penna Filho (2009, p.5) afirma que, em 1976, os objetivos do serviço de informação do Itamaraty já haviam sido alcançados, pois os focos de resistência ao regime militar no Brasil já haviam sido praticamente neutralizados. O autor vai além ao afirmar que sem essa ferramenta informacional, a repressão não teria tido a eficiência que alcançou e atribui ao CIEEx o título de “elo perdido da repressão”, já que sua existência permaneceu em segredo, vindo a ser conhecida apenas após a abertura de seu acervo documental (PENNA FILHO, 2008, p.80).

Considerando os resultados obtidos ao longo dos anos de funcionamento, o modelo do Centro de Informações do Itamaraty acabou despertando o interesse e admiração por parte dos países vizinhos. Em um informe timbrado com os símbolos do MRE e do CIEEx, de 13 de agosto de 1974, era comunicada a existência de um grupo de militares chilenos partidários do “modelo brasileiro” de desenvolvimento econômico e político. O grupo fazia parte de uma Associação liderada pelo Tenente-coronel Herbert Orellana Herrera, que publicara um livro favorável a tal

modelo, e passou a orientar a propagação de seu partidarismo através de publicações no jornal “El Mercurio”, de Santiago⁸². Seu intuito era convencer a Junta de Governo chilena (leia-se o General Augusto Pinochet) a adotá-lo, sobretudo nas áreas de política interna e segurança nacional, incluindo a cassação de direitos políticos de esquerdistas e a legislação brasileira sobre “banimentos”.⁸³

O modelo de inteligência externa adotado pelo Brasil, de fato, havia sido eficiente e a “admiração” por ele desencadeou um processo de aproximação entre os países do Cone Sul. Naquele momento, entre as décadas de 1960 e 1970, a maior parte dos países da região enfrentava condições políticas demasiadamente conturbadas e o anticomunismo permanecia arraigado no discurso reacionário, buscando sua legitimidade na ideologia da segurança nacional. Apesar das divergências doutrinárias e políticas de cada governo, o ideal comum anticomunista prevaleceu até mesmo entre Estados com histórico de relações conflituosas, como no caso da Argentina e do Chile⁸⁴.

Todas elas [as ditaduras], com efeito, criaram ou modificaram agências de informações ou adequaram suas instituições voltadas tradicionalmente para a defesa do Estado. Sua nova função deveria ser o combate ao inimigo interno, estivesse ele onde estivesse, ou seja, dentro das fronteiras do Estado ou fora dela. E o inimigo interno era justamente aquele previamente identificado como comunista, embora o significado dessa palavra estivesse muito mais vinculado ao fato de se opor ao regime, do que efetivamente a uma filiação ideológica (PENNA FILHO, 2009, p.4).

Diante disso, a convergência de interesses ideológicos entre os países da região culminou no surgimento de um movimento de cooperação entre seus serviços de informação e aparatos repressivos. Aos poucos, esse tipo de colaboração se tornou prática recorrente até que, em 1975, os governos militares da região, com o apoio e influência dos EUA, formalizaram entre si um sistema de informações altamente complexo e sofisticado que ficou conhecido como Operação Condor⁸⁵.

A Operação Condor foi concebida por Manuel Contreras, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), a agência de informações da ditadura chilena de Pinochet. O nome “Condor”, que diz respeito à ave símbolo do país andino, foi sugerido por José Fons, coronel uruguaio que coordenou a reunião de criação do Plano onde estavam presentes

⁸² Herrera era professor de Geografia Política, de História Militar e Relações Internacionais e seu livro era intitulado “*Brasil, un país que aceptó el desafío del desarrollo*”.

⁸³ Arquivo Nacional, CIEX: BR_AN_BSB_IE_013_001. Chile. Política Interna. Propaganda dirigida. “Modelo brasileiro”. 12 de agosto de 1974.

⁸⁴ Naquele período, a Argentina também mantinha relações conflituosas com o Chile devido a interesses territoriais, como na disputa (que quase terminou em conflito armado) pelo Canal de Beagle.

⁸⁵ Também chamada de Plano Condor ou sistema Condor.

representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, Peru e Equador também aderiram ao Plano (BRASIL, 2014, p.221).

A Operação Condor foi formalmente criada em novembro de 1975, em Santiago do Chile, e constituiu um plano extraoficial, multinacional, transfronteiriço e estratégico, estabelecido para erradicar a “ameaça comunista” no continente sul-americano. Suas atividades envolviam compartilhamento de métodos, trocas de informações e prisioneiros, além de perseguições, prisões, espionagem de exilados, torturas e assassinatos internacionais e eram realizadas de modo clandestino.

O Plano também esteve fundamentado nos princípios da DSN e dispunha de estruturas paraestatais, forças paramilitares e parapoliciais com infraestruturas secretas e clandestinas. Além disso, possuía equipamentos computadorizados de alta tecnologia fornecidos pela CIA, os quais compunham uma base de dados e um sistema de comunicação por telex chamado de “Condortel”. Nesse sistema, os países eram identificados como Condor I (Chile), Condor II (Argentina), Condor III (Uruguai), Condor IV (Paraguai), Condor V (Bolívia) e, mais tarde, foram incluídos Condor VI (Brasil), Condor VII (Equador) e Condor VIII (Peru) (DINGES, 2005. P.187).

A Inteligência estadunidense, por sua vez, acompanhava de perto os movimentos da Operação Condor; a CIA já tinha conhecimento da Operação antes mesmo de sua formalização e continuou observando e financiando algumas de suas ações após a institucionalização do sistema. John Dinges (2005, p. 296) afirma que os EUA não apenas sabiam da existência do Plano, mas também estavam cientes de diversas operações a serem executadas e nada fizeram a respeito. Para o autor, o posicionamento do país – público ou privado – contra essas operações poderia ter evitado diversos assassinatos e desaparecimentos provocados por seus aliados.

Em um relatório do Departamento de Inteligência de Defesa estadunidense, redigido por Robert Scherrer, oficial do FBI na Argentina, em setembro de 1976, há uma descrição bastante detalhada a respeito da Operação Condor e de seu propósito.

“Operação Condor” é o codinome dado à coleta de inteligência sobre “esquerdistas”, comunistas e marxistas na região do Cone Sul. Foi estabelecida recentemente entre serviços de inteligência em cooperação na América (do Sul) com a finalidade de eliminar atividades terroristas marxistas em países membros, sendo o Chile conhecido como o centro das operações. Outros membros participantes incluem: Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Além disso, aparentemente, o Brasil concordou em contribuir experimentalmente com a Operação Condor.⁸⁶

⁸⁶ THE UNITED STATES OF AMERICA. *Department of Defense Intelligence. Information Report*. 28 de setembro de 1976. (Tradução da autora).

O mesmo documento ainda afirma que os países mais entusiastas da Operação Condor eram a Argentina, o Uruguai e o Chile, os quais mantinham estrito contato entre seus serviços de informação e haviam se unido em operações conjuntas contra alvos “terroristas”. Nesse sentido, consta que, entre 24 e 27 de setembro de 1976, a *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE) argentina, juntamente com oficiais uruguaios, havia realizado uma ação contra a organização uruguaia OPR-33 na Argentina, desmantelando toda a infraestrutura do grupo.

Uma das informações que merece destaque no relatório é a de que as equipes que compunham os serviços de informação da Operação Condor não deveriam ser compostas por oficiais das Forças Armadas, comissionados ou não, mas por “agentes especiais”. Não há qualquer indicação sobre qual tipo de “especialidade” tais oficiais deveriam possuir, a não ser a necessidade de estarem munidos de documentos falsos providos por seus países de origem.

O documento também expõe a existência de uma terceira fase da Operação, estritamente secreta, que envolveria assassinatos contra “terroristas” e simpatizantes de organizações “terroristas”.

Por exemplo, caso um terrorista ou um simpatizante de organizações terroristas de um país e membro é identificado, uma equipe especial é despachada para localizar e vigiar o alvo. Quando o trabalho de localização e vigilância terminam, uma segunda equipe é enviada para colocar em prática uma operação contra o alvo. [...] Dois países europeus, especificamente mencionados por possíveis operações sob a terceira fase foram França e Portugal.⁸⁷

A Operação Condor foi sistematizada em três fases, apresentadas como uma “coordenação efetiva” por Contreras na reunião de sua criação. A primeira etapa consistia na criação de um Centro Coordenador no Chile, similar à Interpol em Paris, para colher e trocar informações sobre pessoas ligadas a organizações “subversivas”. Nesta fase, os países membros eram aconselhados a estabelecer conexões em outros locais, especialmente fora do continente – em uma referência à CIA e ao FBI – a fim de “obter informações sobre a subversão” (DINGES, 2005, p.34).

A segunda fase incluía a realização de operações no interior dos países membros.

No mundo dos Serviços de Inteligência, a distinção entre “informações” e “operações” separa os homens dos meninos. *Operações* significa planejar e executar uma ação que promova diretamente o objetivo militar ou político que a agência está tentando alcançar. Às vezes, as ações são projetadas para colher informações e servir ao braço de pesquisa e análise da agência. Muito frequentemente, as operações são projetadas para atacar, incapacitar ou impedir de alguma maneira a ação do inimigo. Incluem disseminação de propaganda (propaganda “negra”, que significa uso de mentiras, também conhecida como “desinformação”, para desacreditar ou confundir o inimigo), controle dos movimentos dos indivíduos sob controle, localização de

⁸⁷ Ibid., p.2.

alvos inimigos e por fim realização de missões secretas para capturar e prender ativistas inimigos (DINGES, 2005, p.35).

Nessa fase, era permitido aos serviços de informação dos países da Condor agirem dentro das fronteiras uns dos outros, perseguindo, capturando, torturando e deportando exilados. Assim, um dos membros do sistema seria responsável por vigiar e apreender os indivíduos. Aos demais membros interessados, seria permitido participar da fase de interrogatório – que poderia durar meses – e as informações dali obtidas seriam compartilhadas em forma de relatório para todo o sistema. Posteriormente, o prisioneiro poderia ser devolvido ao seu país de origem, onde seria interrogado novamente, torturado e, eventualmente, executado (DINGES, 2005, p. 36).

Quanto à proposta de Contreras para a terceira fase, até mesmo os membros mais rígidos e antigos do grupo ao qual se dirigia foram surpreendidos, pois sugeria a realização de operações de perseguição e assassinato de inimigos no exterior, isto é, fora do continente sul-americano. (DINGES, 2005, pp.34-39). O exemplo mais notório do que representou a terceira fase da Operação Condor foi o assassinato de Orlando Letelier, ex-chanceler chileno e principal opositor de Pinochet. Em 21 de setembro de 1976, o carro em que Letelier estava explodiu em frente à Embaixada do Chile em Washington quando foi acionada uma bomba por controle remoto. O atentado, assim como outras ações da Operação, era acompanhado pela CIA, que nada fez para evitá-lo (PENNA FILHO, 2009, p.5).

Outra vítima fatal da Operação Condor foi o general Carlos Prats, comandante-em-chefe do Exército chileno. Enquanto ocupou este cargo, Prats declarava seu apoio ao governo de Allende, mas após o golpe que derrubou o presidente chileno, Prats renunciou e foi sucedido por Pinochet, de quem era o maior rival. A convite do presidente Juan Perón, exilou-se na Argentinam onde, apesar da discricção com a qual lidava com assuntos políticos, mantinha contato com militares e não escondia sua oposição à ditadura militar no Chile. Pouco antes de fugir para a Europa – após a morte de Perón – Prats foi morto juntamente com sua esposa em um atentado à bomba, planejado e executado pela DINA (DINGES, 2005, pp. 117-125).

Durante o período em que a Operação Condor vigorou, muitas vítimas tiveram o mesmo destino que Letelier e Prats ou simplesmente desapareceram sem deixar rastros. Eram pessoas que ocupavam cargos importantes em governos – inclusive presidentes – militares, líderes políticos da oposição, militantes moderados e revolucionários marxistas a favor de guerrilhas, brasileiros, argentinos, bolivianos, uruguaios, chilenos e paraguaios. A diversidade de perfis das vítimas denunciava o nível de integração do sistema que as perseguia e as eliminava.

A Operação Condor em si foi responsável por uma proporção relativamente pequena do total de mortes e violência, mas representa o pior e definitivo afastamento do

estado de direito e da sociedade civilizada. Os países, do seu mais alto nível de autoridade, entraram num acordo para cooperar no empreendimento do terrorismo de Estado. Desconsideraram a proteção dos direitos humanos de seus próprios cidadãos e conspiraram para violar as normas de proteção internacional: o direito de refúgio, asilo e proteção aos refugiados, o habeas corpus e os procedimentos cuidadosamente articulados para a extradição de pessoas acusadas de crimes num país e presas em outro (DINGES, 2005, p.41).

Cabe destacar que, segundo Penna Filho (2009, p.5), “a rigor, não se pode dizer que tenha existido uma integração dos sistemas de repressão no Cone Sul”. Embora tenha havido uma tentativa de criação de um sistema integrado, o Brasil não se mostrava interessado em aderir à Operação Condor, posto que sua própria comunidade de informações já havia logrado êxito em eliminar boa parte dos “inimigos internos” em seu território. Ademais, na reunião de criação do sistema, o Brasil havia participado apenas como observador, manifestando interesse em cooperar apenas com as duas primeiras fases do acordo.

Essa discrição por parte do governo brasileiro é, frequentemente, confundida com ausência. Embora qualquer tipo de informação sobre cooperação na área militar ou de inteligência, assim como qualquer dado a respeito da Operação Condor, não apareçam de maneira explícita na documentação diplomática brasileira, a existência desse sistema e a participação do Brasil tem sido comprovadas a partir da liberação de documentos oficiais em arquivos nacionais e no exterior.

Jair Krischke⁸⁸ descreve o que encontrou ao longo de suas investigações sobre a ditadura no Brasil e divulga o conteúdo de diversos documentos que comprovam a participação do país em ações vinculadas à Operação Condor. Sua tese consiste em que o Estado brasileiro não apenas colaborou com a perseguição, tortura e assassinato de estrangeiros em seu território e fornecendo informações aos países vizinhos, mas foi criador e protagonista desse sistema continental de repressão política.

Com base em documentos entregues à Comissão Nacional da Verdade, Krischke apresenta o que considera as duas primeiras ações da Operação Condor, antes mesmo de ser formalizada, em 1975. A primeira ocorreu em dezembro de 1970, quando oficiais brasileiros e argentinos sequestraram o coronel do Exército Jefferson Cardin Osório, seu filho e seu sobrinho de 18 e 21 anos, respectivamente, em Buenos Aires.

Após um longo interrogatório e sessões de tortura em um prédio da polícia argentina, o coronel e seu filho foram entregues ao DOPS ao desembarcarem no aeroporto do Galeão, no

⁸⁸ Ver COMISSÃO DA VERDADE. O direito à verdade: informação, memória e cidadania. Seminário. São Paulo. 20 jun. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8ABfRiom_E>. Acesso em: 24 fev. 2017; e entrevista à Rede EBC “Jair Krischke: ‘O Brasil foi o criador da Operação Condor’”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xj6jpRLBqiE>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

Rio de Janeiro, onde foram submetidos a outro interrogatório por cerca de 11 horas. Seu sobrinho, filho de um militar uruguaio, foi enviado para Montevideu. Jefferson Cardim ficou preso no CISA até novembro de 1977, quando foi liberado em virtude da lei de Anistia. No ano seguinte, sua anistia foi anulada e seus direitos cassados, de modo que teve que se exilar na Europa, onde viveu por quatro anos. Seu filho, Jefferson Lopetegui Osório, ficou preso até 1971.

As informações sobre Jefferson Cardim foram entregues por Alberto Otavio Conrado, agente do CIEEx que usava o codinome “Altair” e que era infiltrado do governo no movimento do qual Cardim fazia parte. Conrado também esteve envolvido na espionagem do ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira, líder do grupo Frente de Libertação Nacional (FLN). Cerveira foi sequestrado em Buenos Aires em dezembro de 1973 e foi levado para o DOI do Rio de Janeiro, onde teria sido torturado e morto. Seu corpo nunca foi encontrado (BRASIL, 2014, p. 247).

Outra vítima brasileira da Operação Condor, segundo Krischke, foi Edmur Péricles Camargo. Edmur era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundador do M3G⁸⁹ e viveu exilado no Chile até 1971, após ser banido do Brasil em virtude do sequestro do embaixador suíço. “Gauchão”, como também era conhecido, desapareceu quando embarcou rumo à Montevideu para fazer um tratamento nas vistas – que haviam sido comprometidas por conta das inúmeras torturas que havia sofrido. De acordo com a CNV, Péricles Camargo foi detido pela polícia argentina quando fazia escala em Buenos Aires e, em seguida, entregue às autoridades brasileiras (BRASIL, 2014, p.236).

Krischke conclui, assim, que as ditaduras do Cone Sul foram se estabelecendo de maneira contínua, sob o padrão da DSN, e, durante esse processo, o Brasil já mantinha atividades repressivas conjuntas com outros países da região, antes mesmo da formalização da Condor. Sendo assim, para o historiador, o Brasil teria inaugurado esse processo de coordenação da repressão política no subcontinente e seria, portanto, o criador da Operação Condor.

É importante destacar que o Brasil teve papel fundamental nesse processo, uma vez que fora o primeiro país a sofrer o golpe e influenciou os outros em seu entorno, de diversas maneiras, inclusive oferecendo treinamento para o idealizador da DINA, Manuel Contreras.

Esse estimado oficial foi o arquiteto de um sistema de Inteligência singular que estava para embarcar numa orgia de assassinatos em massa. Onde Contreras receber o seu treinamento de Inteligência – em outros lugares que não os cursos de rotina na Academia de Guerra – não foi possível identificar com precisão. Robert Sherrer, o

⁸⁹ Marx, Mao, Marighella e Guevara.

funcionário do FBI que o conhecia bem, concluiu que provavelmente ele recebeu treinamento no Brasil. Não há dúvida de que Contreras e a Dina tinham uma relação operacional estreita com o Serviço de Inteligência do Brasil, o SNI. Alguns documentos dos Estados Unidos confirmam que os oficiais do Serviço de Inteligência brasileiro foram ao Chile para interrogar prisioneiros depois do golpe e que oficiais chilenos foram enviados ao Brasil para receber treinamento de Inteligência (DINGES, 2005, p.109).

Por outro lado, embora tivesse enviado representantes à reunião em Santiago e assumido o compromisso de colaborar com os países do sistema Condor, o Brasil não assinou a ata do encontro e conservou uma postura discreta em relação aos demais membros. O país ainda mantinha a preocupação com sua imagem no ambiente internacional e também continuava realizando suas próprias buscas por meio do CIEEx que, até então, estava cumprindo seu papel de maneira satisfatória.

Isto posto, cabe considerar que, para que esse sistema de cooperação regional em segurança funcionasse, seriam necessários não apenas a colaboração dos países membros da Operação Condor e a condescendência de outros de fora da região. Seria preciso, sobretudo, vontade política e recursos materiais e humanos que, segundo o coronel uruguaio José Fons, o Chile possuía.

Segundo Dinges (2005, p. 192), a DINA já possuía uma base bem estruturada e funcionava plenamente quando o Plano Condor foi assinado. Parte de seus recursos vinham do apoio e financiamento dos EUA, além dos treinamentos oferecidos pelo Brasil. Ademais, uma vez estabelecido o arcabouço ideológico comum aos países sul-americanos que estavam sob regimes ditatoriais, a iniciativa e a estrutura institucional e operacional da Operação no subcontinente lhes proporcionariam cobertura multinacional para operações que já estavam em andamento.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o modelo de espionagem adotado pelo Itamaraty, concretizado no CIEEx, contribuiu para a construção de um sistema repressivo continental, a despeito do discreto envolvimento do Brasil. Sendo a Operação Condor um instrumento da política oficial dos regimes militares dos seis países envolvidos, não é possível que se exclua a colaboração brasileira nos crimes que foram cometidos por autoridades sul-americanas durante o período militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Centro de Informações do Exterior ocorreu em meio a um contexto de disputa ideológica de proporções mundiais. A conjuntura imposta pelo conflito da Guerra Fria estabeleceu um quadro político que possibilitou a difusão e consolidação da perspectiva de “inimigo interno” e das práticas repressivas que visavam a defesa dos “valores democráticos ocidentais” contra o comunismo internacional.

Por outro lado, não se pode afirmar que o CIEEx tenha se estabelecido no sistema nacional de informações do Brasil de maneira contingente e temporalmente delimitada pela conjuntura política daquele momento. O serviço de informações do Itamaraty foi arquitetado sob influência de uma tradição de segurança nacional mais antiga, desenvolvida ao longo da história política do país, desde os movimentos anticomunistas das décadas de 1920 e 1930.

Nesse contexto, o CIEEx surgiu como um mecanismo de busca de informações externas para subsidiar o regime autoritário brasileiro, ocupado pelos militares que derrubaram João Goulart em 1964. O órgão foi concebido como um serviço vinculado ao Itamaraty – embora não figurasse oficialmente em sua estrutura institucional – mas subordinado ao SNI. Isto significava que o CIEEx fazia parte da comunidade de informações brasileira e acompanhava a evolução do quadro político do período militar dentro e fora das fronteiras nacionais.

Assim, o CIEEx foi institucionalizado com um propósito claramente definido, qual seja, ampliar o alcance da comunidade de informações para além das fronteiras nacionais. Na documentação oficial do órgão, é possível notar que o regime militar acompanhava não apenas as atividades de brasileiros que viviam fora do Brasil – em países vizinhos e também em cidades europeias – mas também de estrangeiros que viviam no país. Além disso, suas atividades contavam com a colaboração de oficiais do Itamaraty e de agentes de outros países e eram praticadas antes mesmo da institucionalização da Operação Condor, em 1975.

Como resultado do desempenho do CIEEx, os principais focos da resistência armada contra o regime no Brasil foram praticamente extintos logo na primeira metade do período em que o serviço esteve ativo. Sua eficiência deveu-se, entre outros fatores, ao seu próprio modelo de atuação, fundamentado na discrição, na cobertura institucional do MRE e na clandestinidade das ações. Para tanto, diversos mecanismos foram utilizados, com destaque para os meios de comunicação próprios – paralelos ao sistema diplomático – e o emprego de informantes infiltrados em grupos de exilados.

Nesse sentido, há que se destacar o envolvimento do Itamaraty em políticas de combate ao “inimigo interno” nos marcos temporais do regime militar brasileiro. Embora a diplomacia

seja um serviço informacional por natureza, responsável pela comunicação entre Estados, os documentos do CIEEx comprovam a existência de bases no exterior, lotadas em repartições consulares e embaixadas, cujos chefes eram responsáveis não somente pela transmissão de informações diplomáticas, mas também – senão principalmente – relativas às atividades de brasileiros considerados subversivos.

Essa estrutura não envolvia todo o corpo diplomático, mas era representada por oficiais de alto escalão do Itamaraty, incluindo Ministros e Primeiros e Segundos-secretários. Apesar do uso de informantes que não possuía status diplomático, compreende-se que a produção de informações realizada por diplomatas no exterior, resultou de um intercâmbio velado, mantido por longo prazo entre diplomatas, adidos militares e policiais das diversas instituições de diferentes países. Assim, pode-se afirmar que o regime militar brasileiro fez uso dessa “linha direta” para espionar e controlar os passos de indivíduos que se posicionavam contra o governo, até mesmo ex-presidentes, evidenciando a natureza repressiva das relações entre o Itamaraty e a ditadura.

Dessa maneira, embora o MRE tenha buscado manter uma imagem de neutralidade em relação à política repressiva do regime militar, a documentação de seu principal órgão de informações registra seu envolvimento nas operações de espionagem e vigilância de pessoas e na cooperação com serviços de Inteligência estrangeiros. Sob sua estrutura – e com o apoio de toda a comunidade de informações do Brasil – o CIEEx encontrou o resguardo necessário para suas ações e as condições ideais para a realização de seus objetivos de maneira rápida, eficaz e sem comprometer a imagem do país no exterior.

Diante deste quadro, ao analisarmos o processo de construção do sistema de Inteligência brasileiro até a criação do CIEEx, notamos que, em virtude do processo histórico particular do Brasil, a construção da comunidade de informações do país passou por processos distintos dos padrões estadunidense, europeu e soviético. Ou seja, se na formação dos sistemas nacionais de Inteligência modernos a Inteligência militar, por exemplo, teve sua origem na estrutura de guerra e sua motivação na defesa contra os inimigos externos, no Brasil, esse processo foi diferente; na prática, seu sistema resultou da especialização da atividade de informação como função policial e repressiva, assim como em outros países da América do Sul.

Portanto, se tomássemos como base a classificação de Michael Herman e a divisão matricial de Cepik para analisar os serviços de informação brasileiros, não seria possível considerar as DSI, os DOPS e os DOI-CODI como parte da Inteligência interna brasileira, e o CIE, o CENIMAR e o CISA como serviços de Inteligência militar. Isto porque, nos momentos em que a ideologia da segurança nacional prevaleceu como princípio norteador das políticas

estatais – sobretudo durante o regime militar, no contexto da Guerra Fria – os serviços de Inteligência externa e militar brasileiros foram redirecionados da produção de informações externas e da promoção de um tipo específico da segurança, respectivamente, para a atuação em questões internas ou policiais em benefício do regime discricionário.

Nesse sentido, o desenho organizacional da comunidade de informações do Brasil se estabeleceu sob um regime de governo autoritário, no qual as decisões eram concentradas no Poder Executivo, ao mesmo tempo em que havia um alto grau de interdependência burocrática entre as agências de segurança. Essa dinâmica, somada à lacuna existente no debate sobre as definições e atribuições da segurança nacional e da defesa, provocou a justaposição de funções e, conseqüentemente, uma falta de clareza quanto à delimitação jurisdicional de cada agência.

Talvez seja por essa razão que o CIEEx tenha tido tamanha eficiência. Diferentemente dos organismos de Inteligência externa modernos, sua origem não foi a diplomacia, apesar de ter desfrutado da cobertura institucional e da cooperação do Itamaraty para expandir o alcance de suas ações. Tampouco esteve voltado para a defesa do país (leia-se, contra “inimigos externos”), embora tenha sido criado em uma conjuntura política de predominância dos valores militares, em uma estrutura de governo militarizada. E, por mais que tenha sido considerado um centro de informações “do exterior”, os motivos que levaram à sua criação e a justificativa para sua existência eram a manutenção da segurança e o policiamento interno.

Merece destaque, ainda, o fato de que esse modelo de Inteligência inaugurado pelo CIEEx despertou a atenção das autoridades dos países do Cone Sul durante o regime militar, sobretudo em virtude da rapidez e eficiência de sua performance. O serviço do Itamaraty foi a principal ferramenta da ditadura brasileira para a articulação de seu sistema repressor (o SNI) em ambiente externo, pois abrangência extrapolou as fronteiras políticas e acabou inspirando a criação do maior sistema de cooperação em segurança da região, a Operação Condor.

A descrição do Brasil no Plano Condor, muitas vezes confundida com ausência, revela que, ao contrário do que a diplomacia do país busca transparecer, o Estado brasileiro não esteve alheio a este “fenômeno latino-americano”. O intenso fluxo de informações entre organismos brasileiros e estrangeiros, assim como a notória participação do Brasil no golpe que derrubou Salvador Allende no Chile e em outras operações, demonstram que o país colaborou com as práticas de perseguição, tortura e assassinato de inimigos políticos, fornecendo dados sobre a rotina, o comportamento e a localização de exilados contrários aos regimes militares por meio de seu aparato de informações.

Além disso, na documentação oficial do CIEEx há elementos suficientes que permitem afirmar que o Brasil influenciou o pensamento ideológico e a concepção da comunidade de

informações na região da América do Sul que culminou na Operação Condor. Embora alguns autores, como Dinges, enfatizem a atuação do Chile, por meio da DINA – tendo em vista que o país era o centro operador do sistema e seu serviço secreto era praticamente infalível na “eliminação de terroristas” – avulta-se o fato de que o idealizador desse aparato, Manuel Contreras, fora treinado por oficiais brasileiros do SNI.

Sendo assim, é muito provável que a concepção do órgão central do sistema Condor (DINA) tenha sido inspirada em sua contraparte brasileira, o CIEEx. Diversas características operacionais do organismo também evidenciam a semelhança com o órgão brasileiro, tanto quanto os resultados que obteve ao longo de seu funcionamento. No entanto, não há evidências suficientes que permitam afirmar que o Brasil foi o principal idealizador e articulador do sistema Condor, tal como alguns historiadores sugerem.

De todo modo, conclui-se que, como parte do sistema nacional de informações do Brasil, o CIEEx foi o “elo perdido da repressão”, na medida em que viabilizou a política repressiva do regime militar brasileiro e, complementarmente, legou ao continente sul-americano a inspiração para a constituição de um sistema regional de cooperação em informações. Embora não fosse o organismo responsável pelas operações de perseguição, captura, tortura e execução de opositores políticos, através dos dados que seus agentes transmitiam ao SNI – que, por sua vez, os repassava aos organismos de repressão direta – o CIEEx contribuiu para que essas ações fossem realizadas em diversos locais, inclusive no exterior.

Do ponto de vista operacional, porém, é interessante notar um certo “descuido” por parte dos idealizadores do CIEEx ao optarem por registrar toda a atuação de um organismo que se propunha clandestino. Se considerarmos o fato de que o próprio regime militar do Brasil havia se imposto inicialmente como um governo temporário – embora tenha durado vinte e um anos – e que atualmente ainda há quem diga que o CIEEx não existiu – vide os depoimentos dos próprios chefes do órgão à Comissão Nacional da Verdade – os registros documentais parecem ter sido um “equivoco” que, paradoxalmente, contribuíram para comprovar sua existência e desvendar sua atuação dentro e fora das fronteiras nacionais.

Dessa maneira, a criação de um organismo como o CIEEx não representou apenas a internalização da perspectiva anticomunista e, conseqüentemente, a materialização do combate ao “inimigo interno” que era o motor da repressão durante o regime autoritário. Para além disso, sua existência significou um movimento em sentido contrário, isto é, de “reexternalização” do conflito ideológico, na medida em que esse inimigo se encontrava, também, no exterior e as

ações de repressão eram vistas como necessárias nesses locais. Este foi o papel central do CIE, ao fornecer meios para que o embate ideológico se mantivesse para além das fronteiras.

Por fim, a discussão à qual esta análise se propôs não consiste no julgamento da legitimidade ou da legalidade dos serviços de informação como um todo. Entende-se que, tanto nas principais potências mundiais, onde o processo de desenvolvimento dos sistemas nacionais de Inteligência é mais antigo, quanto nos países emergentes – sobretudo os países sul-americanos –, a Inteligência adquiriu um papel importante na tomada de decisão governamental. A análise, ao final, buscou trazer ao debate a reflexão sobre a imprecisão dos limites e funções de cada tipo de agência nesses sistemas de Inteligência, bem como sobre seu impacto nos âmbitos doméstico e internacional, especialmente em contextos não democráticos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Documentos:

ARQUIVO CNV, 00092.000506/2015-21: Circulares postais nº 5.215 e nº 5.226, de junho de 1964.

ARQUIVO CNV, 00092.000781/2014-64: Depoimento de Adolpho Corrêa de Sá e Benevides à CNV, em 16 de abril de 2014.

ARQUIVO CNV, 00092.000956/2014-33: Depoimento de João Carlos Pessoa Fragoso à CNV, em 19 de fevereiro de 2014.

ARQUIVO CNV, 00092.001604/2014-03: Depoimento de Deoclécio Paulo à CNV, em 21 de julho de 2014.

ARQUIVO CNV, 00092.003075/2014-74: Depoimento de João Clemente Baena Soares à CNV, em 22 de outubro de 2014.

ARQUIVO CNV, 00092.00957/2014-88: Depoimento de Marcos Henrique Camillo Côrtes à CNV, em 19 de fevereiro de 2014.

ARQUIVO CNV, 00092.000256/2015-20: Despacho-telegráfico secreto e exclusivo nº 616, de 27 de agosto de 1974.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 165, de 15 de março de 1965. Asilados Políticos. Eloi Dutra.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 175, de 17 de março de 1965. Asilados Políticos.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 219, de 31 de março de 1965. Asilados Políticos.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 9822, de 3 de maio de 1974.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 9965, de 24 de setembro de 1974.

ARQUIVO CNV, 00092.000259/2015-98: Telegrama n. 1003, de 9 de setembro de 1976.

ARQUIVO CNV, 00092.000292/2015-93: Informe Interno de 12 de julho de 1967. Criação do Serviço de Informações no Exterior.

ARQUIVO CNV, 00092.003316/2014-85: Despacho-Telegráfico n. 460, de 16 de outubro de 1973.

ARQUIVO CNV, 00092.003487/2014-12: Aviso secreto G/DSI/48/500.5.

ARQUIVO CNV, Nota_32_38_39_editado_1. OFÍCIO N. 1290/964. CONFIDENCIAL.

ARQUIVO NACIONAL: BR AN, BSB IE. 01.7.

ARQUIVO NACIONAL, CIEX: Informe Interno de 5 janeiro de 1967. Atividades do asilado JOÃO GOULART.

ARQUIVO NACIONAL, CIEX, Informe, n. 452. Conjuntura chilena. 20 de setembro de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

ARQUIVO NACIONAL, CIEX: BR_AN_BSB_IE_013_001. Chile. Política Interna. Propaganda dirigida. “Modelo brasileiro”. 12 de agosto de 1974.

ARQUIVO NACIONAL, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_015_007. Admissão de brasileiros nos quadros de pessoal da FAO.

ARQUIVO NACIONAL, CIEX/MRE: Informe Interno n. 180 de 5 de abril de 1973. Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros.

ARQUIVO NACIONAL, DSI/MJ: BR_RJANRIO_TT_O_MCP_PRO_432. Processo DICOM n. 59.947 de 11 de julho de 1975.

ARQUIVO NACIONAL, SNI: BR DF NA, BSB V8 XT PIF 1.

UNITED STATES OF AMERICA. *Department of Defense Intelligence. Information Report.* 28 de setembro de 1976.

UNITED STATES OF AMERICA. *Memorandum for: the President's file. The National Security Archive. The George Washington University.* Disponível em: <
<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>>
 . Acesso em: 29 ago. 2013.

Atos, Leis, Decretos e Relatórios:

BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n.1, de 10 de abril de 1964. Suspende direitos políticos.

BRASIL. Ato do Comando Supremo da Revolução n.2, de 10 de abril de 1964. Cassa mandatos legislativos.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Congresso. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Texto com redação final. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões, 2008.

BRASIL. Decreto n. 44.489 A-1, de 15 de setembro de 1958. Regimento Interno da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

BRASIL. Decreto n. 45.040, de 6 de dezembro de 1958. Aprova o Regulamento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

BRASIL. Decreto n. 67.325, 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis.

BRASIL. Decreto-Lei n.314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Senado Federal, Brasília, DF, 13 março 1967.

BRASIL. Lei n. 403, de 24 de outubro de 1896. Cria o Estado-Maior do Exército e a Intendência Geral da Guerra, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o direito de acesso às informações públicas.

COMISSÃO DA VERDADE. Direito à Informação 16/06 – Jair Krischke. Seminário “O Direito à Verdade: informação, memória e cidadania”. 29’48”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=L8ABfRiom_E>. Acesso em: 18 jan. 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Cadeias de comando: a formação da estrutura nacional de repressão política. Relatório, tomo I, parte I. São Paulo, 2014.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Os arquivos do serviço secreto clandestino do Itamaraty. In: BRASIL. Congresso. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Texto com redação final. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Núcleo de Redação Final em Comissões, 2008.

Fontes Secundárias

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru/São Paulo: Edusc, 2005 [1984].

ANTUNES, Priscila C. B. Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói: Impetus, 2010.

_____. SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BEAUFRE, André. Introducción a la Estrategia. Buenos Aires: Ed. Struhart & Cia., 1982.

CEPIK, Marco A. C. Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Inteligência, política e poder no estado contemporâneo (Resenha). Revista de Sociologia e Política, n. 9, p.193-196, (1997).

_____. Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

CERVEIRA, Neusah. Memória da dor: a Operação Condor no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Rumo à Operação Condor: ditadura, tortura e outros crimes. Projeto História, v.38, p.97-118, jun. 2009. São Paulo. Disponível em: <
revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/5235/3765>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Tradução de Maria Teresa Ramos, 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, 787 pp., Série Pensamento Político.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DA VERDADE. O direito à verdade: informação, memória e cidadania.

Seminário. São Paulo. 20 jun. 2012. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=L8ABfRiom_E>. Acesso em: 24 fev. 2017.

CORRÊA, Manoel Pio. O mundo em que vivi. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994-95, 2 vols.

DINGES, John. Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.

Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Editora Record. Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. A perseguição além fronteira: os órgãos de repressão e espionagem da ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai. Revista Digital Estudios Historicos, n.1, maio de 2009. Disponível em: <

http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/ananda-simoes.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. Disponível em: <

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/356/307>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul./dez. 2009, pp. 831-856. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 4 ago. 2016.

FERNANDES, Fernanda de Moura. De Golpe a Golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973). 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

GOBO, Karla Lizandra. Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty. 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Paulo César. Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) entre 1966 e 1968. Revista Contemporânea. Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão, vol.1, n.5, 2014. Disponível em: <

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/6_Brasileiros_na_Franca.pdf>. Acesso em: 26 jul.2014.

GONÇALVES, Joanisval Brito. *Sed quis custodiet ipso custodes?: o controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá*. 2008. 837 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. *Atividade de Inteligência e Legislação Correlata*. 2ª edição. Niterói: Impetus, 2011.

HERMAN, Michael. *Intelligence power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão* [Título original: *De Cive*]. São Paulo: Martin Claret, 2006 [1640].

_____. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006 [1651].

KENT, Sherman. *Strategic intelligence for 89ntecede world policy*. Princeton: Princeton University, 1949.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*. Nova Iorque: New Press, 2003.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil: terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MCSHERY, J. Patrice. *La Maquinaria de la muerte: la Operación Cóndor*. Taller (Segunda Epoca). *Revista de Sociedad Cultura y Política en América Latina*, Cidade Autônoma de Buenos Aires, vol.1, n.1, p. 33-46, outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.historiaoralargentina.org/taller/larevista/taller1.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2013.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams S. *A política externa brasileira e o regime militar*. *Caderno Premissas*, n.10, agosto de 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/1758485/A_politica_externa_brasileira_e_o_regime_militar>. Acesso em: 6 jan. 2014.

_____. *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984*. *Estudos Históricos*, vol. 6, n. 12, p.211-246, 1993. Rio de Janeiro. Disponível em: <

https://www.academia.edu/1756988/OS_MILITARES_NA_POLITICA_EXTERNA_BRASILEIRA>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, Lourenço Dantas. *Quem manda no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. *Contemporanea – Historia y problemas del siglo XX*, v. 3, p. 133-148, 2012.

OLIVEIRA, Marcel Carrijo. *A democratização tardia da Inteligência na Argentina e no Brasil*. 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fabio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda Simões (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. 1964-1985. História e Memória. Volume 3: Conexão Repressiva e Operação Condor*, Porto Alegre: Corag, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; SLATMAN, Melisa. *Introducción: coordinaciones represivas en el Cono Sur (1964-1991)*. Taller (Segunda Epoca). *Revista de Sociedad Cultura y Política en América Latina*, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Vol.1, n.1, out. 2002.

PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 42, n.2, jul/dez 1999. Brasília.

_____. O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEEX (1966-1986). In: FICO, C. (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. P. 163-172.

_____. O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, n.2, jul/dez 2009. Brasília.

_____. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 72-92, 2008.

PROTASIO, Márcio Luiz Aguiar. Inteligência de Estado como instrumento de promoção e salvaguarda de Política Externa: lapsos e interações do panorama brasileiro, de 1990 a 2015. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2015.

RANK, Michael. Espiões, espionagem e operações secretas: da Grécia Antiga à Guerra Fria. Five Minutes Books, 2015.

RICHELSON, Jeffrey T. The US. Intelligence community. Cambridge, Mass.: Ballinger, 1995.

RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. O pensar e a criação de um antecedente de inteligência no Brasil: antecedentes históricos. In: Revista Brasileira de Inteligência. V.2, n.2. Brasília/DF: ABIN, 2006.

ROTH, Luiz Carlos de Carvalho. *UTI Exploratoribus*: credibilidade e controle da atividade de inteligência no Brasil. 2009. 257f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: Contexto Internacional, vol. 33, n. 2, julho/dezembro 2011. Pp. 407-433.

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. Políticas Coercitivas da Operação Condor. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. O serviço secreto do Itamaraty. Correio Braziliense, 22 jul. de 2007. (Segredo de Estado).

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Em defesa das fronteiras ideológicas: a secreta diplomacia brasileira e a formação de conexões repressivas entre os países do Cone Sul para o combate ao comunismo. Dimensões: Revista de História da UFES, v. 32, p. 29-51, 2014^a.

_____. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. Clio. Série História do Nordeste (UFPE), v. 31.2, p. 1-26, 2014b.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro, Ed. Arte Nova, 1975.

TZU, Sun. A arte da guerra: os treze capítulos originais. Adaptação e tradução de André Silva Bueno. São Paulo: Jardim dos Livros, 2012.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1962-1986). 2007. 339 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VISCONTI, Silvia; DÍAZ, Universindo Rodríguez. Antecedentes de la Operación Condor: la conferencia de Ejércitos Americanos (Montevideo) u la coordinación de los servicios de inteligencia y los aparatos represivos en el Cono Sur. Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad Cultura y Política en América Latina, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Vol.1, n.1, p.139-150, out. 2002. Disponível em: <
<http://www.historiaoralargentina.org/taller/larevista/taller1.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WIGHT, Martin. A Política do Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ANEXO A – Atividades do asilado JOÃO GOULART

CIEX/ ^{1.003} ~~1.003~~ / 4

DATA: 5/JAN/67

AVALIAÇÃO: B-3

DISTRIBUIÇÃO: SNI/ARJ; D-2/GabMG; 2ªSec/EME.-

ÍNDICE: Atividades do asilado JOÃO GOULART.-

1. Consta que JOÃO GOULART teria financiado a campanha política do senhor LADISLAO GUTIERREZ, secretário do Conselheiro de Governo ALBERTO HEBER.

2. Consta ainda que, por ocasião do banquete patrocinado pela chapa HEBER-STORACE aos seus cabos eleitorais de Tacuarembó (ROU), JOÃO GOULART teria enviado doze ovelhas para o melhor brilhantismo daquela refeição suntuosa e festiva.-

ANEXO B – Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros.

161000 R/R

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR

SECRETETO

CIEX nº 180 / 73

DATA: 5/ABRIL/1973

NATUREZA: Informing

ANEXO: 305981 11/ABR/73

REFERÊNCIA: Informe nº 011/CISA, de 2 de março de 1973.

DATA DA OBTENÇÃO DO INFORME: 13/ABR/73

PROTOCOLADO

DEFUSÃO: GRI/AC OIS 3º Sec/ENS 2º Sec/CHATR GENTILAR
2º Sec/LNA DSI/ENS CISA CI/D.P.F.

ÍNDICE: Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros.

1. Em sua última viagem à Europa, JOÃO GOULART encontrou-se com JUAN PERÓN, na Espanha. Nessa ocasião, JUAN PERÓN disse a JOÃO GOULART que gostaria que este se fixasse na Argentina, caso o peronismo ganhasse as eleições.
2. A conversa girou sobre a situação brasileira e sobre as ideias de JUAN PERÓN para a criação de um amplo "movimento latino-americano de libertação", cujo epicentro se localizaria na Argentina.
3. Presenciou a entrevista o economista CELSO PURJADO, contratado por JUAN PERÓN para assessorar o programa econômico do governo justicialista.
4. ALONSO MINTEGUI procurou, em nome de JOÃO GOULART, o jornalista PABLO VICENTE, representante de JUAN PERÓN no Uruguai. MINTEGUI desejava avistar-se com JORGE ANTONIO, financista ligado a JUAN PERÓN, a fim de concertar um novo encontro do líder argentino com JOÃO GOULART. A entrevista poderia dar-se no Uruguai, caso JUAN PERÓN se detenha em Montevideo a caminho da Argentina, ou na Europa, para onde, segundo MINTEGUI, JOÃO GOULART viajaria brevemente.
5. PAULO ROMEU SCHILLING esteve em Buenos Aires durante as eleições, para fazer sondagens em meios peronistas, a mando de LIONEL PRIZOLA.
6. PAULO ROMEU SCHILLING encontrou-se em Buenos Aires com o filho do falecido BROCHADO DA ROCHA, que lá estava como observador do ICB.

1. ASILADOS BRASILEIROS ARGENTINA
2. JOÃO GOULART
3. Argentina Adm. do nome

SE-2
1. Registro de 1.º de 1973
2. H. 1.º de 1973

35-16
1. Registro de 1.º de 1973
2. H. 1.º de 1973

SECRETETO

ARQUIVO NACIONAL, CIEX/MRE: Informe Interno n. 180 de 5 de abril de 1973.
Argentina. Peronismo. Contactos com asilados brasileiros.